




Sinais

Revista de
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo



Sinais 22/1 Jan-Jun 2018

ISSN 1677-8765

Equipe Editorial

Editores

Prof. Dr. Marcelo Fetz, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil
Prof^a. Dr^a Márcia Barros Ferreira Rodrigues,
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Brasil

Conselho Editorial

1. Prof. Dr. Estevão Bosco, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
2. Prof^a. Dr. Luciléia Colombo, Unesp - Araraquara, Brasil
3. Prof. Dr. Marko Monteiro, Departamento de Política Científica e Tecnológica/ UNICAMP, Brasil
4. Prof^a. Dr. Gabriela Marques Di Giulio, Universidade de São Paulo, Brasil
5. Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves, Universidade de Brasília, Brasil
6. Prof. Dr. Fabricio Deffacci, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil
7. Prof^a. Dr. Nina Rosas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
8. Prof. Dr. Tiago Jacaúna, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
9. Prof^a. Dr. Daniela Alves Alves, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
10. Prof. Dr. Erlend Hermansen, Cicero - Senter for klimaforskning, Noruega
11. Dr. Francisco Araos, Universidad de Los Lagos, Chile

Comissão Editorial

Maro Lara Martins, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Igor Suzano Machado, Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Departamento de Ciências Sociais
Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)

SUMÁRIO

EDITORIAL

Apresentação (p. 3)

Marcelo Fetz (UFES) e Márcia Rodrigues (UFES)

ARTIGOS

Colonização e qualidade democrática na África segundo o Democracy Index (p. 4-27)

Juliana Costa Meinerz Zalamena (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

A sociologia de Bernard Lahire e suas críticas à sociologia de Pierre Bourdieu (p. 28-47)

Renan Rodrigues (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)

O Jongo de São Benedito e o Samba do Tempo Antigo: uma análise das narrativas dos jongueiros da região norte do Espírito Santo (p. 48-61)

Jane Seviriano Siqueira (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC) e Osvaldo Martins de Oliveira (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)

A cultura do capitalismo e as migrações internacionais contemporâneas (p. 62-79)

Allisson Gomes dos Santos Goes (Universidade Federal de Sergipe - UFS)

A condição do indivíduo na pós-modernidade: leituras de Bauman e Lipovetsky (p. 80-89)

Fabio Alves Ferreira (Universidade de Pernambuco - UPE) e Givaldo Henrique Gomes Santos (Universidade de Pernambuco - UPE)

A nossa violência de cada dia (p. 90-105)

Vaena Caroline Martins Ribeiro (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES) e Maria da Luz Alves Ferreira (Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES)

ENSAIOS

Do indivíduo ao discurso (p. 106-114)

Gabriel Papa Ribeiro Esteves (Universidade Estadual Paulista - UNESP)

O debate quali versus quanti e as tentativas de superação de uma polarização metodológica (p. 115-123)

Vinicius Silva Alves (Universidade de Brasília – UNB)

*Carta Editorial*

Caros leitores,

É com grande satisfação que publicamos o primeiro volume da edição 22 da revista Sinais no ano de 2018. A edição 22/1 Jan-Jul conta com seis artigos originais e dois ensaios. A edição é aberta com artigo de Juliana Zalamea sobre a qualidade das democracias em um conjunto de países africanos. Na sequência temos a contribuição de Renan Rodrigues em estudo teórico sobre as sociologias de Lahire e Bourdieu. Jane Siqueira e Oswaldo Martins, no terceiro artigo deste volume, analisam o Jongo de São Benedito e o Samba do Tempo Antigo da região norte do Espírito Santo por meio de história oral. As migrações internacionais e sua relação com o capitalismo são estudadas por Alisson Goés. O quinto artigo desta publicação versa sobre as teorias de Bauman e Lipovetsky em estudo elaborado por Fábio Ferreira e Givaldo Santos. A seção Artigos é fechada com pesquisa sobre violência contra mulher elaborada por Vaena Ribeiro e Maria Ferreira. A seção de ensaios é aberta com texto de Gabriel Esteves sobre o conceito de indivíduo e fechada com reflexão sobre metodologia quali e quanto elaborada por Vinícius Alves.

Os editores desejam uma boa leitura a todos e a todas. Agradecimento especial deve ser dado às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração deste volume – autores, pareceristas, estudantes.

Marcelo Fetz
Márcia B. F. Rodrigues
16/07/2018



Colonização e qualidade democrática na África segundo o *Democracy Index*

Juliana Costa Meinerz Zalamena¹

RESUMO

As potências europeias administraram suas colônias africanas a partir de dois modelos, o Indirect Rule – onde líderes locais eram recrutados a ajudar a metrópole no governo – e Direct Rule – onde a administração era feita por indivíduos vindos da metrópole, excluindo totalmente líderes locais. Supondo que o modelo de administração colonial tem influência na consolidação da democracia atualmente, sugere-se que os países colonizados pela Inglaterra, cujo modelo foi o Indirect Rule – possuem melhor desempenho na qualidade democrática do que os países colonizados por potências que aplicaram o modelo de Direct Rule. A base de dados para analisar essa conjectura é o Democracy Index, elaborado e divulgado pelo The Economist, referente ao ano de 2016. Embora ter sido administrado pelo modelo de Indirect Rule não seja garantia de um desempenho democrático favorável, os dados sugerem que os países administrados pelo modelo de Direct Rule apresentam dados mais pessimistas e desfavoráveis, o que pode ser atribuído à sua dificuldade de se autogovernar herdada da colonização. O fator “colonização” e “modelo de colonização” não são suficientes para explicar isoladamente os rumos da democracia na África, porém, os dados sugerem sua clara influência.

Palavras-Chave: Colonização, África, democracia.

Recebido em 25/09/2017

Aceito para publicação em 16/04/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.17572>

Introdução

O conceito de colonização – pessoas indo de uma região para outra com objetivo de habitar e/ou explorar (SOUZA, 2008) – envolve muito mais do que o simples domínio econômico de uma potência colonizadora sobre o território colonizado. Ela deixa heranças sociais, culturais e políticas que encontram eco no desenvolvimento dos países ainda nos dias atuais. Embora o sentido da colonização, segundo Prado Jr (1957), seja predominantemente o lucro, é

¹ Bacharel em Serviço Social (UNIJUI), licenciada em Sociologia (UNIJUI), Mestre em Serviço Social (UFRGS). E-mail para contato: zalamenajuliana5@gmail.com.

impossível dissociar a variável política desse processo. A África teve suas primeiras inserções dos europeus ainda no século XVI, com as incursões em busca de nativos para serem levados para outras colônias na América como escravos. Mas sua efetiva colonização se deu após a Conferência de Berlim (MACKENZIE, 1994; BRUNSCHWIG, 1993), quando o continente africano foi fatiado pelas potências europeias que ambicionavam a posse de um território para ampliar seus domínios, os chamados “impérios coloniais”. Assim, a África Subsaariana foi repartida entre várias potências, predominantemente Inglaterra e França, que ficaram com a maior fatia do bolo.

Esse processo deixou heranças não apenas na formação geopolítica e no desenvolvimento econômico das ex-colônias, mas também consequências na formação dos Estados livres e na consolidação de suas democracias. Ao concluir este trabalho, pretendemos ter indicativos do quanto o modelo de colonização/administração colonial adotado gerou efeitos negativos ou positivos quanto à implementação e solidificação da democracia contemporânea.

Do primeiro momento histórico de partilha da África – a Conferência de Berlim – temos o nosso primeiro conjunto de dados. Isto posto, temos 17 países colonizados pela Inglaterra, 20 países colonizados pela França, 4 países colonizados por Portugal (os dados excluem São Tomé e Príncipe), 3 países colonizados pela Bélgica, 2 países colonizados pela Itália, 1 país colonizado pela França, e outros 3 países que são exceções dentro do processo: Namíbia, protetorado da África do Sul pós-independência; Libéria, colônia americana de escravos libertos e Etiópia, que nunca foi colonizada. Separamos os países que possuíam uma governação local autônoma dos países em que a governação foi totalmente dependente da Metrópole, conceituados pela literatura da área como *Indirect Rule* e *Direct Rule* (GERRING *et al*, 2011; IYER, 2010). Considerando que a Inglaterra foi a única potência a aplicar um “modelo puro” de *Indirect Rule*, e que as três nações consideradas exceções tiveram sua chance de *Self-Government*, juntamos todas elas na categoria de *Indirect Rule*, gerando 20 países nessas condições. Todas as demais potências aplicaram o modelo de *Direct Rule*, em menor ou maior grau de incidência, e portando, somadas, geraram 30 países.

Tendo em mãos essa classificação baseada na bibliografia consultada, comparamos com os dados disponibilizados pelo *Democracy Index* relativo ao ano de 2016. O *Democracy Index* já gerou uma série de robustos trabalhos em livros e revistas científicas, esmiuçando o ranking sob diferentes enfoques.

Tanto a imprensa internacional como artigos científicos revisados por pares usam o *Democracy Index* para análises de diversas temáticas. Nenhum deles – pelo menos no que foi possível apurar dentre os trabalhos disponíveis em bibliotecas acessíveis ou na Internet – relaciona o índice com o fator “colonização”. Em outro trabalho recentemente enviado para publicação na revista *Africanias*, trabalhamos a correlação do fator “colonização” com um ranking elaborado a partir dos dados do Afrobarômetro. Pretendemos, assim, fazer o mesmo com os dados do *Democracy Index*, que é mais abrangente e, aparentemente, possui confiabilidade no meio acadêmico e científico.

O *Democracy Index* – compilado pela revista *The Economist* – pretende examinar o estado da democracia em 167 países, dos quais 166 são estados soberanos e 165 são membros da Organização das Nações Unidas – ONU. O *Economist Intelligence Unit Democracy Index*, baseado em 60 indicadores diferentes, se concentra em cinco categorias: 1) processo eleitoral e pluralismo; 2) Liberdades Cívicas; 3) funcionamento do governo; 4) participação política e 5) cultura política, elaborado a partir de uma avaliação com notas de 0 a 10. A pontuação geral do *Democracy Index* é menos reveladora do que as pontuações dos seus cinco critérios. Por isso optamos por analisar todos eles. Tais critérios são encontrados facilmente na concepção de vários teóricos clássicos e modernos da democracia.

A classificação geral dos países está dividida em quatro categorias: 1) democracias plenas; 2) democracias imperfeitas; 3) regimes híbridos e 4) regimes autoritários. Desses quatro, somente os regimes autoritários não são considerados democracias, e sim, ditatoriais. O levantamento exclui alguns Estados, portanto, não abrange toda a população mundial. Em relação à África, foram excluídas do ranking a Somália, São Tomé e Príncipe e o Saara Ocidental. A conceituação de cada um deles é, em geral, a seguinte: a) **Democracias completas**: nações onde liberdades políticas são respeitadas e reforçadas por uma cultura política forte, possuem sistema de accountability em relação aos governos, poder judiciário e mídia independente; b) **Democracias Erradas**: nesse caso, há eleições livres e justas, liberdades são honradas, mas rivalizam com problemas pontuais como violação de liberdade de mídia, falhas em termos de governança ou funcionamento da democracia, e uma cultura política frágil, com participação popular baixa; c) **Regimes Híbridos**: Apesar de existir uma regularidade razoável nas eleições, nem sempre são justas e livres, com fatores antidemocráticos como pressão sobre opositores, coerção, judiciário não independente, corrupção, censura em relação a mídia, cultura política anêmica e quase nenhuma participação política; d) no caso dos **Regimes Autoritários**,

que não são considerados pelo ranking como democracias, o pluralismo político não existe ou é muito limitado, e por vezes, possuem características de ditaduras absolutas, acumulando uma série de ações profundamente antagônicas a democracia, como abusos de liberdades civis, eleições manipuladas, corrupção generalizada, mídia estatizada ou controlada, judiciário ligado ao grupo dominante, presença de censura generalizada e repressão a qualquer tipo de crítica que possa ser direcionada ao governo.

A metodologia do índice é relativamente simples. Conforme descrito no relatório anual, trata-se de uma média ponderada com base nas respostas das 60 perguntas, sendo que cada uma delas tem uma, duas ou mais alternativas permitidas. A maioria das respostas são avaliações de especialistas, e uma das críticas bastante corriqueiras ao *Democracy Index* é que não está específico quais são e quem são tais especialistas, nem sua quantidade, formação, credibilidade ou ligação empregatícia com a *Economist Intelligence Unit* (ou sua independência), ou suas nacionalidades. Outras respostas são captadas através de pesquisas de opinião pública nos países elencados no Índice. A “análise dos especialistas” preenche lacunas quando os dados das pesquisas de opinião são falhos ou insuficientes.

Para este trabalho, dados os limites de um artigo, elegemos a nona edição do índice, divulgada em 2016, para analisar a qualidade da democracia em cinquenta países africanos de acordo com a sua colonização e modelo de administração colonial. A tal objetivo se dedica as próximas seções do trabalho.

Delimitando conceitos

Para operacionalizar este trabalho, utilizamos os conceitos de colonização, o conceito de modelos de administração colonial, subdivididos em *Indirect Rule* e *Direct Rule* – e, por fim, o conceito de democracia e qualidade democrática. Para um melhor entendimento, explicitamos as nossas opções teóricas neste item do trabalho.

Os cinquenta países africanos elencados pelo *Democracy Index* foram classificados neste trabalho pelo seu modelo de administração colonial, ou seja, *Indirect Rule* ou *Direct Rule*. Conceitualmente falando, o *Indirect Rule* foi a forma de administração colonial adotada pela Inglaterra para controlar seus impérios coloniais, de modo a aproveitar as estruturas de poder locais, enquanto o *Direct Rule* estabeleceu uma autoridade estrangeira centralizada dentro dos territórios, gerido por indivíduos vindos da Metrópole especialmente para este

fim (DOYLE, 1986). A Inglaterra foi a precursora do modelo de *Indirect Rule* enquanto a França engendrou e disseminou o modelo de *Direct Rule* (MABEKO-TALI, 2013). Conforme seus modelos de administração, Itália, Portugal, Bélgica e Espanha também estão classificadas dentro do modelo de *Direct Rule*.

É claro que tais modelos não foram aplicados de maneira idêntica por todas as potências em todos os países. Por exemplo, Portugal diferiu muito na administração colonial de Cabo Verde em relação aos territórios continentais (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau), sendo que o primeiro quase que se aproxima mais do modelo de *Indirect Rule*. Portanto, os modelos não são rígidos e inflexíveis, de modo que muitas das ex-colônias acumulam em seu interior aspectos de ambos, porém, para fins de sistematização dos dados, não é possível nos ater a pequenas variações e oscilações.

Estamos excluindo da nossa classificação também o critério “militar”, pois se levarmos em conta tal quesito, todos os sistemas coloniais adotaram milícias nas quais a maioria dos postos de comando eram ocupados por nativos. Se o critério militar fosse incluído, todas as potências teriam seu grau de inclusão de nativos em posições importantes, chegando perto de um “*Indirect Rule*” militar (MABEKO-TALI, 2013).

Nem tampouco quer dizer que nos países administrados em *Indirect Rule* houve menos exploração ou violência. Porém, é de se esperar que ex-colônias onde, desde o início, foi possível uma certa autonomia de governo dos líderes locais, exista uma maior experiência e habilidade em tomar decisões e consequentemente, fortificar uma democracia. Esclarecido isso, temos ex-colônias inglesas e os países de exceção (Namíbia, Libéria e Etiópia) classificados como *Indirect Rule*, e as ex-colônias francesas, portuguesas, belgas, italianas e espanholas classificadas como *Direct Rule*. A hipótese gira em torno de uma chance maior de solidificação democrática das ex-Colônias de *Indirect Rule* em contraponto a uma dificuldade muito maior das ex-colônias de *Direct Rule*.

No caso da Inglaterra, pode-se dizer que o governo da Metrópole pouco se envolvia na administração colonial direta e procuravam não alterar os alicerces dos governos locais, além de manter nas colônias um certo grau de autonomia financeira e política. Segundo Mabeko-Tali (2013), os chefes locais eram aproveitados como gestores e, assim, essa prática tornava possível que a Inglaterra controlasse grandes territórios sem ter grandes custos com a colonização nem ter que deslocar grandes contingentes de ingleses migrantes.

Apesar disso, não significa que o *Indirect Rule* tenha sido uma forma menos brutal de colonização: apenas foi um modelo de exercer o poder de modo a aproveitar líderes locais, o que não quer dizer que estes não estavam completamente submetidos aos interesses da metrópole. Logicamente, o líder que não correspondesse aos interesses da Inglaterra era substituído por outro mais comprometido com a Metrópole e mais apto para gerir. O objetivo jamais foi integrar africanos como cidadãos equiparados aos ingleses na hierarquia de comando. Conforme Munanga (2005-2006, p. 49) “o *direct* e o *Indirect Rule* (...), apesar das particularidades, têm um denominador comum e serviram para fins semelhantes”. Assim,

“(...) o Direct Rule ou a administração direta francesa, que visa à assimilação dos povos colonizados dentro do modelo racista universalista destruidor das identidades não-ocidentais, por outro o Indirect Rule ou a administração indireta britânica, que visa à aculturação dos povos colonizados, num processo que declaradamente pretendia conservar as identidades tradicionais para não criar choques desnecessários que poderiam prejudicar o processo aculturativo” (MUNANGA, 2005-2006, p. 49-50).

A política de colonização francesa, por sua vez, foi desenvolvimentista e buscava introjetar valores dos franceses aos colonizados (MACEDO, 2013). Para efetivar o processo de colonização, a França enviou grandes quantidades de colonos migrantes para as colônias, fornecendo a estes certa infraestrutura, escolas, ferrovias, bases militares e portos, e obviamente, tais sujeitos foram imbuídos da tarefa de governar. Deste modo, nativos foram completamente excluídos do processo de gestão, os líderes locais foram subjugados e despojados de qualquer poder decisório. Para tornar o povoamento viável e principalmente, civilizar os nativos, a França agrupou suas diferentes áreas em blocos com sede regional e unidade administrativa, baseada na total centralização do comando. Para Mabeko-Tali (2013), a França cooptou os poderes locais no sentido de transformar as colônias em uma cópia fiel da pátria colonizadora.

Portugal não pode criar unidades centralizadas de administração devido a dispersão das suas colônias. Cada colônia ficou diretamente subordinada à Metrópole, pois além da distância entre suas colônias, Portugal apresentava um quadro interno complicado: era uma semipotência periférica e pouco

desenvolvida. Assim, o modelo de administração português foi totalmente direto. O caso belga – classificado por Mabeko-Tali (2013) como “*Direct Rule*” com veleidades pouco consequentes de *Indirect Rule* – que possuía continuidade geográfica, foi mais unificado. Claro que o caso da colonização belga é classificado como o mais brutal e violento, realizando sua inserção nos territórios colonizados com base em mortes, mutilações, terror e medo. Portanto, a utilização de chefes locais pela Metrópole belga até existia, mas na base da tortura e coerção, pois caso o líder local não fosse satisfatório em suas atividades, sua punição era a humilhação pública e a morte.

A Espanha era uma Metrópole que ocupou a África de modo bastante tímido, estando muito mais ocupada com as suas vastas colônias na América, enquanto a Itália era um estado fraco, unificado pouco tempo antes e que mal dava conta de governar a si própria. Não surpreende, portanto, o fato de que as colônias belgas, espanholas e italianas estejam classificadas como regimes autoritários no *Democracy Index*, devido a colonização deficitária. Assim como franceses em muitos dos casos, Itália, Espanha, Bélgica e na maioria dos casos, Portugal, deixaram um legado de fragilidade e instabilidade para suas colônias pós-independência.

Dados os conceitos de colonização e de modelo de administração colonial adotados, temos o ranking do *Democracy Index* para nos servir como âncora de dados a respeito da qualidade da democracia. Por democracia, obviamente, se tratando da democracia representativa, entendemos – muito além da simplista definição etimológica de “governo do povo” – um governo em que os cidadãos possam escolher seus representantes aos quais deleguem a responsabilidade de tomar decisões por eles. Para Sartori (1994), o sucesso das democracias modernas depende de pelo menos três fatores: 1) poder limitado da maioria, 2) procedimentos eleitorais e 3) transmissão do poder dos representantes.

As teorias minimalistas de democracia centram o seu sucesso nas eleições (SCHUMPETER, 1985), mas autores como Dahl (1997) ampliam as exigências para uma democracia realmente efetiva - tanto que na concepção desse pesquisador, não existe uma democracia perfeita, e sim, vários estágios que caminham para ela – classificando os regimes em hegemonias fechadas, hegemonias inclusivas, oligarquias competitivas e poliarquias, sendo que estas últimas seriam mais próximas de um modelo ideal de democracia. Dahl também amplia os critérios para considerar um regime democrático, para ele, as democracias devem garantir: 1) Liberdade de formar e aderir a organizações; 2)

Liberdade de expressão; 3) Direito de voto; 4) Elegibilidade para cargos públicos; 5) Direito de líderes políticos disputarem apoio e, conseqüentemente, votos; 6) Garantia de acesso a fontes alternativas de informação; 7) Eleições livres e idôneas e 8) Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. Aquelas que conseguem atingir os oito critérios satisfatoriamente, podem atingir a qualificação de poliarquia.

Em suma, uma boa parte dos trabalhos cujo escopo é definir os critérios básicos para uma democracia compreendem-na como um regime que possa atender as necessidades dos cidadãos em termos sociais, econômicos e políticos, bem como seja responsável perante os mesmos (O'DONNELL et. al., 2004; DIAMOND e MORLINO, 2005). Como aqui estamos levando em conta o índice elaborado pelo *Democracy Index*, temos os seguintes critérios para a qualidade da democracia: a) Processos eleitorais e pluralismo; b) funcionamento do governo; c) participação política; d) cultura política; e) liberdades civis. Não são critérios completos, considerando a bibliografia citada que trata da democracia, porém, são suficientes para uma boa ideia quanto ao desempenho democrático dos países africanos elencados.

Infelizmente, o *Democracy Index* fica devendo algumas perspectivas, como por exemplo, o critério econômico, embora construa o seu índice baseado na opinião pública. No próximo item, detalharemos a metodologia utilizada no artigo a fim de atingir as ambições propostas pelo trabalho.

Em suma, nossa principal hipótese é que as ex-colônias de *Indirect Rule* – basicamente, as inglesas – resultaram em nações contemporâneas com maior competência democrática, ou seja, maior capacidade de manter e consolidar características, no mínimo propensas à um regime democrático mais saudável. Já as ex-colônias cuja administração foi de *Direct Rule*, sem oportunidades de tomar suas próprias decisões durante o tempo da colonização, totalmente condicionadas ao poder centralizado das metrópoles – nomeadamente, o caso francês, italiano, belga, português e espanhol – deram origem a nações com maior dificuldade de autoafirmação das suas democracias.

Para tentar comprovar essa conjectura, utilizamos os dados do *Democracy Index*, elaborado e divulgado anualmente pelo The Economist, tanto em seu ranking geral como nos seus critérios de elaboração – processo eleitoral e pluralismo; funcionamento do governo; participação política; cultura política e liberdades civis – comparado à classificação das ex-colônias em “*Indirect Rule*” ou “*Direct Rule*” de acordo com a bibliografia consultada sobre o tema.

Trataremos desse tópico no próximo item.

Resultados e discussão

Primeiramente, é preciso dizer que o índice do *Democracy Index* possui críticas e apesar de muito utilizado pelo meio midiático e acadêmico, é considerado incompleto na perspectiva de alguns estudiosos. Portanto, o trabalho não terá caráter definitivo nem tampouco condição de verdade absoluta no que diz respeito aos países africanos, uma vez que muitas outras características precisam ser levadas em conta a respeito dos mesmos. Pretendemos, contudo, dar uma ideia geral sobre o impacto da colonização e do modelo de administração colonial adotado para o desenvolvimento da democracia nos países elencados pelo *The Economist* em seu ranking. Dito isso, nessa primeira tabela, podem ser visualizadas, em termos percentuais, a classificação geral do *Democracy Index* conforme a potência colonizadora:

| | DEMOCRACY INDEX | | | | |
|-------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------------|--------------|
| | Democracia completa | Democracia errada | Regimes Híbridos | Regimes Autoritários | Total |
| Inglaterra | 2% | 8% | 14.0% | 10% | 17 |
| França | - | 4% | 10% | 26% | 20 |
| Portugal | - | 2% | 2% | 4% | 4 |
| Bélgica | - | - | - | 6% | 3 |
| Itália | - | - | - | 4% | 2 |
| Espanha | - | - | - | 2% | 1 |
| Exceções | - | 2% | 2% | 2% | 3 |
| Total | 1 | 8 | 14 | 27 | 50 |

A única democracia completa da África Subsaariana, segundo o *Democracy Index*, Maurícia, é uma ex-colônia inglesa e administrada via *Indirect Rule*, o que já representa um dado favorável à comprovação da nossa hipótese. Em relação aos países africanos, Maurícia ocupa o primeiro lugar, sendo o 18º a nível mundial, com uma pontuação total de 8,28. Porém, se ex-

colônias inglesas tivessem melhor desempenho democrático como seria o esperado, outras nações estariam elencadas na classificação de “Democracias Completas”. Infelizmente, o fator colonização/modelo de colonização não é suficiente para explicar o desempenho democrático. É preciso considerar que Maurícia é um arquipélago com população baixa e PIB alto, justamente pelas suas entradas financeiras com o turismo, e por outro lado, o arquipélago era quase desabitado na época da colonização, de modo que a Inglaterra usou-o como ponte intermediária para o continente, dando ao território um status diferenciado das colônias do continente, sendo que o mesmo caso ocorreu com Portugal em relação a Cabo Verde. Tais características especiais de Maurícia, possivelmente, representam fatores favoráveis, que aliados a colonização inglesa e ao modelo de *Indirect Rule* a colocaram na posição de país mais livre da África.

As demais ex-colônias inglesas, entretanto, não tiveram desempenho tão bom: são 4 democracias erradas, 7 regimes híbridos e 5 regimes autoritários. O fator que chama atenção é que apenas 5 das colônias inglesas são autoritárias hoje, enquanto são 13 colônias francesas classificadas assim. Da mesma forma, todas as colônias da Espanha, Itália e Bélgica são autoritárias segundo o *Democracy Index*. Ainda que de modo restrito, as ex-colônias inglesas apresentam um desempenho melhor.

Namíbia, Libéria e Etiópia são exceções: enquanto a Namíbia passou a ser um território da África do Sul – na época chamada de Rodésia do sul – a Libéria era uma colônia formada por ex-escravos norte-americanos libertos, e por fim, a Etiópia, que pode se gabar de ter sido o único território africano jamais colonizado por potências europeias. Dessas exceções, a Namíbia foi classificada como uma democracia errada, enquanto a Libéria como um regime híbrido e a Etiópia, como um regime autoritário. Com isso, podemos ver que o fato de não ter sido colonizada por nenhuma potência europeia não ajudou a Etiópia a construir uma nação democrática. Do mesmo modo, a Libéria, que tinha uma ideia utópica de construir uma nação de escravos libertos, também não funcionou muito em relação a democracia.

O dado mais gritante deste quadro é que, dos países base listados pelo *Democracy Index* na África Subsaariana, 26% dos regimes autoritários são franceses. Assim sendo, é possível dizer que as colônias inglesas, proporcionalmente falando, obtêm um desempenho democrático ligeiramente favorável. Acreditamos que isso não se deve apenas ao fato de terem sido administradas pelo modelo de *Indirect Rule*, mas também pelo fato da Inglaterra

ter sido a primeira potência europeia a se retirar da África, em grande medida pacificamente, trazendo suas antigas colônias para integrar a *Commonwealth*, sem fazer com que elas passassem por guerras de independência longas e desgastantes.

Em média, as colônias inglesas também se democratizaram mais rapidamente e também iniciaram antes a liberalização de suas economias pós-Guerra Fria. São vários os fatores que favorecem as ex-colônias inglesas, embora nem todos possam ser analisados por este artigo, há outros trabalhos que procuraram testar empiricamente e comprovaram tais afirmações (HEEREN, 1817; PRADO JUNIOR, 1957; ROCHER, 1856; LEROY-BEAULIEU, 1902; NORTH, 1959; BALDWIN, 1956; ENFERMAN e SOKOLLOF, 1997; ACEMOGLU, JOHNSON e ROBINSON, 2001; 2002).

Na tabela abaixo, expomos a classificação do *Democracy Index* conforme os modelos de administração adotados pelas metrópoles nas suas ex-colônias:

| | <i>DEMOCRACY INDEX</i> | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------------|--------------|
| | Democracia completa | Democracia errada | Regimes Híbridos | Regimes Autoritários | Total |
| <i>Indirect Rule</i> | 2% | 10% | 16% | 12% | 20 |
| <i>Direct Rule</i> | - | 6% | 12% | 42% | 30 |
| Total | 1 | 8 | 14 | 27 | 50 |

Por uma escolha metodológica, incluímos os países que não foram colônias das potências europeias como *Indirect Rule*, uma vez que eles, bem ou mal, se autogovernaram. A Namíbia se tornou um protetorado da África do Sul, que foi uma colônia inglesa. A Libéria foi um território literalmente adquirido pelos Estados Unidos para alojar seus escravos libertos, e a Etiópia foi o único território africano que pode se gabar de não ter caído em domínio de nenhuma potência europeia. Assim, supondo que tais experiências lhes prepararam para o autogoverno, incluímos os três no modelo de *Indirect Rule*, embora o termo mais adequado pudesse ser “*Self-government*”. De qualquer modo, isso não

ajudou nenhum dos três em termos gerais. A Namíbia está classificada como uma democracia errada, a Libéria como um regime híbrido e a Etiópia como um regime autoritário. O autogoverno como experiência positiva para a construção da democracia não surtiu efeito esperado no caso das nossas três exceções, de modo que eles não atingiram ainda o status de “democracia completa”, lembrando novamente que o modelo de governação e a colonização sozinhos não podem explicar o desempenho democrático.

De todos os 50 países da África Subsaariana elencados no *Democracy Index* – lembrando a ausência de alguns deles – apenas Maurícia foi classificada como democracia completa, com uma nota de 8.28. Como democracias erradas temos oito países – Cabo Verde, Botswana, África do Sul, Gana, Lesoto, Tunísia, Namíbia e Senegal – com notas que variam de 6.21 a 7.94. São 14 regimes híbridos – Zâmbia, Tanzânia, Mali, Benin, Malawi, Quênia, Libéria, Uganda, Madagascar, Marrocos, Burkina Faso, Serra Leoa, Nigéria, Moçambique – com notas que variam de 4.02 a 5.99. Por fim, a imensa maioria são de regimes autoritários, que somam 27 dos 50 países – são eles Mauritânia, Níger, Costa do Marfim, Gabão, Comores, Etiópia, Argélia, Camarões, Angola, Togo, Egito, Guiné, Ruanda, Zimbábue, Suazilândia, República do Congo, Gâmbia, Djibouti, Burundi, Sudão, Eritreia, Líbia, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, República Centro-Africana e Chade. Dos 27 países classificados como autoritários, apenas 6 deles foram administrados pelo modelo de *Indirect Rule*.

Não há garantias de que uma ex-colônia administrada com o modelo de *Indirect Rule* venha a se tornar uma nação democrática melhor. Mas com certeza o modelo de *Direct Rule* gerou uma quantidade bem maior de regimes de governo autoritários. Sendo assim, o modelo de *Indirect Rule* cria condições favoráveis ao desenvolvimento da democracia, enquanto o *Direct Rule* gerou heranças que são entraves a ela. São fatores que, isoladamente, não são determinantes, mas que com certeza tem influência no contexto da consolidação da democracia.

Dos países da África Subsaariana que são regimes autoritários, 42% foram ex-colônias de *Direct Rule*. Podemos concluir que apesar de ter sido administrado pelo modelo de *Indirect Rule* não ser uma garantia de um bom desempenho democrático, o modelo de *Direct Rule* tem uma incidência muito maior de regimes autoritários. Por isso, é possível dizer que desencadearam países com muita dificuldade de autogovernar-se e construir uma democracia de qualidade. Outros dados são mais sensíveis a várias interpretações: enquanto os

países administrados pelo modelo de *Direct Rule* não geraram nenhuma democracia completa na África, o único país assim classificado – Maurícia – é uma ex-colônia de *Indirect Rule*. Do mesmo modo, enquanto apenas 6% das democracias erradas são de *Direct Rule*, o *Indirect Rule* gerou 10%, e os regimes híbridos são 16% ex-colônias de *Indirect Rule* e 12% de *Direct Rule*. Apenas 12% dos regimes autoritários são de *Indirect Rule*, enquanto a esmagadora maioria, ou seja, 42%, são ex-colônias de *Direct Rule*.

Um dos cinco critérios levados em conta pelo The Economist para elaborar o ranking final do *Democracy Index* é o “processo eleitoral e pluralismo”, como podemos visualizar abaixo:

| | PROCESSO ELEITORAL E PLURALISMO | | | | |
|----------------------|---------------------------------|------------|------------|-----------|-----------|
| | 8.0 a 10.0 | 6.0 a 7.99 | 4.0 a 5.99 | 0 a 3.99 | Total |
| <i>Indirect Rule</i> | 8% | 14% | 6% | 12% | 20 |
| <i>Direct Rule</i> | 2% | 8% | 12% | 38% | 30 |
| Total | 5 | 11 | 9 | 25 | 50 |

Quanto ao critério “Processo Eleitoral e Pluralismo”, o Democracy Ranking classificou com melhores notas Maurícia, Botswana, Gana e Lesoto – ex-colônias de *Indirect Rule* – e Cabo Verde – ex-Colônia portuguesa de *Direct Rule* – com notas que variaram de 8.0 a 10.0. Podemos perceber a partir disso uma sensível vantagem dos países de *Indirect Rule*, que por sinal, são todas ex-colônias inglesas. Desde as teorias minimalistas de democracia até as teorias contemporâneas mais complexas, o processo eleitoral – ou seja, eleições periódicas, livres e justas – são consideradas critério básico para a democracia. Portanto, um dado importante para mensurar a qualidade da democracia em determinado país.

Já no pior desempenho, os países classificados como autoritários, temos apenas seis ex-colônias de *Indirect Rule* contra 19 de *Direct Rule*, provando novamente que os países administrados pelo modelo colonial de *Direct Rule* possuem maiores dificuldades. Podemos dizer que as ex-colônias africanas de *Direct Rule* possuem maior dificuldade em consolidar seus processos eleitorais e o seu pluralismo interno. Ocorre que muitas delas possuem processos

eleitorais periódicos, porém, manipulados, pouco livres e nada justos. Os dados dos países listados concordam em parte com os dados do Afrobarômetro (ZALAMENA, 2017).

Temos, portanto, dados sugestivos quanto ao processo eleitoral e o pluralismo político: 38% dos países classificados no ranking nesse quesito, que foram ex-colônias de *Direct Rule*, também são classificados como regimes autoritários. Embora a maioria dos países africanos tenha um cenário bastante negativo quanto as suas notas no *Democracy Index*, percebe-se que as ex-colônias de *Direct Rule* apresentam um desempenho acentuadamente pior quantitativamente falando.

O segundo critério levado em conta para elaborar o ranking final é o “funcionamento do governo”. Tal quesito é importante para a democracia, no sentido de que um governo que não funciona como deve, gera desconfiança dos cidadãos, e essa falta de legitimidade acaba tendo efeitos nocivos para a democracia, quando os cidadãos passam a acreditar que a democracia já não é o melhor modelo de governo (MOISÉS e CARNEIRO, 2008; DEL PORTO, 2016). Podemos visualizar os resultados dessa comparação na tabela abaixo:

| | FUNCIONAMENTO DO GOVERNO | | | | |
|-----------------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--------------|
| | 8.0 a 10.0 | 6.0 a 7.99 | 4.0 a 5.99 | 0 a 3.99 | Total |
| <i>Indirect Rule</i> | 6% | - | 16% | 18% | 20 |
| <i>Direct Rule</i> | 2% | 2% | 12% | 44% | 30 |
| Total | 4 | 1 | 14 | 31 | 50 |

Em relação ao funcionamento do governo, as melhores notas foram de Maurícia, África do Sul e Botswana, novamente, três ex-colônias inglesas de *Indirect Rule*, tendo como exceção Cabo Verde, que também está elencado nas melhores notas, mas é uma colônia portuguesa de *Direct Rule*. Apenas quatro dos países africanos estão qualificados com notas de 8.0 a 10.0 no quesito “Funcionamento do governo”, e apenas um país ficou classificado com nota entre 6.0 e 7.99. Ou seja, a África Subsaariana enfrenta problemas sérios em relação aos seus governos, uma vez que a grande maioria dos cinquenta países elencados pelo *Democracy Index* possuem nota abaixo de 5.99 – basicamente,

quatorze deles possuem notas entre 4.0 e 5.99 e 31 deles possuem notas que vão de zero a 3.99 – demonstrando fragilidade quase que generalizada nesse aspecto.

Em termos de percentuais, podemos ver que os países que foram administrados dentro do modelo de *Direct Rule* representam 44% dos regimes autoritários atuais. No quesito “Funcionamento do Governo”, 45 países estão numa situação ruim – ou seja, 90% dos países estão com notas de 0 a 5.99 - por isso os dados não conseguem dar conta de revelar algum padrão. O certo é que as piores notas, novamente, estão centradas nos países de *Direct Rule*.

O terceiro quesito para elaboração do ranking do *Democracy Index* é a Cultura Política. O critério “Cultura Política” está relacionado à formação de uma cultura voltada ao pensamento democrático no país. Podemos visualizar os seus resultados na tabela a seguir:

| | CULTURA POLÍTICA | | | | |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--------------|
| | 8.0 a 10.0 | 6.0 a 7.99 | 4.0 a 5.99 | 0 a 3.99 | Total |
| <i>Indirect Rule</i> | 2% | 14% | 22% | 2% | 20 |
| <i>Direct Rule</i> | - | 10% | 36 | 14% | 30 |
| Total | 1 | 12 | 29 | 8 | 50 |

Quanto a esse quesito, apenas Maurícia possui uma nota entre 8.0 e 10.0, considerada adequada para uma democracia completa. O pior desempenho (0 a 3.99) está com o Egito, Comores, República do Congo, Níger, Chade, Guiné-Bissau, Mauritânia, República Centro-Africana, sendo que apenas o Egito é uma ex-colônia de *Indirect Rule*.

Apenas 24% dos países africanos elencados no *Democracy Index* podem ser classificados como “democracia defeituosa” dentro do critério de Cultura Política; destes, 14% foram colônias de *Indirect Rule*, enquanto somente 2% - ou seja, um país, nomeadamente, Maurícia – está dentro de um nível de democracia completa. Ou seja, quanto aos países de *Indirect Rule*, temos dados inconclusivos quanto a cultura política, uma vez que 24% deles estão com notas classificadas dentro dos conceitos de regimes autoritários e regimes híbridos. Como sempre, entretanto, os países que foram ex-colônias de *Direct Rule* estão concentrados nas piores notas, ou seja, 50% dos países que os integram

receberam notas de 0 a 5.99, 36% dentro do que corresponderia a um regime híbrido e 14% dentro do que corresponderia a um regime autoritário.

Como quarto quesito considerado pelo *Democracy Index* para a compilação do ranking geral é a Participação Política:

| | PARTICIPAÇÃO POLITICA | | | | |
|-----------------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--------------|
| | 8.0 a 10.0 | 6.0 a 7.99 | 4.0 a 5.99 | 0 a 3.99 | Total |
| <i>Indirect Rule</i> | 2% | 10% | 12% | 16% | 20 |
| <i>Direct Rule</i> | - | 4% | 24% | 32% | 30 |
| Total | 1 | 7 | 18 | 24 | 50 |

Muitos trabalhos acadêmicos discorrem sobre a importância da participação política para a qualidade democrática (DALLARI, 1983; DAGNINO, 2004). Consensualmente, acredita-se que quanto mais a população participar ativamente da política, maior será a qualidade da democracia, enquanto em países que a população simplesmente delega as responsabilidades aos seus representantes via eleição e depois não se envolve mais com qualquer questão política, a qualidade democrática cai. No quesito “Participação Política” do ranking do *Democracy Index*, temos uma realidade um pouco diferente dos outros critérios: é a África do Sul que recebeu a maior nota (8.33), enquanto os países que estavam melhor colocados nos outros critérios (Maurícia, Botswana, Cabo Verde, por exemplo), ficaram com notas menores. Inclusive, Maurícia apresentou uma nota bem abaixo da sua média, ou seja, apenas 5.56. Isso quer dizer, em parte, que os países melhor classificados no ranking podem ter boas notas em termos instrumentais, mas decaem sensivelmente quando se trata do interesse do povo em participar.

De qualquer modo, embora a África do Sul tenha assumido o posto de primeiro colocado no quesito “participação política”, ela é ainda uma ex-colônia inglesa e de *Indirect Rule*, por isso o resultado do quesito permanece o mesmo em termos de “democracias completas”. Percebemos novamente que, dos 20 países que foram colônias de *Indirect Rule*, 12% estão qualificados entre “democracias completas e democracias defeituosas”, enquanto 28% estão entre “regimes híbridos e autoritários”, o que não nos dá condições de dizer que as

ex-colônias de *Indirect Rule* tem maior participação política hoje. Entretanto, os dados sobre as 30 ex-colônias de *Direct Rule* são mais reveladores: apenas 4% das notas (dois países) colocam-se na categoria de “democracias defeituosas” e 24% como regimes híbridos (que apesar dos problemas, ainda são considerados democracias), mas 32% está qualificado como regime autoritário, que não é considerado democracia.

O quinto e último critério considerado para elaboração do ranking são as liberdades civis, exposto abaixo em termos percentuais:

| | LIBERDADES CIVIS | | | | |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--------------|
| | 8.0 a 10.0 | 6.0 a 7.99 | 4.0 a 5.99 | 0 a 3.99 | Total |
| <i>Indirect Rule</i> | 6% | 12% | 10% | 12% | 20 |
| <i>Direct Rule</i> | 2% | 6% | 16% | 36% | 30 |
| Total | 4 | 9 | 13 | 24 | 50 |

Quanto ao critério de Liberdades Civis – que em termos simplistas, é o conjunto de direitos do indivíduo, moderando a capacidade do Estado em interferir na vida do cidadão (BOBBIO, 2004) – temos quatro países com notas de 8.0 a 10.0, ou seja, Botswana, Maurícia, Namíbia e Cabo Verde. A novidade aqui é a Namíbia, que não constava em outros quesitos do ranking nas primeiras colocações. O pior desempenho – notas de 0 a 3.99 – tem uma série de países, a maioria deles de *Direct Rule*.

Em termos de liberdades civis, a República Democrática do Congo apresenta o pior desempenho, cuja pontuação atingiu apenas 0.88. Os dois melhores colocados no ranking de liberdades civis, com 9.71 e 9.41 respectivamente, foram Maurícia e Botswana, ambas ex-colônias inglesas de modelo de *Indirect Rule*, assim como a quarta colocada, a Namíbia, que apesar de ter passado para o domínio da África do Sul, foi também ligada à Inglaterra e herdou suas características de governança.

No meio disso, temos uma colônia portuguesa, Cabo Verde, com pontuação de 9.12, em terceiro lugar. Apesar de Cabo Verde ter sido governado em *Direct Rule*, ele tem várias especificações que diferenciam-no das demais colônias portuguesas continentais: por ser um arquipélago, Cabo Verde servia

como ponte entre a Europa e o continente africano, assim, recebeu um status diferente, sendo um intermediário na recepção/envio de escravos para as colônias americanas. Além disso, por lá uma miscigenação maior ocorreu, criando uma elite de crioulos, que passou a governar o território. Assim, embora sua governação fosse portuguesa, a elite crioula definiu seu espaço. Por outro lado, Cabo Verde tem um bom PIB graças ao turismo, e não passou por guerra para conquistar a independência, nem tampouco guerras civis posteriores, golpes de estado ou governos de transição, como é comum nos países africanos. Assim, sua trajetória ocorreu com um tanto de tranquilidade, o que propiciou, teoricamente, um melhor desempenho democrático atualmente. Cabo Verde é um exemplo de que o tipo de colonização bem como a potência conquistadora não podem ser os únicos fatores considerados a explicar uma maior ou menor qualidade democrática.

Em termos percentuais, novamente temos a constatação recorrente: por mais que ser ex-colônia de *Indirect Rule* não garanta necessariamente um bom desempenho democrático, ter sido uma ex-colônia de *Direct Rule* aumenta muito as chances de um péssimo desempenho. Ou seja, 36% dos países que foram ex-colônias de *Direct Rule* estão classificados com notas de 0 a 3.99, que equivale a regimes autoritários de acordo com a conceituação do *Democracy Index*.

Para qualificar a nossa análise, analisamos o ranking do *Democracy Index* de 2006 e comparamos com o desempenho dos países no ano de 2016, um intervalo de tempo de dez anos, conforme a tabela abaixo:

| | CRESCIMENTO | QUEDA | TOTAL |
|-----------------------------|--------------------|--------------|--------------|
| <i>Indirect Rule</i> | 28% | 12% | 20 |
| <i>Direct Rule</i> | 34% | 26% | 30 |
| Total | 31 | 19 | 50 |

Fonte: *Democracy Index* (2006, 2016)

Em 10 anos, Maurícia subiu apenas 0.24 no ranking geral, passando de 8.04 para 8.28, dados que consolidaram o país como uma democracia completa em todos os anos de divulgação do Índice. Se continuar nesse ritmo de subida, ela atingirá os 8.52 pontos em 10 anos e manterá seu status.

Detalhadamente, quanto as estimativas: **a)** Se Cabo Verde continuar subindo no ritmo que vem sustentando anualmente no ranking, em 2026 ele se

tornará uma democracia completa, com índice de 8.45; **b)** A subida de Botswana é lenta, tendo crescido apenas 0.27 de 2006 a 2016. Se continuar nesse ritmo, ele será uma democracia completa daqui há 10 anos, com o índice geral de 8.14. **c)** Gana teve um grande salto no índice, se considerarmos o primeiro ranking no ano de 2006 até o último, divulgado em 2016. O país cresceu 1.40 no índice, passando de 5.35 para 6.75. Se continuar nesse ritmo, em 10 anos Gana será uma democracia completa, com índice de 8.15. **d)** A Tunísia foi um dos maiores crescimentos do ranking, passando de 3.06 (regime autoritário) para 6.40 (democracia defeituosa). Se ela continuar nesse ritmo de crescimento, ou pelo menos chegar perto disso, entrará na classificação de democracia completa.

De acordo com os dados de subidas e quedas, Cabo Verde, Botswana, Gana e Tunísia serão uma democracia completa em dez anos se continuarem crescendo no mesmo ritmo. Então, contando com Maurícia, a África do Sul terá cinco países com democracias completas, sendo que duas delas (Cabo Verde e Tunísia) são ex-colônias de *Direct Rule*.

Considerações finais

De acordo com o relatório anual do *Democracy Index* (2016), a África tem melhorado suas posições na questão da participação política, mas continua atrasada na democracia formal, refletindo um escasso progresso democrático feito nos últimos, na medida que a região apresenta poucas oscilações positivas desde que o Índice começou a ser divulgado. Participação política e cultura política também tiveram uma sensível melhora nos últimos anos, embora apresente notáveis exceções nesse quadro, porém, esse pequeno avanço é compensado negativamente com uma baixa nas pontuações de liberdades civis e funcionamento de governo. O *The Economist*, com tudo isso, conclui que a África Subsaariana avançou em alguns termos – como por exemplo, as eleições periódicas realizadas em quase todos os países – porém, a pontuação geral continua baixa pois muitas vezes, as eleições são meros procedimentos formais com pouquíssima pluralidade.

De acordo com as comparações feitas neste trabalho, ser uma ex-colônia inglesa e ter vivenciado uma administração colonial de *Indirect Rule* não fornece garantias para uma nação cuja democracia seja mais desenvolvida/consolidada. Porém, os dados nos sugerem que as nações com melhor desempenho no *Democracy Index* frequentemente são inglesas e passaram pelo modelo de *Indirect Rule*, sugerindo assim que essas condições talvez forneçam melhores chances a esses países numa perspectiva histórica. A questão de aproveitar melhor essas chances depende de muitos outros fatores

que o *Democracy Index* não cobriu na construção de seu índice, como por exemplo, as condições econômicas de cada território.

Nessa construção, percebemos que Cabo Verde é uma exceção: uma colônia portuguesa e de administração voltada ao *Direct Rule* que atualmente tem um bom desempenho no *Democracy Index*. Conforme já relatado, isso se deve a especificidades na colonização portuguesa dos arquipélagos, criando laços diferenciados e fazendo surgir uma elite crioula dentro desses territórios, que passaram a se autogerir moderadamente e também servir como ponte entre a Europa e o continente, no que diz respeito ao comércio e tráfico de pessoas para alimentar a rede escravagista.

Bélgica, Itália e Espanha não produziram nenhuma nação bem conceituada no *Democracy Index*, pelo contrário, todas elas estão classificadas como regimes autoritários; Portugal está contemplado com uma colônia classificada como Democracia Defeituosa. Por algum motivo, São Tomé e Príncipe não está incluído no *Democracy Index*, mas a julgar pelas suas semelhanças com Cabo Verde, podemos supor que estaria bem posicionado se ali estivesse. As exceções – Libéria, Namíbia e Etiópia – nos deram uma lição prática: mesmo não tendo sido colonizadas diretamente por uma potência europeia, esse fator não ajudou muito na construção de uma ordem democrática. A Etiópia nunca foi colonizada, podendo gabar-se de ter sido a única nação africana a repelir um exército estrangeiro, mas o seu desempenho democrático é um dos piores do Ranking. A Libéria, uma colônia formada por ex-escravos americanos libertos e retornados à África, é classificada como um regime híbrido. A Namíbia nesse caso levou alguma vantagem, classificada como democracia defeituosa. Porém, nenhum deles, por menor que tenha sido o contato com colonizadores, chegou perto de desenvolver uma democracia completa, o que sugere que não podemos culpar a colonização, de modo específico e absoluto, pelos problemas que os países africanos possuem para implementar democracias.

A Inglaterra merece sim destaque em alguns aspectos: a única ex-colônia considerada uma democracia completa é Maurícia, uma colônia inglesa de *Indirect Rule*, e quatro outras ex-colônias são democracias defeituosas. Isso é mais do que qualquer outra potência atingiu no ranking: França só possui duas democracias defeituosas, e Portugal apenas uma. As demais ex-colônias francesas e portuguesas estão classificadas como regimes híbridos ou regimes autoritários. Por outro lado, é a França que mais acumula regimes autoritários na sua conta, demonstrando que o *Direct Rule* possivelmente dificultou bastante a caminhada política das nações.

Quando passamos a analisar somente o modelo de administração colonial, ficamos diante de uma realidade bem mais esclarecedora: 42% dos regimes autoritários classificados pelo *Democracy Index* são ex-colônias de *Direct Rule*, o que possibilita concluir que tal modelo gerou nações com maior

dificuldade em autogestão e em práticas democráticas. Os dados nos dizem que dos 27 países classificados como regimes autoritários (não-democráticos), apenas 6 deles foram administrados pelo modelo de *Indirect Rule*.

Os critérios utilizados para construir o ranking são mais específicos e por vezes desequilibram o resultado de um país. Por exemplo, Cabo Verde tem ótimas notas em todos os quesitos, exceto por cultura política e participação política. Se suas notas fossem equilibradas em todos os quesitos, é possível que ele ostentasse a classificação de democracia completa. As considerações finais sobre os critérios pode ser resumida em: a) no que diz respeito ao processo eleitoral e pluralismo, existe uma sensível vantagem das colônias inglesas e novamente, das nações com o pior desempenho (notas inferiores a 3.99), 38% são de *Direct Rule*; b) no que tange o funcionamento do governo, das nações com notas inferiores a 3.99, 44% estão incluídas na classificação “*Direct Rule*”; c) a cultura política é deficiente em praticamente todos os países africanos, exceto por Maurícia, e nesse quesito, a maioria das nações elencadas estão com notas menores que 5.99; d) em termos de participação política, as ex-colônias inglesas tem um ligeiro melhor desempenho em relação a ex-colônias de *Direct Rule*, que das piores classificações possui 32%, e uma exceção é que no caso da participação política, o melhor desempenho é da África do Sul, e não de Maurícia; e) quanto as liberdades civis, novamente, 36% dos países com pior desempenho foram ex-colônias de *Direct Rule*.

Nossas conclusões ficam limitadas pelo escopo modesto do artigo, mas podemos dizer que as ex-colônias administradas por meio do modelo de *Indirect Rule* tem melhores condições para consolidar sua democracia, porém, nem sempre aproveitaram, atrasando-se por inúmeros outros fatores. Porém, com certeza, ter sido uma colônia de *Direct Rule* aumenta muito as chances de mau-desempenho democrático, de acordo com os dados analisados. Isso se comprova no momento em que analisamos a curva de subida no *Democracy Index* desde o primeiro ano de divulgação do ranking (2006) até a última edição (2016), um intervalo de 10 anos, quando comprovadamente, países que foram ex-colônias de *Indirect Rule* tiveram melhoras mais significativas, ano após ano, salvo exceções. Assim, pudemos projetar uma estimativa de que – retirando da análise as hipóteses de conflitos civis, guerras, golpes de estado e outras calamidades – tais países possam atingir o status de “Democracia Completa” em cerca de 10 anos. Obviamente, essa estimativa é baseada no desempenho do país até agora, e não foi realizado nenhum tipo de cálculo estatístico para chegar a isso.

Por outro lado, temos a grande maioria dos países administrados pelo modelo de *Direct Rule* com notas inferiores a 3.99 nos critérios do índice, bem como classificados como “Regimes Autoritários” no Ranking geral, como foi possível visualizar nas tabelas. Com esses dados, podemos sugerir que ser uma ex-colônia portuguesa, francesa, belga, italiana ou espanhola vem com alguns legados negativos no pacote, e a administração colonial de *Direct Rule* deixou heranças ruins na capacidade de se autogovernar, participar da política e

consolidar a democracia.

Evidentemente, para ter uma resposta mais abrangente sobre esse assunto, precisamos incluir todos os países colonizados – expandindo esse trabalho concentrado na África para também a América, Ásia e Oceania – e agrupando muitos outros fatores culturais, sociais, políticos e econômicos, pois a democracia não se concentra apenas nas eleições ou na política, e sim, se flexibiliza em vários aspectos das relações humanas. O fator colonização não consegue explicar as características das democracias africanas, mas constitui-se em elemento fundamental da sua construção, por isso, é impossível dissociá-lo de qualquer análise sobre o tema. Como a consolidação da democracia é consequência de muitos fatores somados, outros estudos mais abrangentes são necessários para determinar a influência do modelo de administração colonial na qualidade democrática em território africano.

Referências

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. **The colonial origins of comparative development: an empirical investigation**. The American Economic Review, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001. Disponível em: <http://goo.gl/IXgLcw> .

_____. **Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution**. The Quarterly Journal of Economics, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, Jan. 2002. Disponível em: <http://goo.gl/HLqzDI> .

BALDWIN, R. E. **Patterns of development in newly settled regions**. The Manchester School, v. 24, n. 2, p. 161-179, 1956. Disponível em: <<http://goo.gl/YO05V8>>

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Elsevier Brasil, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DALLARI, Dalmo A. **O que é participação política**. Brasiliense, 1983.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **Satisfação com a democracia e avaliação de governo: fenômenos distintos?**. 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu,

24 a 28 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st06-8/10180-satisfacao-com-a-democracia-e-avaliacao-de-governo-fenomenos-distintos/file>

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. **The Quality of Democracy**. An Overview. *Journal of Democracy*, Washington, v. 15, n. 4, p. 14-25, oct. 2004.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 2010.

ENGERMAN, S.; SOKOLOFF, K. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among new world economies: a view from economic historians of the United States. In: HABER, S. **How Latin America Fell Behind**. Stanford CA: Stanford University Press, 1997.

HEEREN, A. H. L. **Handbuch der geschichte des europäischen staatensystems und seiner colonien: von der entdeckung beyder indien bis zur errichtung des französischen kaiserthrons**. Gottingen: M. Lechner, 1817.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte, Paidéia, 1987.

MOISÉS, J.A; CARNEIRO, G.P. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil**. *Revista Opinião Pública*, vol. 14, n. 1, Campinas, Junho, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001 acesso em 02 de agosto de 2017.

NORTH, D. C. **Location theory and regional economic growth**. *The Journal of Political Economy*, p. 243-258, 1955. Disponível em: <http://goo.gl/GAuvpn> .

O'DONNELL, Guillermo; VARGAS CULLELL, Jorge; IAZZETTA, Osvaldo (eds.). **The Quality of Democracy**. South Bend: University of Notre Dame Press, 2004.

PRADO Jr., C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1959. v. 9. Disponível em: <http://goo.gl/XpZy6A> .

ROSCHER, W. G. F. **Kolonien, kolonialpolitik und auswanderung**. Leipzig: Leipzig CF Winter, 1856.

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITZER, Leonardo. Introdução: Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39 82.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

THE ECONOMIST. **The Economist Intelligence Unit's index of democracy** (report), 2006. Disponível em: http://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY_INDEX_2007_v3.pdf

_____. **Democracy Index 2016: Revenge of the “deplorables”** (report), 2016. Disponível em: <http://felipesahagun.es/wp-content/uploads/2017/01/Democracy-Index-2016.pdf>

ZALAMENA, Juliana C.M. **Colonização e qualidade democrática na África** (texto manuscrito), 2017.

Colonization and democratic quality in Africa according to Democracy Index

ABSTRACT

European central countries administered their African colonies according to two models, the Indirect Rule - where local leaders were recruited to help the metropolis in government - and Direct Rule - where the administration was made by individuals from the metropolis, totally excluding local leaders. Assuming that the model of colonial administration has an influence on the consolidation of democracy today, it is suggested that countries colonized by England, whose model was the Indirect Rule, perform better in the democratic quality than the countries colonized by countries that applied the model of Direct Rule. The database for analyzing this conjecture is the Democracy Index, prepared and released by The Economist, for the year 2016. Although being managed by the Indirect Rule model is not a guarantee of a favorable democratic performance, the data suggest that countries administered by the Direct Rule model present more pessimistic and unfavorable data, which can be attributed to their difficulty to the self-govern model inherited from colonization. The “colonization” and “colonization model” factors are insufficient to explain the course of democracy in Africa, but the data suggest its clear influence on the future of democracies in Africa.

Keywords: Colonization, Africa, democracy.



A sociologia de Bernard Lahire e suas críticas à sociologia de Pierre Bourdieu

Renan de Oliveira Rodrigues¹

RESUMO

Como os indivíduos incorporam o social é uma das questões mais antigas na sociologia. Das contribuições acerca dessa questão a de Pierre Bourdieu possui notoriedade. Suas teorias, como a da prática, dos capitais, do habitus e dos campos sociais se tornaram fundamentais para qualquer pesquisador em ciências sociais. Mas nosso foco aqui é outro sociólogo francês: Bernard Lahire. A sociologia disposicionalista e contextual de Lahire tem seu foco em como os indivíduos mobilizam seus patrimônios de disposições (de esquemas de ação) conforme a pluralidade de contextos (que servem como molas da ação). Trata-se de uma profunda reflexão sobre o que muitos cientistas sociais tratam como um dado: a apreensão individual do mundo social. Ele também nos apresenta uma proposta programática, a sociologia à escala individual, que não objetiva ser exclusiva, mas busca metodologias mais eficazes para captar a pluralidade das lógicas da ação. Neste artigo discutimos não apenas a sociologia disposicionalista e a proposta programática de Bernard Lahire, mas nos detemos com especial atenção em como esse sociólogo mobiliza criticamente os aparatos teóricos e conceituais elaborados por Pierre Bourdieu.

Palavras-Chave: Pierre Bourdieu, sociologia disposicionalista, ator plural.

Recebido em 29/12/2017

Aceito para publicação em 25/04/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.18654>

Introdução

Pretende-se neste artigo analisar como Bernard Lahire, em sua *sociologia do ator plural* (também *sociologia psicológica*) e mais tarde *à escala individual*, mobiliza criticamente Pierre Bourdieu na elaboração de sua proposta programática para a sociologia. Em sua elaboração teórica a questão central é o *como* os indivíduos incorporam o social, questão cara à sociologia, na qual a obra de Bourdieu representa certamente um marco. A obra de Lahire na qual

¹ Mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: renanbsj@hotmail.com.

nos aprofundaremos mais detidamente é *O homem plural: as molas da ação* (2001 [orig. 1998]), na qual o autor se debruça enfaticamente no plano teórico e traz aos leitores uma proposta programática que mais tarde se sedimentaria como a sociologia à escala individual. Em *O homem plural...*, como em muitas outras produções, Bernard Lahire buscou estabelecer intenso diálogo com a obra de Pierre Bourdieu, principalmente com a teoria da prática e com os conceitos de campo social e de *habitus*. Buscamos seguir a seguinte ordem: uma explanação sobre a sociologia disposicionalista de Lahire, o diálogo travado com os conceitos supracitados de Bourdieu e, por fim, a proposta de programa da sociologia à escala individual e as conclusões a partir das leituras realizadas.

Neste artigo destacamos a posição de Bernard Lahire e sua postura crítica frente a sociologia de Pierre Bourdieu – ou seja, estamos no escopo da tradição sociológica francesa, de profunda influência durkheimiana. Para conservar o foco sobre a proposta sociológica de Lahire e suas interpretações acerca da obra de Bourdieu as referências utilizadas dizem basicamente respeito ao autor sobre o qual nos debruçamos.

Bernard Lahire começa sua trajetória como sociólogo da cultura e da educação – defendendo em 1990 tese de doutorado sobre fracasso escolar na escola primária – e se utiliza recorrentemente de exemplos da prática da escrita e também das práticas escolares em suas explanações, inclusive, logo após defender sua tese conduziu trabalhos sobre os usos sociais da escrita e sobre sucessos escolares improváveis – o que originou o livro *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. Os campos educacional e cultural possuem relevado destaque quanto do esforço de se compreender a incorporação do social. Lahire reaproxima psicologia e sociologia, mas tendo consciência, tal como definira Saussure, de que seu olhar para o objeto, junto ao necessário rigor científico, é o que torna o seu fazer sociologia e não as ferramentas analíticas que usa. Professor de sociologia da Université Lumière de Lyon (1986-2000) e mais tarde da École Normale Supérieure de Lyon (2001 até o presente) – o que o afastou, segundo o mesmo, da lógica parisiense de classificar os sociólogos entre “anti” ou “pró” Pierre Bourdieu (LAHIRE, 2012a, p, 199) –, definiu inicialmente sua sociologia como sociologia psicológica; apenas no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 passou a definir sua sociologia como *disposicionalista e contextualista* (LAHIRE, 2012a, 2014a).

A incorporação do social para Bernard Lahire

Pode parecer dado que incorporamos no cotidiano os gestos, atitudes,

formas de falar, ações, práticas que vemos outras pessoas terem ou fazerem. Muitas vezes as teorias que visam falar dessa incorporação do social pelo indivíduo costumam aparecer sem grandes problematizações empíricas. Tais teorias, como a da ação racional ou do *habitus*, costumam ser generalizadoras em duplo aspecto: no seu uso para entendimento sistemático da complexidade social e na generalização dos atores sociais. Para Lahire, tais generalizações constroem atores que não são observáveis empiricamente. O que pode criar a falsa impressão de que no campo encontraremos com *verdadeiros membros da classe média*, por exemplo.

Bernard Lahire sabe que o entendimento sobre a incorporação do social, e por sua vez a proposta que nos traz, tem implicações sociopolíticas. Entendendo que a compreensão sobre o que é a ação implica num diferente preparo do terreno para se reformar as maneiras de agir. Implicações sócio-históricas também se fazem presentes, dado que as noções de unicidade e de pluralidade vão sendo articuladas de formas diferentes – em intensidade e em sentido – com o caminhar dos últimos séculos até os dias de hoje, no desenvolvimento do que se costuma chamar modernidade.

A sociologia do ator plural – e mais adiante à escala individual – não pretende ser uma sociologia do escopo metodológico individualista, mas sim uma sociologia que traga à tona as variações individuais de esquemas de ação (disposições) assimiladas pelos atores no decorrer de suas vidas – tendo em mente que novos quadros de socialização podem engendrar novas disposições. A ação nesse caso dependerá das situações (contextos) que serão as molas que projetarão o indivíduo a determinada prática. No mais, as explicações macrossociológicas e estatísticas não são em si um problema, por vezes elas permitirão um diálogo com as evidências coletadas empiricamente. O problema se dá quando tais explicações iludem dando uma ideia de unicidade, ou mesmo de invariabilidade, quando não trata seus atores generalizados como ilustrações, mas como casos particulares do real, ou mesmo quando a partir do estudo de uma só situação se busca traçar um modelo da sociedade em seu conjunto. Lahire (2001, p. 27) enfatiza também o risco inverso de cair no empirismo radical, “*que já não apreenderia senão uma pulverização de identidades, de papéis, de comportamentos, de ações e de reações sem nenhuma espécie de ligação entre eles*”.

Temos em Bernard Lahire que a ideia de singularidade não implica em unicidade ou irrepitibilidade. Nos argumenta que não é pertinente em sua obra se se trata de um método individualizante ou generalizante. A sociologia do ator

plural visa responder uma necessidade presente, fruto do processo de individualização a que estamos sujeitos. Objetiva mostrar que a oposição indivíduo e sociedade é falsa² e faz isso construindo uma narrativa sobre a produção dos indivíduos, evidenciando que o social não se reduz ao coletivo ou ao geral, mas que se faz presente mesmo no indivíduo (LAHIRE, 2002^a, p. 174).

A desconstrução inicial se dará sobre as teses de unicidade e de homogeneidade, mas também abarcará a naturalização com a qual boa parte da sociologia aborda a incorporação do social. As constantes generalizações estimulam o imaginário de indivíduos homogêneos – “o brasileiro”, a “cultura/identidade nacional”, por exemplo – e deixam à margem o que viria a ser heterogêneo ou mesmo contraditório. Muitas vezes se prima em olhar para coletivos, grupos, classe sociais, deixando como objeto de estudo menor os indivíduos e suas práticas ordinárias. A questão da unicidade traz consigo muitas vezes uma escolha mais fundamentada em pressupostos éticos – sob a crença do indivíduo único, exclusivo, singular e à parte da sociedade – do que empíricos. Olhando para unidade mínima de análise, que é o indivíduo, podemos entender a multiplicidade de disposições que esse expressa corriqueiramente e ligar ao seu pertencimento social.

A herança do capital cultural, conceito caro a Pierre Bourdieu, serve para ilustrar a naturalização com que se encara a ideia de transferência de disposições – transferência que ocorre com ou sem conhecimento do transmissor ou do receptor. Tal herança é fruto de um trabalho incessante, cotidiano, e não operado “naturalmente” sobre os sujeitos – sequer há garantia na transferibilidade de tal herança, nem de que ela será transmitida de forma idêntica para diferentes agentes. Lembrando que para Bourdieu o capital cultural³ garante a perpetuação dos marcadores sociais de distinção e a reprodução da estrutura social.

Para Lahire, é mais provável encontrar atores individuais com disposições heterogêneas e contraditórias, do que atores com coerência e homogeneidade dos esquemas que compõe seu patrimônio de disposições.

² Para além de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire terá Norbert Elias como referência na abordagem que propõe. Outras referências serão traçadas, tais como Basil Bernstein, Jack Goody e Maurice Halbwachs. Também teremos grande influência dos clássicos, principalmente Émile Durkheim – mesmo pondo seu programa como “antidurkheimiano” e próximo do individualismo metodológico (LAHIRE, 2001, p. 253) –, mas o diálogo com o método weberiano de análise, bem como a abordagem marxiana (Lahire chega mesmo a usar o conceito de classe social) são (menos recorrentes, mas) presentes.

³ Não tem como deixar de destacar ainda os três outros tipos de capital: o econômico, o social e o simbólico. Apesar da abordagem destacar o capital cultural para fins analíticos, os quatro estão profundamente relacionados.

Afinal, cada ator pertence ao mesmo tempo a vários grupos, que também não são nem homogêneos nem imutáveis: “[...] vivemos experiências variadas, diferentes e, por vezes, contraditórias. Um ator plural é, portanto, o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos” (LAHIRE, 2001, p. 46). Nesse sentido, temos que um ator plural possui um *patrimônio de esquemas de ação*, de disposições, que são organizados na forma de repertórios sociais, distintos entre si, mas comportando elementos comuns, por vezes, interconectados. Esquemas de ação que são adquiridos nas experiências dos indivíduos no interior de cada contexto social e que depois de incorporados passam a ser ativados em situações/contextos não necessariamente análogo ao qual foi adquirido, “o ator plural pode ativar esquemas de ação (disposições...) diferentes e, mesmo, por vezes, contraditórios em contextos sociais diferentes” (idem, p. 128). Reiteramos que a transferibilidade das disposições não se dá necessariamente em todas as ocasiões nem há garantia da ativação de tal ou qual disposição em determinado contexto – trata-se mais de uma ativação-inibição de disposições conforme a situação do que de um sistema de disposição que conduz tal ou qual comportamento nesta ou naquela situação –, bem como a ideia de patrimônio ilustra uma forma não rígida de acumulação de disposições, contrariamente ao que poderia se fazer crer a noção de sistema.

A família terá especial atenção de Lahire, pois é o espaço primário (de socialização primária) onde se começa a estabelecer o patrimônio de esquemas de ação individual, mas será posta em xeque a ideia de universo familiar homogêneo, harmonioso, indiferenciado, etc. Será, por exemplo, no ambiente familiar que muitos dos hábitos de leitura, difusamente apresentados, começarão a ser incorporados. A ideia de herança repercute com força nesse ponto: heranças materiais e imateriais. Lahire (2011) destaca ainda que as heranças materiais sempre vêm acompanhadas de certa transmissão de conteúdo imaterial, tais como gostos, competências, etc. e também do que será necessário para se apropriar de forma adequada a essas heranças.

A título de ilustração podemos pensar que uma criança, já nas primeiras idades, quando começa a frequentar a creche/escola, espaços secundários de socialização, pode passar a entender que as expectativas sobre o comportamento dela não são as mesmas ora em casa ora na creche/escola, o que já começa a apontar para comportamentos diferentes e mesmo contraditórios – que podem ser indesejados de uma parte ou de outra – conforme os contextos nas quais elas estejam inseridas, o que não impossibilita o uso de um esquema de ação apreendido num ambiente sendo utilizado em outro, em situação análoga ou não.

Ainda temos que as disposições, ou esquemas de ação, podem ser mais gerais ou parciais, sendo gerais quando encontram uma série de situações propícias para o seu desenvolvimento, e parciais quando ativadas apenas em situações particulares. Temos então que o grau de generalização dos contextos é de suma importância.

Para Frédéric Vandenberghe (2013, p. 75), o uso de “contextos” em Bernard Lahire, “*é uma espécie de conceito guarda-chuva*”, “*que abarca tudo com que os atores se deparam no seu ambiente e que impinge sobre suas ações no presente e a partir do exterior (classe, poder, organizações, instituições etc.)*”. Logo, seu significado é amplo e pode designar “*espaços sociais abstratos*”, “*domínios institucionais ou funcionais*”, “*microcontextos*”, “*situações*” etc. O que implica num mundo plural para pessoas plurais.

Outra problematização realizada por Lahire é sobre o que identifica como duas tendências seguidas pelos que tratam das ações e dos atores (duas tradições sociológicas): 1. a tendência de valorização da experiência passada, como se as atitudes presentes estivessem sempre em grande nível condicionadas às experiências adquiridas; e 2. a tendência de ignorar o passado, em leituras situacionistas das ações, como se os atores fossem desprovidos de passado e, dessa forma, agissem sempre coagidos pelo presente. O autor propõe não aceitar de pronto seguir por uma ou outra tendência, mas buscar o diálogo entre elas, olhando com atenção a relação entre esse passado (incorporado) com o presente (contextual):

Mais do que supor a sistemática influência do presente, dito por outras palavras, mais do que imaginar que todo o nosso passado, como um bloco ou uma síntese homogênea, persegue em cada momento todas as nossas situações vividas (as abordagens estatísticas, probabilísticas, ensinam-nos que o passado de um ator abre – e fecha – o seu campo dos possíveis presentes, mas não podem em nenhum caso descrever a relação passado-presente em termos de causalidade, por exemplo), o campo de investigação aqui proposto abre a questão das modalidades de desencadeamento dos esquemas de ação incorporados (produzidos ao longo do conjunto das experiências passadas) pelos elementos ou pela configuração da situação presente, isto é, a questão das maneiras como uma parte – e apenas uma parte – das experiências passadas é incorporada, convocada, despertada pela situação presente (LAHIRE, 2001, p. 67).

Para Lahire, podemos descrever as propriedades relacionais, pois não

passaria de um jogo de palavras – que uma retórica envolvente pode fazer crer – apostarmos numa causalidade que determine as ações humanas. Nenhum fator no momento do encontro é mais determinante do que outro. No mais, sempre haverá incertezas quanto aos desencadeamentos da ação. A crença numa espécie de disposições permanentes (generalizáveis e transponíveis) acaba pondo o contexto de lado, negligenciando-o, pondo-o como sempre análogo e sem momentos de crise, ou eliminando-o. A conclusão é de que o presente delimita o que do passado incorporado será ativado.

Crítica à teoria da prática a partir da escrita

Muitas vezes a noção de sentido prático nos é transmitida como a prática não-reflexiva. Pode-se pensar que o sentido prático no uso da linguagem⁴ é o exercício desta de forma pragmática. Ela é pensada nos moldes da urgência temporal e das necessidades econômicas imediatas. Lahire elaborará sua crítica na suspensão dessa urgência, bem como se distanciando das necessidades econômicas imediatas.

A redução economista da realidade social não permite de modo nenhum compreender a passagem da relação não reflexiva, pragmática com a linguagem [...] à relação reflexiva com a linguagem. [...]. E não é negar a importância da economia afirmar que esta não tem nenhum efeito direto sobre o tipo de relação que estabelecemos com a linguagem e que é preferível compreender a sociogênese dos saberes e das técnicas-exercícios que são produtoras de uma relação reflexiva com a linguagem mais do que crer ter analisado a essência de todos os exercícios escolásticos [...] (LAHIRE, 2001, p. 148-149).

Lahire terá como proposta uma volta à análise empírica de certas

⁴ Vale fazer aqui uma breve consideração sobre a linguagem. Bernard Lahire terá a linguagem como um dos motores da ação, mas não verá ação e linguagem como desconectados: “Porque a linguagem está no centro de toda a prática, de toda a forma de vida social [...], por essa razão, não tem, enfim, nenhum sentido encará-la como objeto *particular* de investigação sociológica [...]” (LAHIRE, 2001, p. 220). Assim, linguagem e sociedade, ordem linguística e ordem social, não são duas realidades distintas e relativamente autônomas, dado que não existe prática, por consequência, nem ação, fora da prática linguística. Distinção que Bourdieu, segundo Lahire, operava de forma rigorosamente formalizada: “Dizer que a atividade linguística (sob todas as suas formas) é apenas a 'expressão' de alguma coisa que já se formou na consciência fora de todo o instrumento linguístico, 'expressão' que seria uma espécie de 'exteriorização' de uma atividade 'interior', 'privada', 'íntima', isso seria afirmar que the tail wags the dog (a cauda abana o cão)” (LAHIRE, 2001, p. 222).

práticas, como as práticas ordinárias da escrita doméstica: nos fazeres de listas de compras, itinerários de viagem, notas em agenda, etc. Tais práticas podem apresentar uma “relação negativa” frente à memória incorporada do *habitus*. Tratará então de uma escrita com grande possibilidade de domínio simbólico, de racionalização. É como diferenciar a lista de compras que se faz para o abastecimento da casa para a semana, da lista que se faz para o preparo de alguma refeição não-habitual – a primeira geralmente não rompe com a urgência prática da ação, enquanto que a segunda geralmente rompe. A prática sob esses moldes também poderia nos fazer crer que um consumidor qualquer agiria de forma pré-reflexiva à situação de escolha frente aos muitos produtos que tivesse a sua frente – numa situação de compra, por exemplo, mas expansível para muitas outras práticas.

Para Lahire, escrever pode ainda servir para aliviar nossa tensão em momentos difíceis, de crise, por exemplo. Outro exemplo é quando se vai ligar para uma empresa a fim de se queixar de determinado serviço; o indivíduo que fará a ligação pode fazer uma série de notas para se guiar enquanto estiver ao telefone, até mesmo para escapar da situação de lembrar-se de algo que deveria ser dito apenas após a ligação. Nesse caso, tomamos notas para gerir o discurso que fazemos: “*O habitus linguístico, o sentido linguístico prático já não basta devido à tensão da situação da fala*” (LAHIRE, 2001, p. 169). Situações difíceis, de crise, e/ou quando sabemos que nossa escrita – nós mesmos, como no caso de uma apresentação – será avaliada em sua performance podem romper com a espontaneidade, criando certo tipo de distanciamento com a necessidade imediata, conduzindo os indivíduos a imaginarem consequências, a produzirem rascunhos, a corrigir-se constantemente.

A partir da escrita, então, Lahire elabora sua crítica ao *sentido prático*:

Quando o sentido prático (o habitus) já não basta para “se lembrar” ou para agir devido ao caráter inabitual das coisas, em nome do alongamento dos períodos de tempo a dominar e da necessidade de preparar o futuro, por causa da complexidade das atividades a gerir, da tensão devida à oficialidade da situação, da ausência do corpo, ou de perturbações-desorganizações mentais passageiras, então faz-se apelo ao escrito. [...] Ele [o texto escrito] permite pôr em forma, organizar, prever, planificar uma prática fora dela, antes da sua execução e pelo mesmo motivo, desfiar ou desfazer a urgência prática que pesa sobre a ação (LAHIRE, 2001, p. 175 – grifos do autor).

A prática da escrita, no entanto, não é oposta ao improvisado ou ao sentido prático, mesmo. Dado que as situações nas quais os indivíduos podem ser postos (ou se

colocarem) poderiam mesmo anular todo aquele preparo, bem como tal preparo traz consigo forte carga de conhecimentos práticos já incorporados. Outro ponto, para Lahire, é que o *habitus* enquanto gerador de práticas possui valor explicativo mais expressivo onde as práticas escritas (de codificação da realidade) são menos abundantes⁵.

A socióloga Sofia Amândio (2014) nos acrescenta nessa discussão:

Não defendendo o “ajustamento pré-reflexivo das disposições incorporadas às situações práticas” (Bourdieu, 1980), Lahire identifica funções – mnemônicas, organizadoras, planificadoras, reflexivas – de diferentes tipos de escrita doméstica que rompem com o sentido prático, e sugere que existe uma série de ações pensadas, controladas e planejadas que escapam à ação programada. (...) A leitura, ou a escrita, são, assim, vistos como instrumentos que permitem explorar mentalmente reações possíveis a situações novas, precisamente quando o indivíduo não pode recorrer de modo automático a um habitus, ou a um repertório de ação “finalizado” e “pronto a utilizar” (p. 39).

Outros apontamentos sobre a teoria da prática

Prosseguindo na análise, Lahire identifica uma ambiguidade sobre a palavra prática, que ora se opõe a discurso, ora se opõe a tudo que é teórico. Muitas vezes ainda designa de forma genérica as atividades sociais diversas. Para ele, “*é antes de tudo para assinalar essa diferença essencial entre o sábio e o técnico (o prático), o que está em situação de analisar e o que está em situação de agir, que Pierre Bourdieu construiu a sua ‘teoria da prática’*” (LAHIRE, 2001, p. 185). Distinção difícil entre o teórico – “possuidor de uma lógica lógica” – e o prático – “possuidor de uma lógica prática” – pois o próprio teórico em sua atividade laboral pode estar sendo orientado por um sentido prático do seu ofício, seus hábitos profissionais.

Para Lahire a teoria da prática de Bourdieu foi construída para se opor às concepções que punham o ator orientando sua ação de maneira racional, intencional, calculada. Por isso seu comprometimento com a urgência da ação,

⁵ Lahire vai ressaltar que Bourdieu utiliza a teoria do *habitus* para tratar da sociedade Cabila, ou seja, bem como havia feito Durkheim, utilizará tal teoria para o estudo de sociedades menos complexas. A questão é que ele utilizar a teoria do *habitus* também para sociedades complexas.

mas, sem ignorar a possibilidade do ator agir fundamentado em algum cálculo estratégico. Segundo Lahire, Bourdieu também utilizará o par teórico “domínio prático” e “domínio simbólico” para dar conta da diferença entre os arbitrários culturais de dominantes e dominados – e pondo o domínio simbólico da prática sob jugo das condições materiais de existência, que imputariam maior urgência da prática –, parecendo ainda o conceito de *habitus* ora englobar o domínio prático e ora o simbólico. Sendo o *habitus* o sentido prático sem consciência (não-reflexivo ou pré-reflexivo) seria uma contradição utilizá-lo na atividade do teórico (voltando ao exemplo acima) no domínio simbólico (consciente, racional). Afinal, “*se, com efeito, o habitus é essa experiência pré-reflexiva, não teórica..., então é claro que todas as práticas não têm o habitus como princípio gerador*” (LAHIRE, 2001, p. 189). Então, com o conceito de *habitus* teríamos tanto um *habitus* prático quanto um *habitus* reflexivo, o que implicaria numa contradição, dado que seria uma “pré-reflexividade reflexiva”. Lahire conclui: “*e é, sem dúvida, à custa de querer enfrentar demasiados problemas ao mesmo tempo com o mesmo instrumento teórico (...) que o instrumento pode acabar por se quebrar*” (idem).

Muitos dos exemplos utilizados por Bourdieu são de práticas esportivas, nas quais a lógica prática é mais forte. “*As condições do cálculo racional nunca são praticamente concretizadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc.*” (BOURDIEU, 1987, p. 21 apud LAHIRE, 2001, p. 191). Contudo, apontará Lahire, o mundo não é essa urgência constante, como num jogo – e mesmo no jogo há brechas para a reflexão, pois sendo o praticante muito experiente, suficientemente treinado, ele consegue refletir sobre o jogo no mesmo momento em que o pratica. No mais, nem sempre a ação pode ser reduzida a um piscar de olhos, ao tempo de pronunciar uma palavra. Fazemos compras, preparamos uma apresentação, reformamos a casa, ou seja, os tempos da ação são os mais variados. Ao passo que é absurdo supor que os atores nunca são estratégicos/intencionais numa ação também o seria supor o inverso.

Há ainda um “(mau) hábito intelectual” que distingue rigorosamente a ação da reflexão. Somos levados a pensar a ação fora da reflexão, bem como a reflexão fora da ação. Quase nunca se trata da reflexão dentro da ação. Para Lahire, esse dualismo – de ou se põe a refletir ou se põe a agir – se deve pela perspectiva logocêntrica de como é encarada a reflexão (como culta, racional, teórica, etc.). “*Uma teoria da ação deve, portanto, integrar no seu programa científico o estudo das diferentes formas de reflexão que agem em diferentes tipos de ação*” (LAHIRE, 2001, p. 203-204 – grifos do autor).

A teoria do habitus

O *habitus* implica num sistema de disposições, com relativa primazia das experiências passadas, uma presença no/do passado nas situações presentes. Para Bourdieu, “o habitus, na qualidade de disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, alargada para além dos limites daquilo que foi diretamente adquirido” (BOURDIEU, 1979, p. 190 apud LAHIRE, 2001, p. 115). Para Lahire:

Com esta ferramenta teórica [o habitus], o sociólogo [Pierre Bourdieu] pretendia apreender o social sob sua forma incorporada (o que o mundo social deixa em cada um de nós na forma de propensões a agir e reagir de certa forma, de preferências e detestações, de modos de perceber, pensar e sentir) e assim atacar as bases do mito da liberdade individual” (LAHIRE, 2002b, p. 45).

Uma das questões suscitadas por Bernard Lahire é que muitos sociólogos acabam trabalhando com esse conceito, ou mesmo com as ideias de disposição ou esquemas de ação (e a transferência dos mesmos), como se fosse um fato empírico dado ou claramente estabelecido. Lahire trabalhará tais questões em pesquisas empíricas, comparando, de forma sistemática, as disposições sociais, isso conforme o contexto de ação no qual o indivíduo esteja inserido.

A teoria do *habitus* é, ao mesmo tempo, uma teoria da socialização, da ação e da prática – da qual é princípio gerador. E mais, a teoria do *habitus* é voltada para o sujeito especializado, com a lacuna da (quase) inexistência do esforço de especificar a construção deste.

A crítica que Lahire aplica sobre Bourdieu é principalmente empírica. Segundo Lahire (2012a), “o que Bourdieu designava por habitus era um caso muito particular (e talvez mesmo excepcional nas sociedades diferenciadas) de patrimônio individual de disposições” (p. 206). O que se teria então é um conceito retórico deduzido das práticas sociais, mas que vivenciou raso confronto com a realidade histórica e empírica. De certa forma a sociologia à escala individual buscaria trabalhar empiricamente com tal conceito.

Segundo Sofia Amândio (2014), sustentando-se na linha argumentativa de Bernard Lahire, a sociologia disposicionalista de Pierre Bourdieu via indivíduos homogêneos num mundo heterogêneo. O *habitus* então seria *um*, o indivíduo capaz de viver crises e sofrer por conta delas seria incapaz de

transformar-se, ou seja, mesmo no seio de uma sociedade diferenciada os indivíduos não teriam seus *habitus* afetados. Amândio conclui que o “*ator plural é o indivíduo cujo conjunto de práticas é irreduzível a uma ‘fórmula geradora’ ou a um ‘princípio gerador’*” (p. 44), e prossegue, “*surge assim a necessidade de comparar sistematicamente as disposições sociais [...] em função do contexto de ação considerado. O que está em causa não é a sociogênese do habitus, mas antes a gênese das disposições*” (p. 44-45 – grifos da autora). A saída, apontada por Lahire, seria a de acompanhar os atores em diferentes situações da vida social⁶.

Para Lahire, um ator, bem como as suas disposições, não pode ser definido por uma única “situação”, nem mesmo por coordenadas sociais determinadas. Tal generalização seria abusiva. Bourdieu já sentenciava que “*o mesmo habitus de classe pode gerar opiniões políticas ou estéticas radicalmente opostas*” (BOURDIEU e PASSERON, 1970, p. 51 apud LAHIRE, 2001, p. 105). Mas, mesmo sob tal alerta a teoria do *habitus* continuou a ser tratada como um sistema (mais estático e homogêneo), ao invés de um patrimônio (mais dinâmico e heterogêneo), de disposições, por vezes negligenciador dos contextos da ação – que pode, inclusive, levar os atores à utilização de esquemas de ação julgados como não coerentes ou inadaptados a uma situação vivida.

Os campos (e subcampos) sociais

A teoria dos campos sociais explicita um modo de pensar a diferenciação social, “*dá continuidade a uma longa tradição de reflexões sociológicas e antropológicas sobre a diferenciação histórica das atividades ou das funções sociais e sobre a divisão social do trabalho*” (LAHIRE, 2002b, p. 48). Campos sociais são espaços estruturados, relativamente autônomos, com posições a serem ocupadas, regras a serem seguidas, interesses, com seus capitais (desigualmente distribuídos) e lutas específicas.

Lahire tem que os campos e subcampos parecem se apossar de toda forma de interação entre indivíduos, com a constante ilusão de que os atores já nasceram dentro de tal ou qual campo – o que explica de certa forma a falta de interesse pela vida desses atores fora do campo que produzem. Fica a questão se para todo encontro entre pessoas teremos como pano de fundo a constituição de um campo social. Um encontro casual, para Lahire, não consiste

⁶ A influência de Lahire já gerou muitas pesquisas neste sentido, de acompanhar os atores em diferentes situações ou mesmo de entrevistas seguidas com os mesmos atores.

necessariamente na formação de um campo, bem como algumas práticas – e objetos – pertencem a vários campos ao mesmo tempo. O campo jurídico, por exemplo, pode incluir práticas do campo universitário, bem como extra-universitário, como o religioso, o estético, o econômico, etc.

O entendimento de Lahire é de que a teoria dos campos resolve uma série de problemas científicos, mas gera outros: ignora as passagens operadas pelos agentes de um campo a outro (que pode fazer com que disposições avessas ao campo presente possam ser ativadas, bem como há também a distinção dos campos onde somos produtores dos que somos consumidores, espectadores, etc); negligencia aqueles que se definem socialmente fora de toda atividade de um determinado campo (mulheres no lar, sem atividade profissional nem pública, por exemplo); e considera fora do campo “os sem-grau”, as pessoas que se encontram à margem no campo (os funcionários que trabalham na portaria, nas cantinas, na limpeza, são exemplos, e, diga-se de passagem, indivíduos já subalternizados). É como se uma parte considerável do mundo social estivesse fora do campo de análise.

A teoria dos campos empenha muita energia para iluminar os grandes palcos em que ocorrem os desafios de poder, mas pouca para compreender os que montam esses palcos, instalam os cenários ou fabricam seus elementos, varrem o chão e os bastidores, xerocam documentos ou digitam cartas etc. (LAHIRE, 2002b, p. 50).

Para Lahire, a teoria dos campos sociais se localiza entre o micro e o macro, mas não permite pensar especificidades (ou essencialidades). Ainda se apresenta “relativamente esquelético”, não nos permitindo ver mais que espaços de correlação de forças, disputas por posição, relações de dominação, elaboração de estratégias; questões profundamente alicerçadas na distribuição de capitais específicos. Concluirá, então, que Bourdieu *reduz a sociabilidade* para a mobilização de capitais (LAHIRE, 2005, p. 50). O que não significa que seja pouca coisa, muito pelo contrário. Vale lembrar que o conceito de “contexto” de Lahire, as “molas da ação”, abarca uma pluralidade, uma diversidade, muito mais ampla.

Também o campo social, no escopo de uma sociologia da reprodução, acaba por ignorar os discursos provenientes do interior do próprio campo em análise. Por exemplo, a ideia da escola como reprodutora das desigualdades sociais pode levar a ignorar as relações no interior das atividades pedagógicas:

Al asociar los fenómenos de desigualdad académica a la estructura desigual de la distribución del capital cultural y a los fenómenos de herencias culturales, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron desembocaron en visiones sociológicas ahistóricas [...] y un poco formales del mundo social, no captando otra cosa que estructuras desiguales, diferencias, proximidades, diferenciales, etc., y dejándonos inermes en lo tocante a la especificidad de la escuela, a saber, los contenidos (históricamente variables) de las actividades que se traman y de los saberes que en ella circulan, los gestos de estudios que allí se transmiten, las disposiciones que se constituyen y reconstituyen incesantemente, las formas de relaciones pedagógicas (que son también relaciones de poder) que se entablan, etc. (LAHIRE, 2002a, p. 56).

Os discursos acabam sendo postos à margem nesse processo, passam a ser encarados como representação simbólica proveniente da relação e posição institucional do agente que fala. A autoridade da linguagem não viria então da linguagem mesma, mas de fora. A linguagem se limitaria a representação da autoridade. Sendo assim teríamos quase que agentes sem discurso.

Curioso destacar que em determinado momento de sua trajetória acadêmica, Bernard Lahire para de utilizar o conceito de “campo literário” e passa a utilizar o de “jogo literário”. A razão de tal mudança pode nos esclarecer: *“as origens desta mudança conceitual estão ligadas à ausência de tomada em consideração, na teoria do campo, dos tempos vividos fora do campo e à consequente redução dos atores sociais a ‘membros do campo’”* (LAHIRE, 2012a, p. 201). Um dos motivos para essa troca é que o conceito de campo social não se mostrava suficiente para situações onde a presença dos atores produtores do campo se dava de forma intermitente. Por exemplo, a participação intermitente dos escritores no interior do universo literário, cuja escrita pode sequer ser sua fonte de renda (ou profissão) principal ou o mesmo pode não ter frequentado uma universidade ou feito parte do mundo dos literatos da sua época. Ficaria a questão de onde esses atores se localizariam no campo literário. Utiliza então a noção de “jogo”, mas de maneira diferente de Bourdieu, que para Lahire, a utilizava *“como uma simples maneira pedagógica de fazer compreender o que é o campo”* (idem, p. 202). Tal metáfora, de “jogo literário”, tem a função então de *“diferenciar os tipos de universos que oferecem condições de vida muito diferentes aos seus respectivos participantes”* (idem), principalmente uma oposição a palavra trabalho.

Uma proposta investigativa

Para Bernard Lahire não se trata de superar a herança deixada por Pierre Bourdieu. Lahire as valoriza e as articula criticamente para estabelecer um novo programa para as ciências sociais. Alguns dos principais pontos são: a abordagem metodológica deve ser escolhida conforme a natureza do estudo que se pretende desenvolver; que os indivíduos não sejam vistos nem como átomos, “*mas como produto complexo de múltiplos processos de socialização*” (LAHIRE, 2001, p. 248), nem como “indivíduos isolados”, dado que a sua própria atividade mental é produto de experiências sociais passadas; que olhando para o indivíduo estamos olhando para o social em sua forma incorporada; que não existem regularidades no mundo social que permitam aos pesquisadores tratá-las por “leis sociais” (que seria uma imprudência chamar de “lei social” enquanto relações estatísticas identificam variações, exceções); que generalizações são comumente grande obstáculos; procura-se também tornar visíveis as práticas que muitas vezes são obscurecidas por noções, conceitos e categorias; deve-se ter claro que é uma mudança de escala e não uma negação das desigualdades sociais; etc.

Os passos a serem dados metodologicamente seriam então: reconstruir/descrever as práticas, reconstruir/descrever as situações onde tais práticas se desenvolveram, reconstruir os elementos da história dos praticantes (sua trajetória, biografia, rotina, etc.) que sejam (julguem ser) importantes (LAHIRE, 2001, p. 70). Seguir um mesmo ator em situações diferentes nem sempre será possível, sendo sucessivas entrevistas⁷ e rigorosa análise documental alternativas mais viáveis – o livro *Retratos Sociológicos* (2004), de

⁷ Inclusive, Bernard Lahire utiliza este *dispositivo metodológico* de entrevistas sucessivas e o problematiza na obra *Retratos Sociológicos* (2004). Foi realizada uma série de seis entrevistas de conteúdo majoritariamente biográfico com os mesmos oito pesquisados (três homens e cinco mulheres) – comumente no domicílio dos entrevistados e abordando seis temas (que se imbricam, possuem interpenetração): escola, trabalho, corpo, lazer, sociabilidade e família (que buscam abranger o grande universo da socialização). Segundo Lahire, “só um dispositivo metodológico desse tipo permitiria julgar em que medidas algumas disposições sociais são transferíveis de uma situação para outra e avaliar o grau de heterogeneidade ou homogeneidade do patrimônio de disposições incorporadas pelos atores durante suas socializações anteriores” (p. 32). Lahire destaca ainda que as entrevistas sucessivas foram realizadas pelo mesmo pesquisador, por motivos de “continuidade e confiança” – adquirida nas entrevistas anteriores – e para tornar mais leve um dispositivo já pesado – principalmente para o pesquisado, que já dedicava bastante tempo à pesquisa, caso tivesse que ser entrevistado por muitas pessoas diferentes. Mesmo assim ainda há um risco, já que submeter o pesquisado a um mesmo pesquisador implica que o primeiro busque de alguma forma manter coerência no seu discurso conforme as entrevistas vão se seguindo.

Bernard Lahire, produto de uma pesquisa experimental, é muito interessante para ver sua proposta em prática⁸. O objetivo é reconstruir as variações do comportamento individual em variados contextos sociais – Lahire destaca ainda que muito raramente os sociólogos comparam o comportamento dos indivíduos em mais de um contexto. Deste modo, pode-se operar a passagem do “real ontológico” para o “real construído”. “*Resumindo, trata-se de desenvolver uma sociologia da pluralidade das lógicas efetivas de ação e da pluralidade das formas de relação com a ação*” (LAHIRE, 2001, p. 206 – grifos do autor).

A sociologia à escala individual não significa o não reconhecimento da existência de classes sociais ou mesmo de desigualdades (no caso, principalmente escolares, culturais e sociais). Lahire (2008, 2011) falará mesmo das desigualdades sociais, seja na interiorização gradual das expectativas – que os atores incorporam nas muitas experiências sociais e que pode conduzir a célebre frase “isso não é para nós” –, seja na centralidade que dará aos títulos escolares, que funcionam como capital, nas sociedades ocidentais – onde a educação passou a ocupar destacado papel nas relações entre classes sociais. É preciso localizar também que as obras de Bourdieu foram/são demasiadamente importantes e que em seu tempo buscavam responder sociologicamente contra certas ideologias dominantes, profundamente arraigadas no senso comum, como a da escola como espaço democrático, a meritocracia e a ideia de dom.

Sociologia, para que serve?

Uma pergunta que podemos fazer após acessarmos a produção de Bernard Lahire é o *para que serve a sociologia?* Pergunta chave que deveria estar no âmago de todas as práticas científicas. Novamente o nosso autor tem profunda influência de Pierre Bourdieu, segundo o qual uma das razões a que serve a sociologia é a de “*compreender o mundo social, a começar pelos poderes, operação que não é neutra socialmente e que preenche sem nenhuma dívida uma função social*”, tal sentido se dá “*porque não existe poder que não deva uma parte – e não a menor delas – de sua eficácia ao desconhecimento dos mecanismos que o fundam*” (BOURDIEU, 1980, p. 23-24 apud LAHIRE, 2014b, p. 49). Trata-se então não de servir a alguém ou a algo, mas de preencher

⁸ Segundo o autor: “o horizonte regulador deste trabalho foi o de avaliar a rentabilidade científica de todo um léxico conceitual disposicional, por meio de uma pesquisa concebida para atualizar e interpretar as variações contextuais dos comportamentos e atitudes de indivíduos singulares (variações intra-individuais)” (LAHIRE, 2004, p. 20).

uma função social:

Na falta de ciências sociais fortes, e cujos resultados são o mais amplamente difundidos, os cidadãos ficariam totalmente desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas numa sociedade na qual o lugar do simbólico (ou seja do trabalho sobre as representações) é consideravelmente apagado. O papel dos especialistas da comunicação política (melhor, porém, seria falar de “manipulação política”) ou do marketing, dos jornalistas, dos pesquisadores, quase cientistas, dos retóricos mais ou menos hábeis, enfim, de todos os sofistas dos tempos modernos, não parou de crescer, e é, portanto, imprescindível transmitir, o mais racionalmente possível e para o maior número de pessoas, os meios de decifrar e de contestar os discursos de ilusão sobre o mundo social (LAHIRE, 2014b, p. 50)

Neste sentido o ensino da sociologia ganha grande importância, tratando-se de “*transmitir o mais racionalmente possível para o maior número de pessoas, os meios de decifrar e de contestar os discursos de ilusão sobre o mundo social*” (idem, p. 52). Não à toa essa disciplina é constantemente ameaçada de ser retirada dos currículos escolares. No mais, o conhecimento sobre os processos sociais contribuiria para uma formação cidadã, como prezam a maioria dos estados.

Conclusão

Sem dúvida a contribuição de Bernard Lahire é muito importante e nos acrescenta muito para uma melhor compreensão do escopo teórico desenvolvido por Pierre Bourdieu. São autores imprescindíveis para acessar a sociologia disposicionalista. Vale constar que Lahire se assume como “*herdeiro heterodoxo da sociologia incarnada*” de Bourdieu, e que por isso atrai a ira de outros herdeiros mais ortodoxos, bem como dos detratores dessa sociologia (LAHIRE, 2014a, p. 270). Como dito por Frédéric Vandenberghe (2013, p. 71): “*Bernard Lahire é simultaneamente o mais aguerrido dos críticos de Bourdieu e o mais fiel de seus discípulos*”. E claro, ser um crítico aguerrido não implica em ser um opositor ferrenho.

Bom ter em mente também que a proposta programática de Lahire, a sociologia à escala individual, não pretende ser única, muito pelo contrário; ele valoriza as diferentes metodologias, vendo-as mesmo em complementaridade.

Sua proposta nos abre a possibilidade de leituras críticas, de problematizações, sobre análises sociais simplistas (e parciais) que são amplamente veiculadas, bem como fortalece o embate ao senso comum – que muitas vezes serve para legitimar o poder de dominantes – que atinge a todos cotidianamente.

É de fundamental importância, para nós pesquisadores e educadores, aprofundar nosso conhecimento sobre *como* os indivíduos incorporam o social, sobre o processo de socialização⁹ mesmo. Das reflexões constantes que devemos ter estão a desnaturalização sobre a formação social dos indivíduos; um olhar atento que vai da socialização primária (familiar – o que não implica em homogeneidade) à secundária (escolar, profissional, estética etc. – que não são meras atualizações/desenvolvimentos da socialização primária) de forma não mecânica; da importância e do peso da origem social; da construção das trajetórias, comumente não lineares e preenchidas de incertezas no caminho.

Talvez apresentar o trabalho de Bernard Lahire conforme propomos fazer, sem utilizar fontes primárias sobre as obras e teorias de Pierre Bourdieu – que são amplamente difundidas, analisadas, reproduzidas –, possa parecer um equívoco, mas a ideia era mesmo focar em como Lahire o mobiliza e, quem sabe, gerar interrogações para os já iniciados e curiosidade para os não iniciados nessas sociologias.

Referências

AMÂNDIO, Sofia. **O fio constitutivo da sociologia empírica de Bernard Lahire**. Em: Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n. 76, 2014. Pp. 33-49. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/1669>.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da ação**. Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 2001.

_____. **Campo, fuera de campo e contracampo**. Em: Colección Pedagógica Universitaria 37-38, enero-junio/julio-diciembre. 2002 (2002a). Pp: 01-37. Disponível em:

⁹ Em síntese, para que o conceito de socialização não seja um dado sem necessidade de problematização, de profundo caráter retórico, “é preciso então precisar – descrever e analisar – os quadros (universo, instâncias, instituições), as modalidades (maneiras, formas, técnicas etc.), os tempos (momento em um percurso individual, duração das ações socializadoras, grau de intensidade e ritmo dessas ações) e os efeitos (disposições a acreditar, a sentir, a julgar, a se representar, a agir, mais ou menos duradouras) de socialização” (LAHIRE, 2015, p. 1395).

https://www.uv.mx/cpue/coleccion/N_3738/H%20Lahire%20campo%20contra%20campo.pdf.

_____. **Reprodução ou prolongamentos críticos.** Em: Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 78. 2002 (2002b). Pp. 37-55.

_____. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais.** Porto Alegre: Artmed, 2004. Pp: 19-46.

_____. **Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual.** Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n. 49, 2005. Pp. 11-42.

_____. **Diferenças ou desigualdades: que condições sócio-históricas para a produção de capital cultural?** Sociólogo, n. 18 (II série). 2008. Pp. 79-85.

_____. **A transmissão familiar da ordem desigual das coisas.** Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011. Pp 13-22.

_____. **Do homem plural ao mundo plural.** Entrevista concedida a Sofia Amândio. Análise Social, 202, v. XLVII. 2012a. Pp: 195-208.

_____. **De la teoría del habitus a una sociologia psicológica.** Em: Revista de Investigación Educativa, núm. 14, enero-junio, 2012 (2012b). Pp. 75-105.

_____. **Discurso proferido durante a cerimônia oficial de entrega da médaille d'argent do CNRS.** Em: Cadernos do Sociófilo (IESP-UERJ), Quarto Caderno, 2014 (2014a). Pp. 267-273.

_____. **Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia?** Em: Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014 (2014b). Pp. 45-61.

_____. **A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização.** Em: Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, dez., 2015. Pp. 1393-1404. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1393.pdf>.

LIMA JÚNIOR, Paulo; MASSI, Luciana. **Retratos sociológicos: uma metodologia de investigação para a pesquisa em educação.** Em: Revista Ciência e Educação, Bauru, v. 21, n. 3, 2015. Pp. 559-574.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Em defesa de uma sociologia em escala individual.** *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016. Pp. 487-492.

VANDENBERGHE, Frédéric. **A Sociologia na escala individual: Margareth Archer e Bernard Lahire**. Em: Cadernos do Sociofilo (IESP-UERJ), Quarto Caderno, 2013. Pp. 70-112.

The sociology of Bernard Lahire and his criticisms of Pierre Bourdieu's sociology

ABSTRACT

The question of how individuals incorporate the social is one of the oldest issues in sociology. Pierre Bourdieu's contributions to this question are notorious. His theories, such as practice, of the capitals, the *habitus*, and the social fields, have become fundamental to any researcher in the social sciences. But our focus here is on another french sociologist: Bernard Lahire. Lahire's dispositionalist and contextual sociology focuses on how individuals mobilize their dispositions (of schemes of action) according to the plurality of contexts (which act as springs of action). It is a profound reflection on what many social scientists treat as a given: the individual apprehension of the social world. He also presents a programmatic proposal, sociology at the individual level, which does not aim to be exclusive, but seeks more effective methodologies to capture the plurality of the logics of action. In this article we discuss not only the dispositionalist sociology and the programmatic proposition of Bernard Lahire, but we hold with special attention on how this sociologist mobilizes the theoretical and conceptual apparatuses elaborated by Pierre Bourdieu.

Keywords: Bernard Lahire, Pierre Bourdieu, dispositionalist sociology, plurel actor.



O jongo de São Benedito e o samba do tempo antigo: uma análise das narrativas dos jongueiros da região norte do Espírito Santo

Jane Seviriano Siqueira¹
Oswaldo Martins de Oliveira²

RESUMO

O intuito deste artigo é analisar as narrativas dos *jongueiros velhos* da região norte do Estado do Espírito Santo sobre o *samba do tempo antigo*, também conhecido como *samba de São Benedito*, enquanto prática cultural carregada dos atributos da *diversão*, que se segue aos momentos de religiosidade e devoção ao *santo preto* e *dos pretos*. O material foi coletado por meio de trabalho etnográfico realizado junto aos integrantes dos grupos de jongo da região denominada Sapê do Norte, localizada ao norte do estado do Espírito Santo. Para tal foi utilizada uma abordagem baseada na história oral, cujo intuito era evidenciar as memórias narradas pelos *jongueiros velhos* no presente etnográfico. Observamos que tanto o jongo quanto o *samba do tempo antigo* são práticas culturais relacionadas à devoção a São Benedito.

Palavras-Chave: Jongo, samba do tempo antigo, samba de São Benedito, sapê do Norte.

Recebido em 04/03/2018

Aceito para publicação em 27/06/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.19111>

Introdução

Os estudos que priorizam a interface entre memória e patrimônio têm relevância nas investigações junto a agrupamentos afro-brasileiros, o presente artigo enfoca as memórias sobre o jongo e o *samba do tempo antigo* no Sapê do

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFSC. Colaboradora no Programa de Pesquisa e Extensão “Jongos e Caxambu no Espírito Santo” da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Ciências Sociais pela UFES. E-mail para contato: janeviriano.siqueira@gmail.com.

² Professor no Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail para contato: oliveira.osvaldomartins@gmail.com.

Norte/ ES. A área denominada de Sapê do Norte se refere ao território quilombola situado na região norte do estado, que abrange municípios de São Mateus e de Conceição da Barra (OLIVEIRA, 2010). Interessa-nos analisar as memórias de *jongueiros velhos* sobre o jongo e o *samba do tempo antigo* na região do Sapê do Norte, partindo das lembranças de integrantes dos grupos de jongo de São Benedito em São Mateus e nas localidades de Angelim Porto dos Tocos e de Vila de Itaúnas, em Conceição da Barra. A análise se inspira em dados de pesquisas sobre o samba nos morros da Piedade e Fonte Grande, localizados na capital do estado (OLIVEIRA, 2009b; SIQUEIRA, 2013) e em pesquisa sobre jongos e caxambus realizada em municípios capixabas onde acontece a prática do jongo (GUIMARÃES & OLIVEIRA, 2017), por meio de tais investigações observamos relações existentes entre o jongo e o samba. Para alguns autores tais relações constituem quase uma genealogia de descendência do segundo em relação ao primeiro, pois afirmam que o jongo é um dos avós do samba (PACHECO & LARA, 2007). No que se refere à memória dos *jongueiros* do Sapê do Norte sobre a relação entre o jongo e o *samba do tempo antigo*, embora não tenhamos constatado nenhuma relação direta de descendência, verificamos que os *jongueiros velhos* são também aqueles que dançaram e/ou prestigiaram o *samba do tempo antigo*. Como resultado da análise, percebemos que tanto o jongo quanto o *samba do tempo antigo* são práticas culturais relacionadas à devoção a São Benedito.

A metodologia utilizada do presente artigo é a história oral com ênfase nas narrativas dos *jongueiros velhos* da região norte do Espírito Santo. O referencial teórico corresponde aos estudos sobre memórias e patrimônio cultural, partindo especificamente dos textos de Michael Pollak (1989; 1992) e Pierre Nora (1981), onde os autores argumentam que os elementos da memória estão relacionados à pessoas/personagens, lugares e eventos. Por isso, o texto tem também por objetivo ressaltar quais eram as pessoas e personagens que faziam jongo e *samba do tempo antigo* na região do Sapê do Norte.

Samba do tempo antigo e jongo: lugares de lembrança

O jongo e o *samba do tempo antigo* - enquanto práticas culturais que circulam entre gerações - são dinâmicos e são resultados de sínteses entre distintos processos sociais e históricos que têm seus desdobramentos articulados aos movimentos da economia e da política, o que implica em alterações nas práticas culturais herdadas. Nesses processos sociais e históricos ocorridos na região sudeste do Brasil, constatamos na memória dos *jongueiros velhos* da

região norte do estado do Espírito Santo diferentes práticas culturais de resistência dos africanos e de seus descendentes, como é o caso do *samba do tempo do antigo* e do *samba de São Benedito*.

Os *sambas do tempo antigo* e *de São Benedito*, assim como o jongo, são práticas culturais herdadas e ensinadas entre gerações de integrantes das famílias de jongueiros, negros e quilombolas desde o tempo em que regia a escravidão. De acordo com as narrativas dos *jongueiros velhos* (expressão dos próprios jongueiros para praticantes mais velhos), após os dias de trabalho intenso nas lavouras, nos embarreios das casas de pau-a-pique e na fabricação de farinha nos quitungos (casa de produção de farinhas), seus antepassados se encontravam à noite nestas casas, barracões, terreiros e matas para momentos de diversão e de espiritualidade. Estes lugares de lembranças que são narrados pelos jongueiros expõem uma íntima relação entre o local e as práticas realizadas no cotidiano de seus antepassados. Assim, estes jongueiros mantinham e mantêm vivas na memória as lembranças de costumes, crenças e tradições de suas terras e reinos de origem, como bem lembrou a senhora Edésia em relação a um *ponto de pemba* cantado no jongo de Júlio Tamanco:

*Esse jongo veio da Ilha do Dendê
Salve meu compadre Obaluaê.*

Esses momentos de encontros proporcionados pela prática do jongo que vem de uma suposta terra de origem – *a Ilha do Dendê* - e sua relação com uma divindade das religiões de matriz africana, *Obaluaê*, possibilitaram a realização de atividades interligadas entre religiosidade e diversão em diversos agrupamentos negros. Essa confluência ocorreu não apenas no Espírito Santo, como escreveu Oliveira (2005) em relação ao prolongamento das *rezas de ladainha* e *a dança do congo* na localidade de Retiro, como também em outros estados brasileiros, tomando por consideração o prolongamento das danças litúrgicas do candomblé com o samba tradicional no Rio de Janeiro – que de acordo com Sodré (1979; 1988) seria oriundo do estado da Bahia³.

³ O argumento do autor reforça que a prática do samba no Brasil é uma estratégia de resistência cultural. O samba é um discurso constantemente re-elaborado de acordo com os contextos nos quais o grupo está inserido, esta compreensão do samba enquanto discurso considera os movimentos que implicaram em alterações em sua organização/"configuração" e viabilizaram sua permanência no meio social como prática afirmativa de valores culturais de grupos autodeclarados negros.

Os jongueiros narradores da região do Sapê do Norte

Dentre as atividades mais recorrentes, a memória dos *jongueiros velhos* aponta as danças de jongo e do *samba do tempo antigo* como as duas *danças de negros* que durante o período da escravidão no país foram as mais prestigiadas por eles. As memórias que permitiram a composição das narrativas sobre o *samba do tempo do antigo* e o *samba de São Benedito* são pertencentes à Dona Edésia, do grupo de Jongo de São Benedito da cidade de São Mateus; Dona Sônia Ramalho, do grupo de Jongo de São Benedito da comunidade de Campo Grande, município de São Mateus; Dona Claudentina, da comunidade quilombola de Angelim Porto dos Tocos; e dos senhores Benedito da Conceição Filho (o *Preto Velho*) e Sílvio, ambos do grupo de Jongo São Benedito e São Sebastião da Vila de Itaúnas.

Edésia, que nasceu em 1926, lançou mão das lembranças de sua juventude para apresentar esta prática cultural, que ocorria em um tempo que corresponde aproximadamente ao início da década de 1940. Suas primeiras recordações acerca do *samba do tempo antigo* remontam às histórias que sua mãe contava sobre as *danças de negros*. Até esta época ela não havia visto como era a referida dança, apenas tinha ouvido as histórias. Já quando estava com a idade de aproximadamente 15 ou 16 anos, a senhora jongueira acompanhou a mãe a uma festa na região do Sapê do Norte, quando então pôde ver como era de fato a dança do *samba do tempo antigo*.

Constatamos assim que houve a transmissão dos saberes sobre o *samba do tempo do antigo*, não apenas por meio dos relatos de sua mãe, mas também pela observação e participação da referida narradora nos festejos dos antigos. Os saberes relacionados a tal prática foram transmitidos entre diferentes gerações por anos, o que possibilitou à Dona Edésia adquirir conhecimentos referentes a este samba. Sobre a experiência de conhecer o referido *samba*, a senhora contou da seguinte maneira:

Foi lá que eu fui vê como era o samba do tempo antigo. Mamãe falava muito do samba do tempo antigo, mais eu nunca tinha visto. Daí a festa nós fomos pra lá. Eu fui. Achei lindo. Foi lá que eu vi dançar o samba do tempo antigo... (Dona Edésia. São Mateus, bairro Sernamby, dezembro de 2011. Grifo nosso).

O primeiro contato da narradora com o *samba* ocorreu em festas que

aconteciam no território quilombola do Sapê do Norte, especificamente nas localidades dos Córregos de Santana, de São Pedro e do Macuco, todos no meio rural do município de Conceição da Barra, reforçando assim a concepção de que as práticas culturais do jongo e do *samba do tempo antigo* advêm de territórios quilombolas do meio rural. Segundo a narradora, “*os negros não dançavam o samba do tempo antigo na cidade*”, pois, como sabemos, uma das especificidades mais marcantes das origens das práticas culturais negras, sobretudo no norte do Espírito Santo, é o meio rural (MACHADO, 2011; OLIVEIRA, 2012; SILVA, 2014; RODRIGUES, 2016). E com *os sambas do tempo antigo e de São Benedito* não seria diferente.

Os sambas do tempo antigo e de São Benedito: o fazer e o saber

Sobre a forma de se fazer a dança e os instrumentos musicais usados no *samba do tempo antigo*, assim como sua proximidade com o jongo, Dona Edésia rememora com apreço, afirmando que era uma dança simples.

É bacana, é simples. Ai ficam os dois, o pandeiro e a caixa. Essa caixa que tem o jongo. Bate, canta e aí as pessoas vão dançando. Entra uma pessoa dança, dança, sai fora; entra outra. É bonito, é bonito, o samba do tempo antigo. [...] É samba. Bate na caixa, uma caixa e no pandeiro. E ali as mulheres vão dançando... ali eles [os homens] vão tocando. (Dona Edésia. São Mateus, bairro Sernamby, em dezembro de 2011).

Suas memórias remontam a uma apresentação de *samba* constituída por ritmo, pela melodia cantada em versos e pela dança animada dos brincantes. Nas rodas deste *samba*, as pessoas presentes participavam de três modos, a saber, como tocador, cantante e dançante. A posição de tocador era preenchida pelos homens. Eles davam o ritmo através da execução de dois instrumentos, que eram o pandeiro e a caixa. Dona Edésia indicou que a caixa utilizada para a apresentação tinha o formato redondo - ressaltamos que nas *rodas de jongo* tal instrumento é conhecido como o *tamborê*.

Os tocadores ficavam posicionados em uma das extremidades da *roda* e eles acompanhavam as batidas do pandeiro e da caixa com versos cantados durante toda a apresentação. A forma musical deste *samba* ocorria por meio de versos, ou seja, os cantos eram executados em versos. Após os puxadores do referido *samba* cantarem um verso, os demais integrantes os seguiam no canto

e na entonação. Assim, ser cantante era uma possibilidade para todos os brincantes que estavam envolvidos com a atividade da *roda*.

O momento seguinte era reservado propriamente à prática da dança. A dança consistia no movimento que cada pessoa realizava desde sua entrada na *roda* até o momento em que saía dela. A dança era realizada principalmente pelas mulheres que entravam uma a uma dentro do movimento, “rodopiavam” e cantavam os versos puxados pelos homens. Cada mulher que se apresentava para dançar “ia rodando” até passar por todo o perímetro da *roda*, em seguida saía para que outra mulher pudesse entrar e seguir no “rodopio”.

Apesar de ser executada majoritariamente pelas mulheres, a dança realizada nas *rodas de samba do tempo do antigo* também podia ser apresentada por homens. Dona Edésia contou que os homens que entravam para dançar seguiam as mesmas etapas de apresentação. Cada homem se movia por toda a extensão da *roda* cantando os versos puxados pelos tocadores e, ao final da apresentação, saía para que uma mulher pudesse dançar.

Nos dias atuais, existem cantos que pertencem ao repertório musical de apresentações do jongo cuja origem remete aos versos das *rodas de samba do tempo antigo*. Por exemplo, tal como narrou Dona Edésia, nas ocasiões em que as mulheres demoram a entrar na *roda de jongo*, é comum os puxadores cantarem um verso que é oriundo das *rodas de samba do tempo antigo*. Em dezembro de 2011, a narradora cantarolou:

Cadê a mulher do jongo?

Tamborê tá ti chamando

Cadê a mulher do jongo?

Tamborê tá ti chamando.

O verso acima, além de resistir na memória dos brincantes e ser cantado no presente etnográfico por diversos agrupamentos de jongueiros, expressa a maneira como eles construía e atribuía sentido aos instrumentos musicais. Os instrumentos musicais eram utilizados nas *rodas* por diversas gerações. Criou-se uma relação de proximidade com estes objetos, que são bens culturais, de maneira que eles passaram a ocupar a posição de próprios brincantes que podem, assim, interagir diretamente na dança. No caso da ilustração apontada por Dona Edésia, as mulheres respondem prontamente ao chamado do *tamborê* entrando na *roda* e dançando o jongo.

O saber relacionado à prática do *samba do tempo antigo* está associado à figura das mulheres do Sapê do Norte. A respeito da apropriação cultural da dança do mencionado *samba*, Dona Edésia aponta as mulheres desta região como suas realizadoras. A narradora exalta as habilidades da dança, do envolvimento e da resistência destas mulheres quilombolas na sua execução. Recorrendo às memórias desta senhora:

A mulher do Sapê do Norte era bamba! [...] Aquelas mulheres não saíam [da roda de samba], não, viu? [...] Aquelas bichas [mulheres] eram danadas. (Dona Edésia. São Mateus, bairro Sernamby, dezembro de 2011. Grifo nosso).

As mulheres do Sapê do Norte foram descritas como “bambas” por serem consideradas as mais hábeis na dança e no fazer da *roda*, de tal modo que Dona Edésia as indicou como detentoras dos saberes a respeito do *samba do tempo antigo*.

Cabe lembrar que “bamba” na cultura quilombola do Sapê do Norte, como escreveu Oliveira (2009a), no auto dramático das festas de São Benedito, conhecido como ticumbi, que é realizado todos os anos pelos congos quilombolas do município de Conceição da Barra no norte do Espírito Santo, se refere a um reino africano, onde o Rei de Bamba disputa em uma guerra com o Rei de Congo – convertido ao catolicismo português no período do comércio escravocrata entre comerciantes portugueses e africanos – o direito de fazer a festa para São Benedito. Os congos e seu rei, que no drama social representa os quilombolas, sempre vencem a guerra, enquanto os bambas representam os inimigos dos quilombolas que expropriam suas terras e seu patrimônio cultural, isto é, seus territórios. A festa religiosa para São Benedito realizada todos os anos por três dias (30 de dezembro a 01 de janeiro) pelos congos-quilombolas se prolonga nos momentos de intervalos e no último dia por pequenas rodas de samba animadas aos ritmos dos pandeiros de congos e bambas e dos tambores dos jongueiros.

Deslocamentos dos devotos: dimensão religiosa e de comemoração presentes no jongo e no samba do tempo antigo

O aspecto devocional que precede ao *samba do tempo antigo* também é explícito na narrativa de Dona Edésia, sobretudo ao falar das festas organizadas

por Miúdo Pôpôpô (Ernane Feliciano dos Santos) em diferentes localidades do Sapê do Norte. Não é por acaso, mas sim pelo fenômeno da “herança cultural”, que Rosa dos Santos e sua família, filha e netas (os) de Miúdo, ainda hoje continuam sendo festeiras no *ticumbi* de São Benedito que, como mencionamos acima, ocorre anualmente em Conceição da Barra. Miúdo era devoto de São Bartolomeu, padroeiro dos jongueiros do bairro de Santana⁴, e nos encontros que organizava para cumprir as promessas feitas ao santo, aconteciam primeiramente rezas de ladainha e, em seguida, a comemoração com as danças de jongo e do *samba do tempo antigo*. Sobre as festas de Miúdo Pôpôpô, Dona Edésia rememora:

O Miúdo fez uma festa lá. Era uma promessa. A promessa era. Ele era devoto de São Bartolomeu e ele fez o Jongo e o Samba lá no Sapê do Norte onde ele morava. [...] Matou boi. Ele matou boi. Matou.” [...] Foi a promessa feita à Bartolomeu. Foi muita gente. Foi uma brancaria aqui da cidade, só vendo, lá pra casa dele, pra festa dessa. (Dona Edésia. São Mateus, bairro Sernamby, dezembro de 2011. Grifo nosso).

Estas celebrações organizadas por Miúdo tinham a presença de muitas pessoas que viviam em outras localidades da região norte do estado, movidas pela devoção, elas se movimentavam até os locais das celebrações festivas. Ao narrar sobre estes momentos de encontros, Dona Edésia utiliza a expressão “brancaria” para se referir às pessoas de cor de pele clara que também participavam das festas organizadas por Miúdo Pôpôpô.

A outra narrativa a respeito do *samba antigo*, cujo conteúdo dos relatos apresentamos de forma sucinta, vem da senhora Sônia Ramalho, do grupo de Jongo de São Benedito da comunidade de Campo Grande, já citada acima. No passado, segundo a narradora, ao finalizarem uma *roda de jongo*, os integrantes do grupo cantavam e dançavam uma prática cultural denominada *batuquinha*, diminutivo local de *batucada*, *batuca* ou *batuque*, que, segundo ela, era o próprio jongo. A entrevistada apresenta um verso como exemplo do que era a *batuquinha* que os antigos jongueiros cantavam:

Ai morena! Vai lá em casa passear,

⁴ Bairro periférico da sede de Conceição da Barra. No presente existem dois grupos de jongo neste bairro: Jongo de São Bartolomeu e Jongo de Santa Ana. Ambos os grupos tem devoção a São Bartolomeu e se dedicam também à religiosidade manifesta para São Benedito – tal como os demais grupos de jongo do norte do estado.

Vai morena, vai lá em casa passear.

Esse samba é batuca morena

Oi, vamos sambar.

Esse samba é batuca morena

Oi, vamos sambar.

Dizem que os jongueiros solteiros da comunidade de Campo Grande, ao saírem passeando com São Benedito, passando de casa em casa, ao final dessas *rodas de jongo*, apresentavam uma *batuca* ou *batuquinha*, que aqui é sinônimo de samba, convidando as filhas do dono da casa para um passeio, de preferência nas casas deles.

O verso acima é cantado também pelo grupo de Jongo de São Benedito das Piabas, da comunidade de Barreiras, onde ocorrem algumas variações na letra e nos termos empregados na cantiga. Em vez de *batuca*, se canta *batuque* e acrescentam o seguinte trecho: “Casa comigo ô morena, num faz sua mãe e seu pai chorar. Vai morena, ô morena casa comigo. Eu moro numa casinha, ô morena, vamos para lá”.

O *samba do tempo antigo*, também conhecido como *samba de São Benedito*, segundo nossa terceira narradora, a senhora Claudentina, está associado aos deslocamentos dos devotos de São Benedito que transitavam entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo solicitando auxílio para a realização das festas para o mesmo santo. Esses devotos eram conhecidos como *povo da caixa de São Benedito*. As pessoas que os recebiam eram os festeiros, pois patrocinavam as festas realizadas à noite em sua casa e ao mesmo tempo a festa futura de São Benedito que ocorreria na comunidade do *povo da caixa de São Benedito*. A senhora Claudentina explica que:

Antigamente tinha um povo que vinha de Viçosa (Bahia), que trazia a imagem de São Benedito. Vinha pedir esmola pra fazer a festa de São Benedito. Durante muitos anos Humberto [irmão da entrevistada] foi festeiro. Ele dava a dormida e alimentação pra esse povo. Quando o samba de São Benedito vinha, ele matava um porco que era engordado de um ano para o outro. Primeiro eles rezavam a ladainha e depois tinha apresentação do Samba de São Benedito. No outro dia de manhã, eles comiam uma farofa e seguiam para Santana e Conceição da Barra. Depois que Humberto ficou viúvo, ele nunca mais foi festeiro. Aí eu fiquei sendo festeira por mais uns anos e o pessoal do samba parou de passar (Dona Claudentina. Angelim Porto dos Tocos, 21 de abril de 2008.).

Em sentido contrário ao *povo da caixa de São Benedito*, que vinha da Bahia, estavam os jongueiros de Itaúnas, entre eles Manoel Vitor e Sílvio, que circulavam no norte do Espírito Santo e no sul da Bahia solicitando auxílio para a festa do mesmo santo.

O senhor Sílvio afirma em entrevista concedida aos integrantes do Programa de Extensão “Jongos e Caxambus no Espírito Santo”⁵, em 2012, que ele e Manoel Vitor andavam por Cruzelândia e Mucuri (sul da Bahia), assim como por Pedro Canário e Conceição da Barra (norte do Espírito Santo) “esmolando” a fim de reunir recursos para a realização da festa de São Benedito em Itaúnas. Em cada casa que pernoitavam, era realizada uma *roda de jongo* e entre os instrumentos usados estava a denominada *caixa de São Benedito*. Na alimentação oferecida pelos festeiros a esses jongueiros e devotos itinerantes estava a carne de porco e os derivados da mandioca (farofa, beiju e caldo de tapioca).

De acordo com os jongueiros da Vila de Itaúnas a devoção a São Benedito é atribuída à ancestralidade africana. As memórias do senhor Benedito Conceição Filho, conhecido pelo nome de Preto Velho, mestre do grupo de Jongo São Benedito e São Sebastião, de Itaúnas, evocam a devoção e os festejos realizados para São Benedito desde o *tempo do cativo*.

Benedito Conceição Filho nasceu em 1961 e em sua genealogia de devoção está inscrita a circularidade do nome do santo protetor dos negros, visto que seu pai também era devoto e se chamava Benedito Conceição. Este senhor rememora a habilidade do pai na criação dos versos oferecidos a São Benedito e relembra que foi ao acompanhá-lo nos preparativos da festa dedicada ao santo pelo Sapê do Norte que desenvolveu sua religiosidade. Seu Benedito Conceição (pai) foi iniciado nos conhecimentos referentes ao padroeiro com Bernardo Pavão, “festeiro antigo” que tirava versos com proeza no Ticumbi do Bongado,

⁵ Conforme Guimarães e Oliveira (2014), o referido Programa aconteceu durante o ano de 2012 (PROEXT/UFES - 2011/2012) coordenado pelo antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira. Em continuidade às atividades, em 2013 ocorreu o Programa de Extensão “Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo” (PROEXT/UFES - 2012/2013), também coordenado por Oliveira. Em 2016, a nova edição das atividades foi desenvolvida como Programa de Extensão “Jongos e Caxambus: Memória de Mestres e Patrimônio Cultural Afro-brasileiro no Espírito Santo”, sob a coordenação de Aissa Afonso Guimarães. A referência ao Programa é feita pelo nome de “Jongos e Caxambus no Espírito Santo”.

coordenado por Pedro Bongado⁶. Bernardo Pavão junto com Seu Liberato, outro devoto do santo, são recordados como brincantes que possuíam memórias e agilidade na elaboração dos versos dedicados a São Benedito.

As memórias de Seu Benedito Conceição Filho evocam a religiosidade e os festejos realizados para São Benedito desde o “tempo do cativo”. Segundo o mestre, os “escravos eram amarrados”, mas tinham livres os dias de São Benedito para fazerem a “festa do santo”. Para realização dos festejos, seus antepassados “iam no mato, tiravam o tambor, courou⁷, então, os homens dançavam ticumbi e as mulheres o jongo”. Os jongueiros da Vila explicam que São Benedito é o santo protetor dos negros, pois ele se apiedou do sofrimento dos seus antepassados que viviam no cativo. Os antepassados eram negros africanos, por isso, o mestre fala que São Benedito é o protetor dos “áfricos” e que os jongs também são “áfricos”, em referência a ancestralidade africana. O mestre jongueiro diz que,

[...] no dia do santo do São Benedito, os negros tinham a liberdade deles, eles pulavam, eles dançavam, porque eles tinham a liberdade deles entendeu. Eles tinham a liberdade deles. Por isto que São Benedito, não é questão dos outros, São Benedito ele é assim um santo muito, ele é um santo muito voltado para a origem África. (Benedito Conceição Filho, conhecido Preto Velho. Vila de Itaúnas, 19 de maio de 2012. Grifo nosso).

Segundo o senhor Benedito Conceição Filho, os “escravos eram amarrados”, mas tinham livres os dias de São Benedito, nestes dias realizavam comemorações ao santo acompanhadas com *rodas* de jongo e de *samba do tempo antigo*.

Considerações finais

As memórias produzidas pelos *jongueiros velhos* do norte do Espírito Santo permitiram-nos retomar fragmentos de suas lembranças que foram

⁶ O nome Bongado indica um local onde seria ocorrido o surgimento das manifestações culturais do ticumbi e do jongo, de acordo com os jongueiros de Itaúnas. Notamos que o nome Bongado serve de referência/sobrenome para manifestações culturais e pessoas, por exemplo, Ticumbi do Bongado, Pedro Bongado.

⁷ Referência ao processo de fabricação do instrumento utilizado na formação das rodas de jongo – o tambor. Tambor é um tipo de madeira utilizada na confecção do instrumento que possui o mesmo nome. Courar é a ação de colocar o couro de animal na madeira de modo a fabricar o tambor.

herdados de seus antepassados que viveram durante o período da escravidão naquela região e até meados do século XX. Narraram sobre encontros que seguiam uma arquitetura organizada primeiramente a partir da manifestação da devoção ao *santo preto*- São Benedito - e, em seguida, a realização das brincadeiras. Tais brincadeiras são descritas no presente etnográfico como sendo *rodas de jongo e de samba do tempo antigo*.

Ao recorrer às memórias destes jongueiros, depreendemos que coexistiam distintas danças na constituição das *rodas* e que em todas elas a religiosidade também estava presente. Os sentidos religiosos apareciam nos cantos puxados nas formas dos *pontos de jongo* e dos versos do samba, acompanhados pelos instrumentos musicais e pela própria dança de seus integrantes. Tanto os cantos quanto as danças exaltavam as qualidades e os feitos do *santo preto*, ambos também registravam os modos de viver compartilhados pelos antepassados de nossos narradores. Assim, os ritmos praticados estavam imbuídos de valores vivenciados coletivamente que foram transmitidos ao longo dos anos por meio da memória dos grupos de negros do norte do Espírito Santo até o momento presente.

Referências

CLAUDENTINA (senhora Claudentina). **Entrevista** com Osvaldo Martins de Oliveira, Angelim Porto dos Tocos, Conceição da Barra, 2008, um arquivo mp3, s/dur..

FILHO, Benedito Conceição (Preto Velho) & Sílvio (Seu Silvio). **Entrevista** com a equipe do Programa Jongos e Caxambus, Vila de Itaúnas, Conceição da Barra, 2012, um arquivo mp3, 184min..

GUIMARÃES, Aissa Afonso e OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. “Jongueiros e Caxambuzeiros no Espírito Santo: pesquisa, extensão e políticas de salvaguarda do patrimônio cultural”. In: **Anais Seminário Internacional de Políticas Culturais**, Setor de Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 7-9 de maio, 2014.

GUIMARÃES, Aissa Afonso e OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Orgs.). "Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo". 1ª. ed. Vitória: EdUFES, v. 1, 2017.

MACHADO, Vitor Hugo Simon. **O ciclo de festas para São Benedito das Piabas**. Dissertação de mestrado. 2011, 97f. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

NASCIMENTO, Edésia (dona Edésia). **Entrevista** com Osvaldo Martins de Oliveira, bairro Sernamby, São Mateus, 2011, um arquivo mp3, s/dur..

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC. São Paulo, SP – Brasil, 1981, p. 7-28.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto político do território negro de Retiro e as lutas pela titulação da terra**. 2005. 410f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

_____. (Org.). **Culturas quilombolas do Sapê do Norte: farinha, beiju, reis e bailes dos congos**. Vitória, ES: [Santo Antônio], 2009a.

_____. (Org.). **História, Memória e Cultura nos Morros da Piedade e Fonte Grande/ES**. Instituto Elimu Professor Cleber Maciel e SECULT. Vitória/ES, 2009b.

_____. **Jongos e Caxambus: Culturas afro-brasileiras no Espírito Santo**. Projeto de Extensão PROEXT/MEC (SIGProj nº:113815.480.57123.05042012), Vitória: PROEX/UFES, 2012.

_____. “Quilombos: memória social e metáforas dos conflitos comunidades do Sapê do Norte, Espírito Santo”. In ALMENIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs)... [et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2010.

PACHECO, Gustavo; LARA, Silvia Hunold (Orgs.). **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein**. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: Cecult, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15.

_____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p. 200-212.

RAMALHO, Sônia (dona Sônia). **Entrevista com Osvaldo Martins de Oliveira**, Campo Grande, São Mateus, s/d., um arquivo tipo mp3, s/dur..

RODRIGUES, Luiz Henrique. **Quilombolas e jongueiros: uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES)**. 2016, 229f. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

SIQUEIRA, Jane Seviriano. **Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Piedade: identidade, memória e cultura entre jovens**. 2013, 85f. Monografia de conclusão de curso, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

SILVA, Sandro José da. “Apresentar e representar: os Jongos e Caxambu capixabas”. Série **Patrimônio Cultural e Extensão Universitária**, v. 02, 2014. SODRÉ, Muniz. **Samba: o dono do corpo**. Rio de Janeiro, RJ: Coderici. Coleção Alternativa; v.1, 1ª edição 1979.

_____. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1988.

**São Benedito’s jongo and samba of old time:
an analysis of Espírito Santo (state) northern region jongueiros’
narratives**

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the narratives of old *jongueiros* the northern region of Espírito Santo (state) on the *samba old time*, also known as *samba São Benedito* (saint), as a cultural practice load of fun attributes, following the moments of piety and devotion to the holy black and for peoples black. The material was collected through ethnographic work carried out among members of *Jongo* groups called the *Sapê do Norte* region, located north of the state of Espírito Santo. For this we used an approach based on oral history, whose aim was to highlight the memories narrated by old *jongueiros* the ethnographic present. We note that both *jongo* as *samba old time* are cultural practices related to devotion to São Benedito (saint).

Keywords: *Jongo*, *samba old time*, *samba’s São Benedito*, *Sapê do Norte* (region).



A cultura do capitalismo e as migrações internacionais contemporâneas

Allisson Goes¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal refletir sobre a relação entre a cultura do capitalismo atual e os fluxos migratórios internacionais contemporâneos. Estes últimos tornaram-se um ícone da era global, uma era dos descentramentos, da fluidez e de tempos fraturados. Seguir em frente é o grande imperativo de nossos tempos, mas quais são as respostas que a cultura do capitalismo, enquanto conjunto de valores e práticas de determinada sociedade, dá ao número crescente de migrantes e refugiados ao redor do mundo? De um lado, a homogeneização das culturas; de outro, uma valorização destas últimas, levando a guetização espacial e cultural. Como alternativa, a interculturalidade pode ser uma chave teórica para compreender a produção da diversidade cultural produzida pela migração mas também como práxis cotidiana na relação entre os atores e grupos sociais envolvidos no processo migratório.

Palavras-Chave: Capitalismo, cultura, migrações internacionais, interculturalidade.

Recebido em 22/03/2018
Aceito para publicação em 12/07/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.19311>

Introdução

Pensar a cultura como um conjunto de valores e práticas de determinada sociedade é um dos diversos modos de conceituá-la. Vive-se numa sociedade capitalista que impõe arranjos sociais que derivam de suas bases de valores e práticas e que apresenta muitas implicações para os que dela fazem. A liberdade tão anunciada parece não ter chegado e a “jaula de ferro” de que falou Weber continua a nos aprisionar. Isso também respinga na compreensão dos diversos

¹ Doutorando e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder (GEPIP/CNPq/UFS). E-mail para contato: allissongoes@gmail.com.

fenômenos sociais por parte das ciências sociais, tais como os fluxos migratórios internacionais contemporâneos. Essa é uma cultura que permite que capitais, bens e mensagens transitem pelo globo com muito mais velocidade do que pessoas e sonhos. As barreiras físicas e simbólicas continuam de pé, principalmente para os despossuídos de recursos financeiros e que, em tese, não têm nada a oferecer àqueles que os receberão, o que não acontece com turistas, executivos e investidores, que têm suas entradas e permanências garantidas. Inclusive, para os últimos, em alguns casos é possível comprar passaporte e cidadania mediante determinados tipos de investimentos.

Este ensaio tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a relação entre a cultura do capitalismo contemporâneo e os atuais fluxos migratórios internacionais que se tornaram um ícone da era global, era dos descentramentos, da fluidez e de tempos fraturados. Além disso, o texto pretende apresentar as contradições da cultura do capitalismo contemporâneo e suas respostas à crescente mobilidade de pessoas, que também servem como mão de obra maximizadora de lucros e funcionam como bode expiatório de políticas econômicas e sociais fracassadas em muitos países. Também tem como objetivo apresentar, de maneira breve, possibilidades que estão além da homogeneização e da valorização cultural das diferenças, as quais abrem muito mais fissuras do que auxiliam no enfrentamento conjunto das questões migratórias.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira parte reflete sobre os valores e práticas que baseiam o capitalismo contemporâneo, destacando as novas “jaulas de ferro” criadas a partir de novas práticas sociais, mas que são parte integrante do mundo moderno, descentrado, fluído, flexível. Em seguida discute-se a migração como ícone da era global, em que “seguir em frente” tornou-se o imperativo atual. Na terceira parte, aborda-se com mais detalhes os fluxos migratórios contemporâneos, fazendo algumas distinções daqueles que ocorreram no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, incluindo a mudança de paradigma no que se refere à compreensão do processo migratório. Se antes o trabalho era fonte de explicação única, inclusive no Brasil, hoje as abordagens do tema têm sido cada vez mais transversais e interseccionais. Por fim, apontam-se algumas alternativas à cultura capitalista homogeneizadora, que valoriza as diferenças promovendo segregação e enclausuramentos. Nesse sentido, a interculturalidade enquanto teoria e *práxis* social pode ser uma alternativa viável na compreensão, na gestão e na vivência dos fluxos migratórios contemporâneos.

Algumas reflexões sobre a cultura do capitalismo contemporâneo

O conceito de cultura nas ciências sociais é bastante diverso: depende do olhar que o pesquisador empreende e muitas vezes do objeto a ser estudado. Uma referência a esse ponto está na obra escrita por Cuche (1997), que leva a se refletir a origem, o desenvolvimento e as vertentes atuais do conceito de cultura. Não pretende-se fazer aqui uma síntese exaustiva do conceito de cultura, tampouco uma genealogia para abordar o seu desenvolvimento. Por hora, dispõe-se apenas a fazer referência à existência de várias perspectivas do que se entende por cultura. Assim, como ponto de partida, faz-se menção da abordagem de Sennet, que se refere à cultura no sentido antropológico: um conjunto de valores e práticas de determinada sociedade que mantém as pessoas unidas, mesmo que elas não se conheçam (SENNET, 2006, p. 13). É necessário destacar que a cultura é cambiante, que sua “estabilidade” depende dos atores sociais e do contexto em que esses atores estão inseridos. Afinal, eles produzem cultura e também são concebidos a partir dela.

O contexto atual priorizado aqui é o que Sennet (2006) chama de “novo capitalismo”, um sistema no qual as instituições se fragmentam e que essas em muitos casos não oferecem a estabilidade, a coesão comunitária, nem segurança econômica e social para os indivíduos. Ao contrário, em várias partes do globo esse novo capitalismo promoveu o esfacelamento das burocracias estatais, dando origem a instituições mais descentralizadas, cujo efeito resulta em mais desigualdades econômicas e instabilidades sociais (SENNET, 2006, p. 12). Nota-se que esse novo contexto produz uma série de modificações culturais dentro de setores sociais e econômicos específicos, alguns deles analisados por Sennet, como a burocracia, o talento e a capacidade de manter-se útil e a política de consumo. Sem entrar nos detalhes das três áreas analisadas pelo autor, quer-se sintetizar numa única afirmação: a cultura do novo capitalismo é de necessária fluidez, movimentações ininterruptas e fragmentações constantes que implicam em mudanças sociais e individuais patentes, mas que precisam ser compreendidas (BAUMAM, 2013).

Os defensores da cultura do novo capitalismo e, conseqüentemente, do sistema que o compõe afirmam que seu *modus operandi* traz mais liberdade para a sociedade moderna, a fluidez necessária para, acrescente-se, o desenvolvimento econômico e social que devem ser equilibrados e equalizados. Nesse sentido, uma pergunta seria bastante pertinente para o debate: essas mudanças culturais do capitalismo libertam as pessoas? Poderiam-se fazer vários outros questionamentos, entretanto, em se tratando de questionar essa

“nova ordem” social, não pretende-se assumir posições maniqueístas, mas apenas demonstrar que o prometido não tem sido cumprido pelos seus entusiastas. Como exemplo, veja-se o que diz Sennet em relação à burocracia:

A velha estrutura institucional efetivamente foi desmontada no terreno especial das organizações flexíveis. Em seu lugar, entra numa nova geografia do poder, passando o centro a controlar a periferia do poder em instituições com número cada vez menor de camadas intermediárias de burocracia. Esta nova forma de poder evita a autoridade institucional e tem um baixo nível de capital social. Os déficits de lealdade, confiança informal e conhecimento institucional acumulado geram organizações de ponta. Para os indivíduos, embora continue sendo importante poder trabalhar, o prestígio moral do trabalho propriamente dito foi transformado; o trabalho nos setores de ponta desorienta dois elementos-chave da ética do trabalho, a gratificação postergada e o pensamento estratégico de longo prazo (SENNET, 2006, p. 76).

Em suma, a flexibilidade gerou novas formas de controle, um controle que surgiu a partir da eliminação de camadas intermediárias, ou seja, se antes o controle era reforçado por uma burocracia engessada, hoje é feito por uma estrutura que sustenta o poder do centro sobre a periferia das instituições, sem ter clara uma autoridade institucional. Bem próximo a nós está um exemplo que mascara uma cultura capitalista radical, recebendo o nome de capitalismo colaborativo. É o caso dos aplicativos de transporte, cujo funcionamento promete liberdade e flexibilidade aos seus trabalhadores, mas, na prática, incorrem em mais “jaulas de ferro” quando impõem longas jornadas de conexão e vários protocolos para se manter conectado e, desse modo, obter algum rendimento financeiro. Tudo isso sem ter a figura institucionalizada na autoridade do patrão, já que “você mesmo é o patrão”. Esse é só um dos muitos exemplos que podem ser citados para contestar-se a máxima da liberdade na cultura do novo capitalismo.

Quando tudo se torna fluido, volátil, descentrado e cambiante, os empregos, o consumo e as comunicações cruzam fronteiras, a monetarização é um imperativo e quase nada fica de fora da mercadorização. Até a cidadania está ao lado do direito ao consumo, colocando nessa centralidade a garantia do consumo como fonte de cidadania (CANCLINI, 2006). O que parece ser ampliação de oportunidades é mais uma das muitas “jaulas de ferro” que essa

cultura nos impõe; a jaula do consumo que altera antigas referências e incrementa novas, as quais estão no circuito da globalização, da cidade e do espaço urbano, e menos do Estado-nação (idem). Os meios de comunicação nos colocam diante de um quadro inesgotável dessas referências: antes a TV e o cinema como seus principais representantes hoje com a rede mundial de computadores, a internet, desempenhando um protagonismo nesse processo.

Diante da fluidez econômica, social e identitária, Sennet (2006) aponta três desafios para o indivíduo da sociedade contemporânea: o tempo, o talento e, por último, a capacidade de abrir mão das coisas ou de permitir que o passado fique para trás. Sublinha-se que se trata de tipos ideais, pois, diante da diversidade dos seres humanos, não seria sensato admitir que todos alcançaríamos tais metas, muito embora a cultura capitalista em voga insista em sua face “homogeneizadora”. O primeiro desafio é administrar as relações de curto prazo, mais imediatas, como também migrar constantemente de casa, de emprego, de país, já que o formato das instituições atuais não permite relações de longo prazo. O segundo desafio está ligado ao desenvolvimento constante de novas capacidades à medida que as exigências laborais e produtivas, alteradas quase constantemente, e a aceleração das mudanças tecnológicas se impõem na cultura do novo capitalismo. Consecutivamente, esse turbilhão altera o modo como nos relacionamos, o que inclui sérias consequências patológicas (físicas e mentais). Por fim, o último desafio é trocar a estabilidade pela “fome” de inovação, de crescimento e mudança das carreiras laborais, de experimentar o novo, em vez de sentir nostalgia pelos tempos da perenidade laboral (SENNET, 2006, p. 13-14).

Como já se apontou anteriormente, esses são alguns dos exemplos de valores e práticas culturais que podem ser observados na cultura do novo capitalismo, incluindo as abordagens mais específicas feitas por Sennet ao expor as questões das modificações no mundo do trabalho. Contudo, esse movimento em torno de uma cultura moderna (TOURAINÉ, 2007; 2012), também chamada de líquido-moderna (BAUMAN, 2001), de hipermoderna (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004) ou de modernidade tardia (GIDDENS, 1991), está diretamente ligado ao tipo de sociedade e sistema em que vivemos –capitalistas – e que gera implicações diretas nos modos de vida, nas sociabilidades, identidades e alteridades. Nessa direção, um dos fenômenos que se quer priorizar nesse *paper* é a relação entre a cultura do capitalismo e as migrações internacionais como representantes dessa era de incertezas e de tempos fraturados (HOBSBAWM, 2013).

“Siga em frente!”: a migração como ícone da era global

O imperativo contido no título acima sintetiza a resposta da cultura capitalista contemporânea às necessidades que homens e mulheres de diversas partes do mundo têm e que precisam ser satisfeitas. Além disso, o capitalismo necessita de trabalhadores muitas vezes sub-remunerados em empregos precarizados ou ainda em contratos de *part-time* que obrigando estes últimos a contraírem mais de uma colocação no mercado de trabalho para suprirem suas necessidades materiais, como demonstrou Vasapollo (2005). Este autor abordou as modificações do mundo do trabalho na Itália e em outros países de sistema capitalista avançado, relacionando precarização do mundo do trabalho e capitalismo.

A migração surge como uma oportunidade de maximização do lucro quando projeta-se a inserção dos migrantes nesses esquemas de trabalho precarizado. Ora, sai-se de uma condição de pauperização, de perseguições política, religiosa e étnica, de guerras e de catástrofes ambientais em direção a novas formas de exploração que continuam a reproduzir desigualdades e situações de vulnerabilidade.

Faz-se necessário distinguir aqui os migrantes dos turistas e dos trabalhadores executivos, tal qual fez Canclini (2007). Quem migra é aquele que se vê despossuído de mecanismos de sobrevivência em sua terra de origem: são forçados a deixar tudo para trás e tentar uma outra vida a partir de um projeto migratório, muitas vezes gestado durante anos. Segundo Bauman, numa condição muito mais desesperadora estão os refugiados que,

São expulsos à força ou obrigados pelo medo a fugirem de seus países de origem, mas sua entrada em qualquer outro é recusada. Eles não mudam de lugar - perdem seu lugar na terra e são catapultados para lugar nenhum, para os "non-lieux" de Auge ou as "nowherewilles" de Garreau, ou amontoados nas "Narrenschiffen" de Foucault, um "lugar sem lugar" levado pela correnteza, "que existe por si mesmo, que é fechado em si mesmo e, ao mesmo tempo, entregue à infinitude do oceano" - ou (como sugere Michel Agier) para um deserto, por definição uma terra desabitada, que se ressent dos seres humanos e raramente é por eles visitada (BAUMAN, 2007, p. 50-51).

Os refugiados são o ápice dessa estrutura desigual com a qual o

capitalismo modela as sociedades. Eles deixam suas terras, mas são preteridos aonde tentam chegar e assim empurrados para lugar algum, rejeitados pelo medo do estrangeiro, da diferença, do outro; pelo medo da “desestabilização” social, econômica e cultural que a presença do outro pode causar (BAUMAN, 2009). Apesar dos fechamentos, das fronteiras fortemente vigiadas e das legislações anti-imigração, migrantes e refugiados precisam seguir adiante, mesmo que parem em lugar nenhum, em um não-lugar (AUGÉ, 2006). É o mandamento da busca por uma mudança de vida, por um lugar ao sol. Os migrantes seguem em busca de sonhos, de liberdades e oportunidades numa terra cuja língua e cultura são muitas vezes barreiras impostas à sua permanência integral na sociedade de destino. Por outro lado, esse movimento de seguir indefinidamente gera o que Bauman (2013) chama de “modelo camaleão”, ou seja, um múltiplo pertencimento identitário a partir dos múltiplos deslocamentos que, em análise, pode gerar o efeito contrário: o sentimento de pertencer a lugar nenhum.

Frise-se que um dos pontos centrais do imperativo de “seguir em frente” está na contribuição das forças do mercado como um dos agentes promotores das migrações já que, antes das pessoas, migram-se capitais, bens e postos de trabalho. Dessa forma, os que conseguem reunir alguma condição para migrar saem em direção a esses postos de trabalho, incluindo os precarizados. O capital não se importa com a consequência que esses deslocamentos trazem para sociedades de origem e destino, porque o mais importante é maximizar o lucro e, quando os migrantes já não são mais necessários, descarta-os, como se fossem mercadorias, embora seja impossível voltar atrás quando se trata de vidas humanas. Sayad (1998) descreve com clareza o que aconteceu na França pós-Segunda Guerra e de como a mão de obra argelina supriu as necessidades econômica do Estado francês. Todavia, com a chegada da crise econômica, a primeira medida a ser pensada foi descartar o elemento estrangeiro. Disto depreende-se que capitais e pessoas migram, respectivamente nessa ordem.

Para tantos fluxos migratórios, há outras tantas respostas contrárias e favoráveis. Dentre as primeiras, frisamos as políticas de bloqueio; caça aos indocumentados, como acontece atualmente nos Estados Unidos do presidente Donald Trump, pelo menos no plano do discurso; recriação de fronteiras, como é o caso de algumas iniciativas para fazer cair a livre circulação no Espaço Schengen²; revalorização de culturas e identidades substancializadas. Quanto às

² “O espaço e a cooperação Schengen assentam no Acordo Schengen de 1985. O espaço Schengen representa um território no qual a livre circulação das pessoas é garantida. Os Estados signatários do acordo aboliram as fronteiras internas a favor de uma fronteira externa única. Foram adoptados procedimentos e regras comuns no espaço Schengen em matéria de vistos para

segundas frisem-se políticas de acolhimento, integração e descriminalização da migração, a exemplo do Canadá.

Como ícone da era global, a migração simboliza a fluidez, o desenraizamento e o descentramento necessários na cultura do capitalismo. Não importa muito para onde se vai, mas que se continue seguindo em frente. No plano financeiro-econômico isso acontece com uma velocidade e uma relativa aceitação, o que se pode constatar a partir da crescente transnacionalização e fusão de empresas, tornando-as parte de um sistema econômico global. Isso não ocorre, no entanto, com as massas de migrantes e refugiados que, com frequência, veem o seu direito à migração ser reduzido a uma simples concessão da sociedade receptora, alojando-as em “sociedades provisórias”. Como afirma Bauman, do ponto de vista teórico, e acrescente-se o ponto de vista legal, as relações culturais – neste artigo, a relação migrantes-sociedade de destino – tomam uma forma mais horizontalizada, ou seja, com uma consciência de que é necessária uma distribuição mais equitativa de poder, acolhendo as diferenças e diminuindo/eliminando as desigualdades (BAUMAN, 2013). Contudo, no plano da *práxis*, não é isso que se vê constantemente. As fortes oposições sociais e legais continuam, mesmo num continente como o europeu, tomado por imigrantes de diversas partes do mundo, ou como nos Estados Unidos, cuja nação foi formada por vários grupos imigrantes, incluindo europeus que viram no Novo Mundo uma terra para recomeçar.

A migração não só é ícone da era global como também parte da modernidade e do processo modernizador. Nas palavras de Bauman,

A migração em massa, ou migração de pessoas (em oposição à migração de povos, como ocorreu no início da Idade Média), foi parte integrante da modernidade e da modernização; foi seu modo de vida, permanentemente e desde o início (BAUMAN, 2013, p. 26).

O crescimento e o desenvolvimento econômicos, frutos do processo modernizador, geraram grandes massas de migrantes encarados como mão de obra necessária no além-mar, empurrados dos seus lugares de origem. Os primórdios das migrações como fenômeno global têm muitos aspectos em

estadas de curta duração, pedidos de asilos e controlos nas fronteiras externas”. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:l33020>>. Acesso em: 01 fev 2018.

comum com o estágio atual dos fluxos migratórios. Assim, não se pode entender sua configuração atual sem recorrer a seu passado, que constituiu várias nações ao redor mundo.

Migrações internacionais contemporâneas: transversalidades e interseções

Inicialmente destaquem-se três fases das migrações modernas. Na primeira fase, elas se deram em massa a partir da Europa no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sobretudo de imigrantes que fugiram da fome e, posteriormente, das guerras. Na segunda fase, as migrações ocorreram a partir dos processos de descolonização, o que levou muitos contingentes das ex-colônias para as ex-metrópoles. A terceira e última fase ocorreu com as “diásporas e redistribuição global de recursos vivos” e multidirecionais, para os quais os caminhos são abertos e reabertos indefinidamente (BAUMAN, 2013, p. 27). Nessa última fase, nenhum país ou região é exclusivamente de imigração ou emigração:

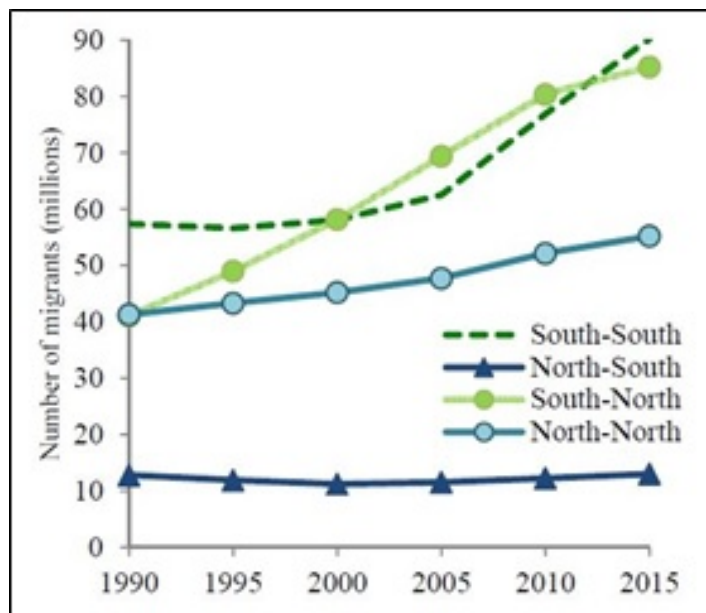
A migração atual difere das fases anteriores na equidade dos muitos caminhos possíveis – e no fato de que quase nenhum país é hoje exclusivamente um lugar de imigração ou de emigração. Não mais determinados de forma inequívoca pela herança do passado imperial/colonial, os caminhos da migração são abertos e reabertos ad hoc (BAUMAN, 2013, p. 27).

Contudo, semelhantemente à era das migrações em massa do século XIX e primeiras décadas do século XX, continuamos a ver grandes contingentes de pessoas em movimento nos últimos trinta anos. Dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas apontam um crescimento de 60% no número de migrantes internacionais entre 1990 e 2015. De 152.6 milhões, saltou-se para 243.7 milhões de pessoas vivendo fora do seu lugar de origem, dos quais 61% vivem em regiões desenvolvidas e 39% em regiões em desenvolvimento (DESA, 2015). Fazendo uma comparação em relação ao período das chamadas grandes migrações antes da Primeira Guerra Mundial, poderia-se concluir que os números continuam expressivos, sendo possível fazer uma aproximação entre eles (CASTLES; MILLER, 2004, p. 15).

Isso sem contabilizar os migrantes indocumentados que não foram incluídos pelas estatísticas atuais da ONU, fazendo com que esse número possa ser muito maior que os atuais 243 milhões.

Se em termos numéricos há uma aproximação entre passado e presente, com relação à origem e ao destino dos fluxos, observa-se algumas alterações. Uma das principais diferenças está na mudança da direção dos fluxos. No século XIX e na primeira metade do século XX houve um fluxo expressivo da Europa para América e Oceania. Já na segunda metade do século passado ocorreram movimentos significativos em direção ao norte global a partir dos processos de descolonização e das crises econômicas no sul subdesenvolvido. Entratanto, atualmente se tem uma multidirecionalidade dos fluxos, com predominância sul-norte e sul-sul, como observado no gráfico abaixo:

FIGURA 01 – Número de migrantes internacionais (origem e destino)



Fonte: ONU. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2015.

Os dados mostram que houve um salto de pouco menos de 60 milhões para 90 milhões de imigrantes que se deslocaram na direção sul-sul em 25 anos, um acréscimo de mais de 50% do *stock* da década de 1990. Destaquem-se as migrações no interior do continente asiático, as quais se apresentam como um fenômeno de larga escala e de importância econômica e social. Em 2015, 59

milhões de pessoas nascidas no continente estavam vivendo em outro país da região, fazendo da Ásia um grande corredor migratório com um incremento anual de 1,6 milhão de imigrantes entre 2010 e 2015 (DESA, 2015, p. 03).

Diferentemente das migrações do século XIX e dos primeiros anos do século passado, quem migra não sai em direção a uma terra totalmente estranha. A cultura do capitalismo possibilita uma série de mecanismos para que o imigrante busque informações, ainda que incompletas, para o êxito do seu projeto migratório: notícias sobre oportunidades e mercado de trabalho, legislação e instalação na sociedade de destino. Essas conexões existiam no passado, mas hoje são muito mais rápidas e frequentes com o acelerado desenvolvimento das comunicações e dos transportes.

Na esteira do desenvolvimento das comunicações e dos transportes está a abordagem transnacional das migrações, a qual afirma que o migrante transnacional é aquele cujo cotidiano perpassa múltiplas conexões, cujas identidades são demarcadas em mais de um Estado-nação e seus enraizamentos em mais de uma sociedade (SHILLER, BASCH; BLANK, 1995). Ainda segundo as proposições transnacional, é possível ser transnacional sem sequer sair de seu lugar de origem já que cada vez mais os pertencimentos dão lugar às redes de conexão, fazendo com que estar aqui e lá se imbriquem processualmente; origem e destino fazem parte do mesmo processo (LEVITT, 2007; BAUMAN, 2013). Os sucessivos cruzamentos geográficos, culturais e políticos dão uma forma circular à migração internacional (TARRIUS, 1993).

Nesse sentido, é necessário superar os paradigmas anteriores à década de 1990, período em que o imigrante era pensado sob a ótica do trabalho. A cultura do capitalismo e os processos sociais que constituem as sociedades sob sua égide estimulam avanços em direção a novos paradigmas teóricos, superando a visão economicista das migrações. No Brasil, esse movimento foi muito forte até o final dos anos oitenta, como demonstrou Seyferth (2004) numa extensa revisão bibliográfica sobre o tema. Em tempos de hiperconexões e mobilidades crescentes, não é suficiente abordar o tema da migração apenas a partir do trabalho e, portanto, é necessário gerar perspectivas que incluam gênero, raça/etnia, religião, legislação, orientação sexual e outros componentes sociais do processo migratório. Trata-se de recortes transversais e interseccionais, que, por exemplo, podem interseccionar gênero, raça e trabalho vistos como unidades indissociáveis dentro da perspectiva de alguns estudos feministas, os quais têm sido retomados no Brasil e na França (HIRATA, 2014). Desse modo, podem-se abordar as questões de construção social de

determinadas categorias, tal qual a categoria imigrante, a partir de várias fontes de identidade, como muitos autores têm feito no campo das ciências sociais (ENNES, 2001; WEBER, 2006; YANG, 2011; VÉRAS, 2008).

Embora Sayad (1998) esteja incluído numa visão mais tradicional sobre a imigração, menciona ainda nos anos de 1970 que a imigração deve ser compreendida como um “fato social total”, ou seja, estar aqui e lá são parte do mesmo fenômeno e, some-se a isso, com diversas variáveis a serem consideradas para sua compreensão e análise empírica. Além disso, ao se considerarem variáveis como as mencionadas nas linhas anteriores, trazem-se mais explicitamente questões de poder, diferenças, desigualdades e conflitos, que são inerentes ao mundo social, mas que às vezes são intencionalmente deixadas de lado por parte dos atores sociais no processo migratório.

Portanto, os dados estatísticos mostram que, além dos bens e mensagens, as pessoas continuam a migrar, mas com uma velocidade muito maior que no passado. Outras nem chegam a migrar, são transnacionais a partir de sua inserção no fato social total que é a migração, estar aqui e lá fazem parte do mesmo processo que deve ser olhado e compreendido a partir de múltiplas variáveis que se interseccionam para formar uma lupa pela qual se analisa a migração e o construir-se imigrante. Sem esse olhar ampliado, talvez deixe-se de lado, assim como fazem alguns atores sociais, questões importantes para o debate: poder, diferença e desigualdade.

A cultura do capitalismo e as possibilidades para uma resposta intercultural às migrações internacionais

Em determinado momento histórico pensou-se que o capitalismo só homogeneizava as culturas e as identidades, mas a partir de análises mais recentes sobre globalização, constatou-se que o capitalismo não só tende a homogeneizá-las como também promove a revalorização de diferenças para continuar sobrevivendo enquanto sistema econômico e social. Cita-se a homogeneização do cinema mundial a partir das produções *hollywoodianas* e a crescente valorização da música latina no mercado fonográfico americano, quiçá mundial, como representantes desses dois movimentos (CANCLINI, 2007). Os movimentos homogeneizadores e de diferenciação propostos pela cultura capitalista são também “jaulas de ferro” àqueles que estão inseridos em seus circuitos.

Concernente às migrações internacionais é possível observar os dois movimentos, um no plano normativo e outro no plano do cotidiano. As políticas de integração de imigrantes mundo afora frequentemente desembocam numa integração para homogeneizar. Por exemplo, o ensino do idioma local para crianças e jovens, o que marginaliza o idioma de origem, tratando-se de uma assimilação/aculturação disfarçada. Por outro lado, muitas políticas de valorização de diferenças culturais por parte de imigrantes e nacionais terminam em segregação e guetização dos grupos existentes em um mesmo país, cidade ou região. A cultura serve aqui como fortaleza, mais uma vez temendo o estranho, representado na figura do imigrante, que, por outro, lado também tem a intenção de reivindicar sua cultura (BAUMAN, 2013). Esses enclausuramentos comunitários foram promovidos com a resposta multiculturalista à diferença, que primava pelo direito desta, mas em círculos bastante delimitados em bairros e subúrbios étnicos/nacionais.

Quais são as alternativas à homogeneização e à valorização da diferenciação cultural que sustentam políticas de aculturação e guetização, respectivamente? Com o crescimento progressivo dos fluxos migratórios, desta vez multidirecionais, redes de conexões diversas e cada vez mais complexas, ainda é possível falar em pertencimentos substancializados e fortalezas culturais? Que outros modos de sociabilidades e valores são possíveis numa sociedade capitalista? Como pensar nossa relação com o outro num mundo cada vez mais hiperconectado, por um lado, e, por outro, mais reticente com imigrantes e refugiados? Não se pretende responder todas essas questões nas linhas seguintes, mas se apresenta uma possibilidade de pensar nossa relação com o outro. Vejamos o que diz Canclini:

*De um mundo **multicultural** – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro, **intercultural** e globalizado. Sob concepções multiculturais, admite-se a **diversidade** de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete a confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: **multiculturalidade** supõe aceitação do heterogêneo; **interculturalidade** implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos [grifo do autor] (CANCLINI, 2007, p. 17).*

Uma das alternativas aos modos homogeneizador e segregador de produzir o social é a interculturalidade. Nessa perspectiva é possível pensar as diferenças entre os grupos (imigrantes e não-imigrantes), mas a partir de relações de negociação, conflitos e sucessivos empréstimos culturais recíprocos, numa combinação do que fora combinado anteriormente. É infrutífero continuar essencializando as categorias “eu”, “outro”, “imigrante” e “não-imigrante”; essas essencializações geram mais homogeneizações, segregações e também desigualdades. Pensar e viver interculturalmente é não só ensinar o português ao imigrante que vê no Brasil um lugar de oportunidades, mas aprender e valorizar a língua deste como ferramenta de construção de uma convivência comunitária que diminua as desigualdades entre os grupos. Estados e sociedades devem assumir mais responsabilidades na construção de pontos de aproximação entre as diferentes culturas e os distintos modos de vida (FORNET-BETANCOURT, 2004). Todavia, a perspectiva intercultural não elimina os conflitos, as confrontações e as negações, pelo contrário, evidencia-os como elementos constituintes das relações sociais.

Em suma, as sociabilidades das sociedades capitalistas têm forte tendência à homogeneização e à valorização das diferenças, dependendo do contexto do objetivo que se pretende, seja econômico, político ou social. Contudo, é necessário avançar em direção a caminhos que promovam a convivência entre os distintos grupos integrantes do processo migratório, com uma clara posição de trocas e empréstimos recíprocos mas também de conflitos e negociação desses empréstimos. Essa é uma das possibilidades para não incorrer numa nova cruzada civilizatória, quando a cultura europeia tornou-se item de exportação para diversas partes do mundo que eram consideradas aculturadas.

Considerações finais

A cultura como valores e práticas é um dos conceitos que pode ser usado para entender a maneira como o capitalismo organiza as sociedades, constrói sociabilidades e aborda problemas sociais como as migrações internacionais contemporâneas. Falar em cultura do capitalismo é trazer à tona as novas “jaulas de ferro” que resultam das organizações sociais, econômicas e políticas pelas quais atravessa o capitalismo contemporâneo (SENNET, 2006). A própria

migração parece ser mais uma “jaula de ferro”, quando algumas dessas pessoas decidem seguir em frente, mas são catapultadas para lugar algum; sem serem recebidas na sociedade de destino escolhida, estão num “não-lugar” migratório (BAUMAN, 2007). No entanto, esse é o imperativo da cultura do capitalismo contemporâneo, “seguir em frente”, e assim bens, mensagens e capitais podem circular muito mais livremente do que pessoas, embora o capitalismo necessite maximizar sua força através do uso de mão de obra barata e abundante, mesmo nos países centrais.

Os fluxos migratórios contemporâneos continuam expressivos visto que são mais de 240 milhões de pessoas vivendo fora do seu lugar de origem. Entretanto, diferentemente do passado das migrações nos séculos XIX e XX, esses fluxos geram cada vez mais conexões transnacionais que devem ser analisadas sob um olhar transversal e interseccional. O imigrante não é somente trabalhador, embora o trabalho e o econômico tenham um relativo peso na construção dessa categoria. É preciso seguir com análises que cruzem outras fontes de identidade, como gênero, sexualidade, religião, legislação, entre outras que permitam compreender a migração como um fato social total, onde estar aqui e lá fazem parte do mesmo processo.

Por fim, é necessário romper com uma cultura que homogeneiza os grupos a partir de políticas de integração que “obriga” os migrantes a aprenderem a língua e a cultura da sociedade de destino, sem qualquer contrapartida desta com relação ao aprendizado da língua e da cultura da sociedade de origem desses imigrantes. Também se faz necessário romper com a cultura que valoriza as identidades imigrantes a tal ponto de criar guetos e enclausuramentos como algumas políticas multiculturais presentes em alguns países. O discurso do direito à diferença torna-se muitas vezes segregacionista. Avancemos em direção a uma perspectiva de sociedade intercultural como prática cotidiana e de instâncias políticas que entenda que homogeneizar ou valorizar as diferenças traz perda da riqueza que está nos cruzamentos culturais, levando em consideração negociações, conflitos e resistências às combinações. Deve ser encarada como um processo, menos como um substantivo e mais como um verbo de ação e, portanto, é preciso começar o mais rápido possível (WALSH, 2005).

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. Viver com estrangeiros. In: _____. **Confiança e medo na cidade**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. **La era de la migración**. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno. Universidad Autónoma de Zacatecas, Miquel Ángel Porrúa Librero-Editor, 2004.

CUCHE, Deny. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Ed. EDUSC, 1997.

DESA. Department of Economic and Social Affairs. International Migration Report 2015. ONU: New York, 2015.

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FORNET-BETANCOURT, Raul. **Reflexiones de Raúl Fornet-Betancourt sobre el concepto de interculturalidad**. Disponível em: <<http://eib.sep.gob.mx/isbn/9685927030.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan./jun, 2014.

HOBBSBAWM, E. **Tempos fraturados**. Cultura e sociedade no século XX. São Paulo? Companhia das Letras, 2013.

LEVITT, Peggy. **God Needs No Passport: How Immigrants are Changing the American Religious Landscape**. New York: New Press, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da Alteridade**. Edusp: São Paulo, 1998

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton Blanc. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. *Anthropological Quarterly*, n. 68:1, 1995, p.48-63.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Imigração no Brasil: comentário sobre a Contribuição das Ciências Sociais. *BIB*, São Paulo, n. 57, 1º semestre de 2004, p. 7 – 48.

TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et espaces urbains : Différentiation des groupes migrants. *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 59-60, 1993. *Mobilités*, p. 51-60.

TOURAINÉ, Alain. **Un nuevo paradigma**: para comprender el mundo de hoy. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

_____. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VÉRAS, Daniel Bicudo. **As diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo**. Tese (Doutorado). Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

WALSH, Catherine. *La interculturalidad en la Educación*. DEBI: Lima, 2005.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica. *Dimensões*, n. 8, p. 236-250, 2006.

YANG, Eun Mi. **A “Geração 1.5” dos coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação**. 2011. 506f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2011.

The culture of capitalism and contemporary international migrations

ABSTRACT

This paper has as main objective to reflect on the relation between the culture of the present capitalism and the international migratory flows contemporary. The latter became an icon of the global era, an era of decentering, fluidity, and fractured times. Moving forward is the great imperative of our times, but what are the responses that the culture of capitalism, as a set of values and practices of a given society, gives to the growing number of migrants and refugees around the world? On the one hand, the homogenization of crops; on the other, an appreciation of the latter, leading to spatial and cultural ghettoization. As an alternative, interculturality can be a theoretical key to understanding the production of the cultural diversity produced by migration, but also as a daily praxis in the relationship between the actors and social groups involved in the

migration process.

Keywords: Capitalism, culture, international migration, interculturality.



A condição do indivíduo na pós-modernidade: leituras de Bauman e Lipovetsky

Fabio Alves Ferreira¹
Givaldo Henrique Gomes Santos²

RESUMO

Neste artigo é realizada uma exposição da filosofia de Zygmunt Bauman e Gilles Lipovetsky. Ambos desenvolveram amplas reflexões sobre os modos de vida contemporânea. Ambos dão destaque aos valores que regem o comportamento dos indivíduos. Ambos vêem o momento atual como ambivalente: (a) vivemos mais, manipulamos a natureza a nosso favor; (b) de outra perspectiva, sofremos intensamente o tédio e escoamos as tristezas por meio de um consumo desregulado, que pretende a afirmação de um modo de vida narcisista, frágil e superficial. Nosso objetivo é o de lançar um olhar sobre a condição do indivíduo na pós-modernidade e compreender os padrões de comportamento contemporâneos.

Palavras-Chave: Indivíduo, pós-modernidade, racionalidade.

Recebido em 15/05/2017

Aceito para publicação em 18/04/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.15981>

Introdução

É explicitamente predominante, na história do pensamento social no mundo, a ideia de que a razão é o lugar privilegiado da mudança. É considerada a plataforma de onde pode emergir o acordo, o consenso quando há os desafios comunitários. Razão, desde essa perspectiva, significa emancipação (HABERMAS, 2000; FREITAG, 1986). Em tempos recentes, a razão continua sendo o elemento fundamental no ‘perdurar’ e no ‘efetivar’ das instituições como estruturas fundantes da ordem e de quem somos (BOUDON, 2002;

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFRPE, mestre em Ciências da Religião pela UMESP, Doutor em Sociologia pela UFPE e professor adjunto da Universidade de Pernambuco - UPE. E-mail para contato: fabio_a1@yahoo.com.br.

² Discente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UPE. E-mail para contato: givaldo2202@gmail.com.

CHARON, 2004; BERGER, 1978). Contudo, outros aspectos extravasam essa concepção de modernidade. Estes tentam compreender as novas condições culturais e históricas que determinam o sentido da vida, constroem sujeitos, impõe novas subjetividades e forjam sentido. Para alguns é uma hipermodernidade, sociedade pós-tradicional, sociedade de risco, modernidade líquida, pós-modernidade, dentre outros (GIDDENS, 1991; BECKER, 2011; BAUMANN, 2001, 2003, 2004; LIPOVETSKY, 2004; HARVEY, 1998). Contudo, nenhum analista deixa de reconhecer o limite das análises, no sentido da dificuldade em determinar esse tempo como uma nova sociedade, ou como um período, ainda em transição, rumo a uma sociedade mais estável. Embora haja diferenças nessas concepções, o indivíduo é problematizado por todas elas. As ideias culminam na perspectiva de que os indivíduos contemporâneos são complexos, múltiplos, caleidoscópicos e experimentadores diretos das transformações recentes. Neste artigo, perguntamo-nos quais são as condições desse indivíduo em tempos tão fugidios. Para compreender melhor, lançamos mão das interpretações de Zygmunt Bauman e Gilles Lipovetsky.

Iremos discorrer, com ênfase, a partir dos estudos realizados pelos pensadores acima destacados. Nosso cuidado é o de evitar asserções idealistas sobre o modo de vida contemporâneo. É bem verdade, por exemplo, que a linguagem é construtora do mundo e nem sempre é maleável. Forja um mundo concreto, intersubjetivo e estruturado. Por outro lado, a forma em que a construção do self ocorre, ultrapassa as categorias tradicionais. A ênfase no corpo, na ação e em sentimentos dão o tom de dificuldade, uma vez que as identidades coletivas se dão em detrimento destes aspectos como novas formas de subjetivação e reconhecimento, de potencial de ação no mundo. A linguagem, nesse sentido consiste num bem social (GOFFMAN, 1996) à mercê da performance do indivíduo que pretende responder a estímulos a partir da realização de seu self.

Ambos autores, aqui destacados, exploram com veemência estes aspectos. No que se refere ao corpo, por exemplo, há uma ética da intensificação da experimentação. Uma mirada para os espaços comunitários como “academias de musculação” e/ou “spa de de terapias corporais e psíquicas” pode evidenciar mais substantivamente a ideia vigente de que podemos mais; de que estamos aquém do potencial físico. Por vezes, esse estímulo ao consumo e a uma redefinição do ‘eu’ como agente do consumo, reforça e estimula manifestações hedonistas, individualistas além de que contribui para aceitação do ser humano como mercadoria, cuja razão é um frenesi da busca pela felicidade. Essa felicidade, diga-se pontualmente, está embasada no fruir de

experiências sensoriais e na intensidade do que elas representam. O consumo de fármacos em linha recorde, por exemplo, já estabelece a distopia do indivíduo moderno. Sua sensação de vazio e a necessidade de sutura (LIPOVETSKY, 2007; BAUMAN, 2001; PONDE, 2014; KEHL, 2009).

De um lado a liberdade representada em termos de êxtase. De outro, a configuração de indivíduos abertos, ansiosos e consumidores. O fracasso, por exemplo, é banido do repertório atual. Os livros de autoajuda são um expediente do que interessa saber, de quais habilidades precisa-se e de como o indivíduo deve reger seus sentimentos. Um mundo real e confuso, um mundo ideal e frenético, um sujeito paradoxal. O que Zygmunt Bauman e Gilles Lipovetsky dizem sobre isso?.

Gilles lipovetsky: o consumo como reconhecimento

Gilles Lipovetsky é um filósofo francês, nascido em 1944 em Millau. É um estudioso da sociedade contemporânea e a enxerga em termos de desorientação de valores. Baseia-se na análise do luxo para desnudar os comportamentos sociais contemporâneos e a dinâmica de um capitalismo que vincula consumo e felicidade. Mesmo que haja uma crise econômica e política em várias sociedades do planeta, o luxo nunca deixou de existir como um padrão que mede a qualidade de vida. Essa é uma das teses de Lipovetsky. Para ele, o indivíduo é posto como hiperinflacionado em seu potencial de ação, no mundo. Pode consumir, ter prazer e reconhecimento naquilo que realizou.

Essa é a Cultura-Mundo dos tempos hipermodernos. Segundo Lipovetsky, implica num campo social-material regido por cinco lógicas: (i) o mercado, (ii) a tecnociência, (iii) o consumo, (iv) a indústria cultural e as novas tecnologias de comunicação, e (v) a cultura individualista democrática.

Lipovetsky (2009) suscita a história de expansão de marcas de luxo como resultante de uma sociedade que traduz viver bem com momentos de emoção, possíveis a partir de momentos vividos no uso daquilo que é representado como qualidade, felicidade e sucesso de vida. Sim, a literatura de autoajuda reforça este estereótipo de felicidade a partir da captura de lugares comuns, de momentos fugidios que podem estar numa garrafa de vinho, num cruzeiro, num jantar em um restaurante. Qualquer destes espaços são acessados mediante o dinheiro. Porém, para Lipovetsky, não é a mera ostentação da riqueza que produz sujeitos consumidores. É a vontade de experimentar alguma

emoção ao realizar suas ações. É bem evidente essa diferença, a partir do exemplo da demonstração de riqueza. É possível acompanhar isso pelo eixo da cultura individualista democrática que favoreceu a emergência de sujeitos historicamente periféricos na estrutura social. O caso da mulher, por exemplo: Lipovetsky dá ênfase ao pressuposto de que outrora ‘expressar riqueza implicaria na facilidade em dotar o/a parceiro/a de joias banhadas a ouro e pedras de diamantes. Atualmente, as mulheres consomem, em maioria, seus próprios acessórios de luxo. Há uma satisfação pelo estilo que escolheram, pela sensação de que estão mais valorizadas por isso. Enfaticamente Lipovetsky (2007) desperta a atenção na direção da dimensão da emoção no consumo dos indivíduos modernos. Isso os transportam para um lugar filosoficamente distante das gerações anteriores.

Esta mirada para os tempos hipermodernos sugere que o perfil do indivíduo contemporâneo é trafegado pelos seguintes valores: (i) uma busca por realização de seus sonhos, tendo como gratificação a representação de que a vida é bem vivida em termos dessa praticidade; (ii) a busca por reconhecimento de que podem intervir em seu cotidiano de forma relevante; (iii) estão além da exibição de um estatuto cultural associado a um acúmulo de capital social que distingue quem é quem, na virada deste consumo; (iv) a busca pessoal pela emoção; (v) a possibilidade do indivíduo ser ele mesmo, com suas especificidades de personalidade, a partir do vasto campo de escolha para expressar sua individualidade.

Como o capitalismo estimula o consumo “permissivo e hedonista” observa-se consequentemente a maleabilidade estrutural pela qual os indivíduos podem escapar. Sim, para Lipovetsky, o hiperconsumo precisa de sujeitos cujas sugestões de expansão são personalizadas. A isso Lipovetsky (2004) associa a precariedade das estruturas culturais, reconhecidas por ele pela negação da socialização disciplinar. Em termos concretos, o indivíduo ser absolutamente ele mesmo, de realizar-se, de ter respeitada a sua singularidade subjetiva, de ter e ser uma personalidade incomparável, de viver livre e sem pressões, de escolher o seu modo de existência (GONÇALVES, 2011, p. 330).

Desta maneira, o indivíduo hipermoderno é caracterizado pelo investimento em sua individualidade, com independência afetiva agregada de um vazio emotivo. Cada um num mar de livre associações fazendo uso da indiferença como uma categoria de civilidade, entregando-se às suas paixões pouco duradouras e reconhecendo-se maduro pelo investimento que faz no instante, uma vez que a vida é breve e indeterminada.

Zygmunt Bauman e a deflação dos laços sociais

Com um diagnóstico um tanto quanto similar acerca das relações sociais constitutivas do indivíduo em tempos contemporâneos, Bauman acentua o desapego como um elemento que emergiu à categoria de direito essencial para o bem-estar particular. Isso mesmo: apesar das consequências incontroláveis desse novo costume, o desafio vem sendo atenuado pelas dinâmicas das redes sociais traduzidas nos esquemas cotidianos de ação. Isto é, o indivíduo assumiu-se faltoso e incerto de seu horizonte, entretanto ele não deixa de correr numa direção turva de futuro.

Algumas poucas reticências podem ser observadas em formas recentes de convivência coletiva. Um campo social transpareceu irresistível visto que trouxe miutas novidades. A questão convidativa da liberdade e o paradoxo desagradável da insegurança. Assim diz Bauman: *Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela* (BAUMAN, 2003, p.10). Tal temática costuma aparecer, invariavelmente, na obra do autor. Ele aborda as questões do indivíduo relacionado diretamente à sociedade ou, mais especificamente, à comunidade pela qual se sente representado. Deste modo, Bauman acredita que a pós-modernidade traz ao indivíduo a obrigação de se posicionar perante esta dicotomia: ou se tem muita segurança em detrimento da liberdade, ou se tem tamanha liberdade havendo ausência da segurança. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito (Op.cit., 2003, p.10), o que significa dizer que pode haver o equilíbrio entre ambos, mas nunca o gozo simultâneo e pleno deles. Este paradoxo se materializa no seio da comunidade, onde

Nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem. (BAUMAN, 2003, p.8).

Assim, a comunidade surge como um ente social capaz de confortar seus

membros - e não à toa atrai a muitos -, e como expressão da coercitividade ela constringe seus membros a se integrar devotando os últimos sinais de liberdade neles presente. Sendo assim, o indivíduo consolidado numa comunidade segue impelido a agir de acordo com seus ditames, costumes e preferências; a ele não cabe expressar as peculiaridades pessoais, pois naquele recinto cada sujeito é uma partícula sem muito sentido no corpo social, passando a só ter expressão no todo. Comunidade, neste sentido, é a expressão da coletividade, dos valores coletivos, da concepção de coerção social durkheimiana à luz da realidade; coaduna-se com a segurança.

Em contraponto, a individualidade, como estrutura relativamente oposta à comunidade, expressa-se na liberdade, que no cerne dos grupos sociais encontra dificuldades de expressão; tem sido assim ao longo da história, com o sujeito constantemente fazendo acordos em troca de um benefício que lhe parecia calhar naquele momento. Foi assim na vida feudal, onde se concedia a liberdade em troca da segurança que os feudos davam aos servos e, mais à frente, na modernidade europeia, onde o homem buscou e foi conquistando a liberdade através do processo de reconhecimento de si, sua natureza e sua individualidade (BAUMAN, 2003). Observando o curso da história pode-se sempre perceber a luta entre estas duas naturezas aparentemente antagônicas, como no episódio do cativo hebreu, onde havia a segurança, mas a liberdade era cerceada completamente pelos egípcios, o que fez com que os cativos lutassem pela retomada de sua liberdade.

Deste modo, como seus antepassados, o sujeito da pós-modernidade é constantemente compelido a tomar uma posição diante do mundo: abdicar da liberdade em prol de uma segurança comunitária ou gozar da liberdade individual e correr os riscos de revogar algumas seguranças do dia a dia? Contudo a natureza líquida da pós-modernidade confere a ele insegurança na própria segurança. Não há mais como garantir que a participação numa comunidade confira segurança automática e vitalícia ao participante, assim como não há mais garantias do exercício pleno das liberdades. Talvez por isso a opção por uma ou outra seja tão pautada na opinião pessoal e não mais pelas estruturas, como fora tempos atrás. O sujeito não precisa mais consultar a outros o que será melhor para ele, afinal a decisão é especialmente subjetiva, o que anula em certa medida o peso da estrutura. Enquanto em outras épocas a perspectiva momentânea, no campo sócio-político e intelectual, interferiam bastante na postura do indivíduo, na pós-modernidade o sujeito tem

Na produção intelectual de Bauman, sobretudo em Amor Líquido

(2004), as questões concernentes a relacionamentos são estudadas sob a ótica da pós-modernidade. Para o autor, os novos tempos trouxeram uma nova lógica de observação e condução dos relacionamentos (este último termo, aliás, parece muito forte para o autor uma vez que implica num investimento duradouro a algo que tem perdido esta característica). Na pós-modernidade a lógica de descarte, tão difundida pela indústria de consumo no último meio século, tem se tornado tão ordinária que passou a se enquadrar no *modus operandi* dos relacionamentos. A conclusão a que Bauman nos convida é que as pessoas tratam os relacionamentos como mercadoria, de modo que, se não mais os interessam, podem ser desfeitos.

Assim, a sociedade tardia tem se relacionado de maneira fugaz, criando laços frágeis, que mais se assemelham a redes (e este termo calha na obra de Bauman por remeter às novas tecnologias e formas de comunicação típicas dos últimos anos). O sujeito tem se relacionado de maneira semelhante a que funciona as redes sociais, espaços virtuais onde podemos criar e desfazer amizades com alguns cliques. É na pós-modernidade que o sujeito encontra terreno para usufruir de outras pessoas de maneira instantânea, de checar seus perfis, verificar compatibilidades e comparar gostos semelhantes. Deste modo, o indivíduo detém ferramentas capazes de possibilitar a “escolha” de outros indivíduos para fazer parte de seus círculos mediante a vontade única e exclusiva dele. Por mais prático que pareça, Bauman faz o paralelo com a indústria de consumo e nos apresenta o quão nefasto isto é: os sujeitos são nada mais que produtos na prateleira, que são acessados sempre que interessar ao “consumidor”. Algumas redes sociais, inclusive, oferecem outros usuários como opções, com os mecanismos imediatos de rejeição e aceitação para uma conversa ou um encontro. Quando se é traído pela qualidade, tende-se a buscar a desforra na quantidade. Se os compromissos são irrelevantes’ quando as relações deixam de ser honestas e parece improvável que se sustentem, as pessoas se inclinam a substituir as parcerias pelas redes (BAUMAN, 2004, p.8). O trecho só evidencia o quanto o medo pelo compromisso e pela estabilidade fazem com que as pessoas tenham redes afixas, frágeis, capazes de se dissolver facilmente. A hipótese de Bauman sobre o indivíduo contemporâneo é de que este, sujeito pós-moderno, atua para evitar apegos.

Bauman insiste na constatação de que as amizades, por exemplo, constantemente se constroem com a mesma velocidade que podem se destruir, muito em função do pensamento voltado para a descartabilidade do outro. A insegurança, o egoísmo e a solidão do novo ser humano líquido levantam barreiras sobre as amizades e as relações familiares que só dificultam o

desenvolvimento de laços sociais. Basta analisar o modo com o qual tratamos o outro, hoje: não há o anseio pelo contato físico, já que o virtual supre boa parte dos interesses ali colocados; não há busca pelo fortalecimento das amizades, dos amores, das famílias, porque a globalização oferece distrações e separa uns de outros por infinitas razões, das quais tantas outras estão diretamente relacionadas ao capital. A condição do sujeito na pós-modernidade, ao menos no campo das relações interpessoais, é a de isolamento, solidão, fugacidade e insegurança perante o outro.

Considerações finais

A partir do diagnóstico destes dois filósofos contemporâneos é possível perceber várias assertivas acerca dos modos de vida recente. Há novos valores e condutas forjadas a partir de ações racionais destinadas a converter o mundo numa grande experiência particular. Deste modo, há indivíduos independentes, ousados, buscadores irrefreados de propósitos que possam consubstanciar suas existências de prazer. Além disso, é possível chegar a uma conclusão similar em ambas perspectivas: a sociedade pós ou hipermoderna produz sujeitos para o consumo e, por sua vez, produz incessante carências nos indivíduos.

É possível compreender esse consumo por meio dos conceitos de velocidade e de obsolescência. As coisas e as experiências são tidas como precárias. Desta maneira, devem ser substituídas por um novo. Isto é, uma nova experiência singular e transformada, mas nunca uma mera repetição sem marca de ineditismo na apresentação do self. As pessoas também são narcísicas, uma vez que se comportam como no seu próprio mundo particular. O indivíduo dos tempos atuais é o que instrumentaliza as representações de seu self conforme seu gosto, sua escolha e sua aptidão.

Também é presente na obra dos autores, embora não diretamente desenvolvida neste texto, as crises que vieram no auge deste consumo: a desregulamentação ambiental transformado em novo marketing de apresentação pessoal. Em síntese, é correto e elegante apresentar certa consciência ecológica e ponderar a necessidade de modos sociais que possam minorar os danos na natureza. Embora essa seja uma crise real e, de fato, deva ser tratada como um problema político e econômico próprio da agenda das corporações, sobretudo a indústria e o agronegócio, que gastam mais de 80% do consumo de água potável no mundo. Apesar disso, o indivíduo contemporâneo é cortado por uma ética

particular atravessada diretamente por esta nova demanda universal. Não menos grave que o problema ambiental é o social, evidenciado pelo aumento da desigualdade e, portanto, vinculador de valores e lugares na estrutura social, conforme esta distribuição desigual de indivíduos. Inegavelmente, deve-se frear esse modelo de produção econômica do acúmulo e do desperdício. Segundo Bauman, a liberdade impõe um dever ético. Portanto, o ato de consumir torna-se num ato de cidadania, regado pela manutenção do bem-estar comunitário.

Segundo os autores, uma vez que este mundo globalizado submeteu as atividades políticas ao mercado, a cidadania deve ser discutida concomitantemente ao impacto do consumo. Talvez, resida nesta premissa, uma proposta de projeto coletivo para o qual os cidadãos devam ser sensibilizados. Ou seja, se o mundo é individualista e heterogêneo, a revolução será comportamental. O consumo é mais do que a apropriação individual é uma representação contemporânea que estrutura a ação.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 144 p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petropolis: Vozes, 1978.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- CHARON, Joel M. *Sociologia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GONÇALVES, Marco Antônio. *Indivíduo hipermoderno e consumo*. In: Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar. São Carlos: Ufscar, 2011.

HARBERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão*. São Paulo: Boitempo, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Bancarolla, 2004.

The condition of the individual in post-modernity: readings of Bauman and Lipovetsky

ABSTRACT

This article is an exposition of philosophy by Zygmunt Bauman and Gilles Lipovetsky. Both develop broad reflections on contemporary lifestyles. Both emphasize the values that govern the behavior of individuals. Both see the current moment as ambivalent: (a) We live more, we manipulate nature in our favor; (b) We suffer intensely the boredom and we cross the sorrows by means of a deregulated consumption, which claims the affirmation of a narcissistic, fragile and superficial way of life. Our goal is to take a look at the condition of the individual in postmodernity and to understand contemporary patterns of behavior.

Keywords: Individual, postmodernity, rationality.



A nossa violência de cada dia

Vaena Caroline Martins Ribeiro¹Maria da Luz Alves Ferreira²

RESUMO

O presente artigo vislumbra adentrar no universo conceitual e legal (Lei 11.340/2006) que trata da violência doméstica exercida contra as mulheres. Para tanto, propõe-se em dividir tal análise em dois momentos. Em primeiro lugar faz-se necessário explicitar as capilaridades presentes neste fenômeno, em que se destaca sua subjetividade. O segundo momento, busca analisar a tipificação das violências domésticas que afetam, diferentemente, mulheres e homens. Considera-se finalmente, que o investimento teórico dado as divergências e convergências conceituais sobre o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres, no últimos anos – sem desmerecer sua relevância - tem afastado a necessidade real sobre o foco da análise, ou seja, ainda que a Lei Maria da Penha cumpra seu papel enquanto norma, se faz necessário resgatar o papel do Estado interventivo em favor das mulheres em situação de violência.

Palavras-Chave: Violência doméstica, conceitos, tipificação.

Recebido em 13/09/2017

Aceito para publicação em 16/04/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.17468>

Introdução

No Brasil, a ideia de amor romântico se estabelece nas décadas de 1950, 1960, 1970 e se arrasta até os dias atuais. E só mais recentemente que se torna perceptível a emergência dos debates sobre a desnaturalização da prática de violências neste contexto (Machado e Magalhães, 1998). De acordo com o Núcleo de Estudos sobre a violência da Universidade de São Paulo, a palavra

¹ Graduada em Serviço Social (2008), MBA em Gestão da Política de Assistência Social- PNAS (2015), Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES,(2015/2017). E-mail para contato: vaena.caroline@hotmail.com.

² Doutora em Ciências Humanas (2007) pela UFMG e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000). Professora do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail para contato: mariadaluz@oi.com.br.

violência tem origem latina *violentia*, que vem do verbo *violare*, que está relacionado ao ato de profanar e transgredir com violência. Faz referência a “*vis*”, que quer dizer força, vigor, potência, emprego da força física com intensidade.

De acordo com o entendimento de Dodoun (1998), tal fenômeno se materializa ao longo da história, no qual o poder é, na verdade, o desencadeador eficaz da perpetuação de práticas violentas, e é muito mais atrelado ao político em função de um sistema organizativo. Ou seja, *o poder afronta e utiliza a violência e esta, por sua vez, exprime certa forma de poder* (DODOUN, 1998, p. 65). Ainda sob este raciocínio, estes dois elementos possuem laços tão estreitos que as pessoas são levadas a pensar que o único problema do poder é a violência; mas, na verdade, a finalidade da violência é o poder.

Strin (1978) esclarece que, quando a variável força e poder não é levada em consideração, ou ainda, é limitada a um contexto de crime e criminalidade, nota-se o obscurecimento do fenômeno como um todo e, principalmente, sua percepção em contextos mais amplos. Ressalta-se que a violência se manifesta quando a força é contestada; assim sendo, *a violência é o uso da força colocado a olhos nus* (STRIN, 1978, p. 22). Entende-se que nem todo tipo de uso da força é uma violência, mas a violência é sempre uma manifestação de força. Assim, a definição de violência, segundo o autor supracitado, consiste no emprego da força para coagir o outro, negar sua autonomia ou sua integridade física.

Contraditando esta explicação, Costa (2005) define a violência como algo bem mais amplo, sendo este fenômeno um problema social de expressões internacionais e que, por mais que existam fatores variantes, tais expressões são percebidas em todos os espaços do globo, tanto no âmbito público quanto no privado. Desse modo, *a violência é definida como comportamento ativo, espontâneo ou voluntário, dirigido contra algo ou alguém com intenção de lhe trazer prejuízo ou sofrimento* (COSTA, 2005, p. 198).

Percebe-se que demarcar um único conceito de violência se torna complexo, ao passo que os agentes ativos envolvidos nesse processo são dinâmicos. Mas, com vistas a nortear a construção deste artigo, cabe explicar que o conceito mais próximo dos objetivos propostos que se assenta na análise de Suárez e Bandeira (1999), ao explicarem que violência se refere a acontecimentos que ocorrem em diversos âmbitos, cuja frequência é variável e que podem ser julgados das mais diferentes maneiras.

Para estas autoras, o âmbito do acontecimento vai desde a condução do

Estado, por meio de crimes de amplitude coletiva, como o genocídio que necessita das forças armadas nacionais e internacionais, chegando aos segmentos específicos da sociedade, como é caso da violência contra as mulheres. Sobre este fenômeno específico, estas analistas chamam a atenção para a variabilidade de percepções lançadas sobre tal, uma vez que esse tipo de violência pode ser considerado digno de celebração ou visto como crime a ser punido.

A partir dos apontamentos supracitados, destaca-se a necessidade de demarcar distinções entre os conceitos de violência de gênero, violência intrafamiliar e violência doméstica, com foco nas relações heterossexuais de cunho amoroso, mesmo sabendo que estes conceitos são bem mais amplos e abarcam outras expressões da interação humana.

Assim sendo, o presente artigo busca levantar questões conceituais que convergem e divergem quanto a compressão da violência contra as mulheres. Neste interim, buscar-se-á subsídios dos mais diversos autores, no intuito de desvelar possíveis inconsistências quanto a compressão do objeto de pesquisa supramencionado.

Tendo como hipótese norteadora a ideia de que a multiplicação de termos definidores da violência doméstica contra mulheres, violência intrafamiliar, violência conjugal, etc., pode afastar a análise do seu epicentro, aproximando-se muito mais do campo etimologia.

Violência de gênero, violência doméstica, violência intrafamiliar: uma análise dos conceitos

Os primeiros debates sobre as diversas formas de violência contra as mulheres privilegiaram a construção dos perfis das agredidas e dos agressores; posteriormente, as análises foram direcionadas para o Estado e as formas utilizadas para o enfretamento deste fenômeno (MAIA, 2012). A imprecisão quanto aos termos utilizados para conceituar tal tipo de violência, ou seja, termos como gênero, família e mulheres eram vinculados e tratados como sinônimos.

No entendimento de Machado e Magalhães (1999), os debates a que se faz menção se estabelecem inicialmente por meio de declarações sintéticas e antagônicas que apontam para “homens violentos” x “mulheres vítimas”³ que,

³ Grifo nosso.

por sua vez, revolucionaram o senso comum sobre a forma de interação conjugal. Ainda segundo elas, surgem críticas severas a partir de 1960 no que se refere ao poder do homem na sociedade em face da dificuldade de as mulheres se perceberem enquanto vítimas. Cabe salientar que todo este constructo foi encabeçado pelos movimentos feministas.

Ainda de acordo com as autoras supracitadas, tais análises não comportam mais a realidade vigente pelo seu caráter reducionista. Para elas, o ato violento praticado contra as mulheres não é isolado de reações e interações entre os sujeitos e por isso não basta compreender o fenômeno como uma prática objetiva; pois, neste contexto, se organizam relações de afetividade, sexualidade, amor e paixão, além da violência em si.

A partir desta afirmativa, cabe incluir neste debate Maia (2012) *apud* Santos e Izumino (2005), que se propuseram a analisar como são formuladas as mais diversas implicações conceituais ligadas ao fenômeno em questão. Neste sentido, destaca-se que

Santos e Izumino (2005) identificaram três grandes abordagens no estudo da violência contra as mulheres: a da “dominação masculina”, introduzida por Chauí (1985) no artigo “Participando do debate sobre mulheres e violência”, em que as mulheres têm sua autonomia anulada e são vistas tanto como “vítimas” quanto “cúmplices” da dominação masculina; a da dominação patriarcal, em que a violência é entendida como expressão do patriarcado; essa abordagem tem como principal referência os trabalhos de Safiotti. A terceira abordagem é a “relacional”, em que o papel das mulheres como vítimas, enfatizado nas duas primeiras, é relativizado. Nesta abordagem que tem como principal expoente Filomena Gregori em seu livro “Cenas e Queixas”, a violência é entendida como uma maneira de comunicação em que as mulheres têm autonomia e participam ativamente na relação violenta. Segundo esta autora, é preciso considerar que “os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa entre os parceiros” (MAIA, 2012, p. 20).

No que tange ao conceito de vitimização, Santos e Izumino (2005) afirmam que esta perspectiva ganha força por meio da observação empírica e pelas discussões teóricas que introduzem a categoria gênero aos estudos feministas brasileiros; além disso, as análises feitas demonstram a frequente

retirada da queixa por parte da mulher. Neste sentido, as autoras afirmam que o conceito de gênero passa a ser analisado a partir deste ponto.

Essa corrente teórica concebe a violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir, e torna aquele que é dominado em dependente e passivo, levando à perda de sua capacidade de pensar, querer, sentir e agir. E a violência demarca, principalmente, assimetria na relação entre os sexos, de modo a evidenciar a inferiorização da mulher face ao homem, a partir de uma visão biológica que percebe o corpo como a base de diferenciação. Assim sendo, a mulher se torna cúmplice da violência, não por um desejo voluntário, mas pelo fato de ser destituída de autonomia, tornando-se instrumento da dominação masculina (SANTOS e IZUMINO, 2005).

A partir do exposto, entende-se que o exercício da violência em meio às relações interpessoais amorosas se baseia em diferentes relações de gênero ligadas a uma assimetria de poder, no qual o exercício da violência serve para ratificar identidades masculinas e femininas, *e essa violência que se denomina de gênero* (SUÁREZ e BANDEIRA, 1999. p. 17).

Seguindo esse raciocínio, estas autoras afirmam que se pode perceber a violência de gênero a partir de dois constructos básicos, sendo o primeiro um fenômeno substantivo que busca respostas por meio do transgressor, enfatizando sua personalidade desajustada socialmente e suas opções divergentes. Em segundo lugar, se enquadra no campo discursivo no qual a violência é percebida por meio da vivência coletiva, do mal e do sofrimento personificados na pessoa da vítima, além de consubstanciar a construção da ética e da moral.

Cabe salientar que o primeiro constructo é o que mais se aproxima da pesquisa aqui exposta; no entanto, na visão das analistas acima mencionadas, esta abordagem se caracteriza pela assimilação das práticas violentas realizadas pelo transgressor com algum tipo de disfunção patológica, o que fundamentalmente o afasta da compreensão do delito praticado. E essa patologia pode se aproximar do plano social. *São julgadas anormalidades ou monstruosidades decorrentes da falta de sanidade ou mesmo de humanidade do agressor* (SUÁREZ e BANDEIRA, 1999, p.18).

Desse modo, os olhares lançados sobre o violentador e não sobre o violentado buscam justamente o afastamento de respostas médicas sobre a prática de violência contra as mulheres. Procura-se associar a violência às

experiências vividas, que se vinculam a situações de conflito, contextos de competição, natureza das relações privadas etc., transmitidos de geração em geração. E esse acúmulo favorece a construção de hábitos emotivos e coletivos ligados à violência, reafirmando que a convivência entre homens e mulheres envolve sobretudo uma relação de poder, fazendo com que eles achem “natural” o exercício da violência.

No que tange ao conceito de violência doméstica, Saffiotti (2004) a percebe como uma expressão da questão social vinculada à luta de classes imposta pelo capitalismo, e que não se aproxima somente de um modelo de dominação, mas também de exploração que diz respeito ao campo econômico. Neste sentido, a ruptura com esta situação conflitante deve ser provocada por fatores externos à relação, haja vista que o envolvimento entre os agentes faz com que ocorram “trajetórias oscilantes” entre movimentos de saída e retorno desta relação por parte das mulheres; porém, este ciclo não faz com que a mulher seja co-dependente de seu agressor. Haja vista que para que as mulheres sejam definidas como cúmplices haveria a necessidade de que estas gozassem de poder semelhante ao dos homens, o que não ocorre, em função da assimetria perpetrada dentro dessa relação; *assim sendo, as mulheres só podem ceder e não consentir* (SAFFIOTTI, 2004, p.80).

Ainda seguindo esta autora, as teorias que se distanciam do conceito de patriarcado, a partir da criação de novos termos para descrever a violência contra as mulheres, somente reforçam a cultura patriarcal que naturaliza a relação dominação-exploração do qual as mulheres são vítimas. Saffiotti utiliza o conceito de Pateman (1993) para afirmar que patriarcado se refere a um poder político e é entendido como único conceito que está ligado, especificamente, à sujeição da mulher. Mesmo se distanciando do conceito de gênero em favor do patriarcado, as demarcações apresentadas por Saffiotti (2004) se mostram esclarecedoras, principalmente por ofertar subsídios para a compreensão do conceito de violência doméstica.

No que se refere à violência intrafamiliar, a autora supramencionada afirma que esta variante envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Ademais, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso, enquanto que a violência doméstica atinge também pessoas que, mesmo não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor.

Cabe esclarecer que, de modo geral, os termos violência doméstica e

violência intrafamiliar servem para situar o local dos acontecimentos; pois, enquanto a primeira demarca o ato praticado dentro de casa, o segundo diz respeito às ações violentas praticadas contra ou por pessoas que estabelecem algum vínculo, seja consanguíneo ou afetivo, mas não abarca necessariamente o local da ocorrência do fenômeno. Tal percepção pode ser respaldada também nos argumentos de Toneli e Becker (2009), para inferir que a violência de gênero é um tipo de violência doméstica ou intrafamiliar por ocorrer, com mais frequência, no espaço do lar, e tem na figura do agressor alguém que guarda relação de intimidade ou parentesco com a mulher em situação de violência.

Santos e Izumino (2005) situam como terceira corrente debatedora do tema os estudos sobre violência contra as mulheres que relativiza a perspectiva dominação-vitimização. Neste sentido, violência não é vista como relação de poder, mas como um fenômeno que se traduz em uma forma de comunicação em que homens e mulheres conferem significado às suas práticas. Desse modo, tal fenômeno é percebido, segundo esta análise, como um jogo relacional no qual a mulher tem autonomia e participa ativamente da relação violenta.

Cabe salientar que esta corrente é alvo de intensas críticas ao apontar certas determinações no que diz respeito à percepção das mulheres frente aos atos sofridos. Além disso, emergem questões apontando que o feminino não se caracteriza como mera vítima do masculino, mas como uma parcela importante de reprodução de violência. Ou seja, esta teoria induz ao pensamento de que existe uma relação de igualdade entre os dois agentes inseridos neste fenômeno.

Torna-se possível inferir que, diante do debate apresentado até aqui, ainda que por meio de perspectivas distintas, a categoria gênero abre caminho para um novo paradigma no estudo das questões relativas ao masculino e ao feminino, contribuindo para o rompimento de determinismos considerados inabaláveis. Neste sentido, se gênero é uma forma de demonstrar as relações de poder, como aponta Scott (1990), a aproximação entre os conceitos de gênero e violência serve como base analítica contundente para esclarecer que a violência praticada pelos homens contra as mulheres não representa somente uma relação de dominação simples, ou mesmo de vitimização ou cumplicidade.

A utilização do termo violência de gênero deve ser percebida como algo amplo que abarca diversas expressões que circundam as inúmeras nuances desta interação, mas sempre tendo em mente que tal reflexão só é possível a partir do envolvimento da variável poder. Então, parte-se da ideia de que esse tipo de violação se assenta em uma relação de poder que ultrapassa determinações conceituais; porém, sob o ponto de vista pedagógico, faz-se necessário situar o

termo que melhor se encaixa na análise proposta que, neste caso, é violência doméstica.

Tal predileção se justifica pelo objeto de investigação, por isso faz-se necessário demonstrar que o fenômeno aqui apresentado se assenta dentro do domicílio, mesmo entendendo que as relações instituídas neste cenário estão para além da generalização deste conceito. Para tanto, segundo Toneli e Becker (2009), a variabilidade de termos para definir a violência que acomete mulheres dentro de casa se baseia no fato de que casos como estes foram, historicamente, relegados aos espaços chamados de privado, circunscritos no seio da família. Daí se parte da necessidade de abordar os pontos de ruptura com a banalização desse tipo de violação.

Partindo do entendimento de que o cenário de violência doméstica é socialmente construído e culturalmente enraizado, além de balizado entre a responsabilidade (mulher) e o direito (homem), infere-se que o poder outorgado ao homem circunscreve direito à vida da mulher (MACHADO E MAGALHÃES, 1999). Dito de outro modo, a relação conjugal se estabelece por um contrato hierárquico, que determina quais funções devem ser desempenhadas pelos homens e pelas mulheres. Já em uma interação conjugal conflituosa, a base de sustentação do citado contrato é a cláusula “tudo para o outro”, que é onde se situa o entendimento da figura masculina como representação e decisão em última instância.

Apropriar-se de um objeto vivo e torná-lo morto e cuidar para que assim permaneça. Na maior parte do tempo, somente assim é que poderá manter alguns comércios amorosos. A fim de melhor chegar a isso, ele pode igualmente empobrecer seu objeto enfeitando-o, isto é tornando-o mais indesejável. O que garante, de certa maneira, que esteja bem morto. Além disso, essa destituição desejante apresenta igualmente a vantagem de ancorar a posse imaginária do objeto contra o olhar de um rival sempre potencial (Machado e Magalhães, 1999, p. 18).

O ciúme e o medo de perder algo descrito como seu patrimônio e o desejo e a necessidade de propriedade só podem ser saciados por meio da perpetuação de poder por meio do uso da violência que, muitas vezes, busca na depreciação física, emocional e social visto como subsídios de perpetuação. Além disso, é possível relacionar também o ciúme ao medo, que se materializa pela dificuldade do homem de pensar o desejo da mulher que deseja outra coisa.

Nasce daí a necessidade de aprisionar a companheira a fim de que ela não possa ser desejada ou desejar outra coisa além dele. As idealizações dos direitos e das responsabilidades entre o casal, construídos socialmente, são permeadas por fantasias, contradições e impedimentos. Desse modo, constata-se que as bases contratuais que modelam os relacionamentos amorosos deixam, ainda que intrinsecamente, margem para conflitos, sobretudo a partir do advento instaurado pela dúvida moderna sobre os conceitos de chefia do lar e chefia da família,⁴ que vem se tornando cada vez mais flutuante.

Outra questão a ser ressaltada trata-se da ausência de elaboração e indagações pelo olhar masculino sobre as representações e emoções vinculadas tanto ao feminino quanto às práticas violentas, ou seja, percebe-se certo distanciamento quanto ao ato de “corrigir” e o de “agredir” a companheira (Machado e Magalhães, 1999).

Estas autoras esclarecem ainda que

O valor da violência disciplinar está fundado em um código cultural no qual se legitimam, ao mesmo tempo, o sujeito masculino – como o sujeito do poder disciplinar-, o sujeito feminino – como o sujeito de gestão das relações afetivas, com a clara instauração de uma ampla margem para conflitos (...) é a partir deste ponto – que o que o outro representa se torna o que ele é – que a reflexão falha, a fala falha; e a violência no interior de uma casa começa (Machado e Magalhães, 1999, 216).

Depreende-se que a verbalização de emoções como medo e ciúme, visto como dois dos principais fatores que geram violência doméstica contra as mulheres, não se aproximam do constructo masculino. E caso haja esse avizinhamento, o uso da força para ratificar o poder se apresenta com mais destaque. Se os homens violentos não assimilam suas próprias emoções, torna-se bastante nítido que existe uma dificuldade ainda maior para compreender as emoções do feminino, o que sustenta a ambiguidade dos homens em identificar a diferença entre agressão e correção.

Violência nossa de cada dia: as cinco dimensões da violência doméstica contra as mulheres

⁴ Bruschnini, 1969. Uma abordagem sociológica da família.

Por meio da promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), inúmeras publicações surgiram dando as mais diversas interpretações aos seus dispositivos. A criação de tal legislação, além proteger as mulheres, foi capaz de materializar uma das principais idealizações dos movimentos feministas, que é a garantia de direitos a um segmento populacional secularmente relegado ao silêncio.

Esta norma foi capaz de preencher lacunas jurídicas com a tipificação das principais formas de violência que acomete as mulheres no Brasil. Destaca-se que o artigo 7º da Lei Maria da Penha (LMP), em conjunto com os que lhe precedem, particularmente os artigos 5º (baseado nas desigualdades de gênero) e 6º (violação dos direitos humanos), constitui o núcleo conceitual e estruturante da Lei, porque justifica sua existência e finalidades, delimitando o escopo de sua aplicação (FEIX, 2011).

Estes artigos contêm definições e conceitos que foram influenciados por legislações internacionais, mas que precisam ser assimilados tanto pelos operadores do direito quanto pela sociedade como um todo, de modo a ganhar materialidade e, conseqüentemente, efetividade. Tal enumeração exemplificativa é subdividida nos incisos subsequentes e em cinco dimensões: a psicológica, a física, a sexual, a patrimonial e a moral.

A violência psicológica, segundo Feix (2011), está relacionada à afirmação constante da incapacidade da mulher de fazer e sustentar suas escolhas, subjugando-a enquanto sujeito. Além do mais, as condutas descritas no inciso II como violência psicológica estão intimamente relacionadas à inferiorização do ser e à sabotagem da liberdade de escolha da mulher. Este tipo de violação tem como objetivo a afirmação de poder nas relações, e sua expressão como violência de gênero revela-se na intenção de impedir que as mulheres sejam sujeitos de direitos, capazes de decidir e expressar livremente sua vontade, nos mais variados planos da vida.

De acordo com Diniz (2008), a violência doméstica contra mulheres possui estágios de graduação, no sentido de que, com o passar do tempo, desde a primeira violência infligida, novos patamares de ordem crescente são percebidos. A partir das tensões crescentes, propagam-se as violências psicológicas. É possível apreender que este tipo de violação é pautado muito mais no exercício do poder do que na força em si e que, muitas vezes, pode preceder outros tipos de crueldade. Conclui-se que a subjugação da mulher pelo seu companheiro íntimo representa o entendimento construído da superioridade

masculina inabalável.

A violência física se constitui como a materialização da ferocidade do homem agressor, por ser socialmente visível e identificável por consequências e resultados concretos e comprováveis, seja por meio de hematomas, arranhões, cortes, fraturas, queimaduras, dentre outros tipos de ferimentos (FEIX, 2011). Na prática, quando essa violência é de fato dimensionada, pode indicar a existência das demais formas de violência, entendendo que o uso da força para violar o outro representa a falibilidade das palavras.

Em pesquisa realizada por Machado e Magalhães (1999) sobre as práticas violentas mais recorrentes contra as mulheres, destacou-se a violência física direcionadas aos rostos delas. Ainda segundo estas analistas, *na cultura mediterrânea, o rosto representa o lugar do corpo revelador da identidade e da honra. Assim, o bater no rosto é o bater que requer submissão e o 'rosto que brilha' dos homens é altamente significativo: o ato do bater masculino está interpenetrado da autoestima viril* (MACHADO e MAGALHÃES, 1999, p. 193).

Percebe-se a emersão da instabilidade masculina que, ao recorrer a estas práticas para degradação de sua companheira, visa demonstrar de quem é o poder de mando. Ou seja, o castigo que marca o corpo das mulheres nas relações afetivas se apresenta como “argumento” todas as vezes que a sua conduta ameaçar ou não atender às expectativas ou desejos de quem detém a autoridade. Feix (2011) esclarece que a violência física continuada, mesmo que mais sutilmente empregada (aquela que não deixa marcas visíveis), pode gerar transtornos psicológicos que promovem o aparecimento de enfermidades psicossomáticas e oportunistas decorrentes de baixas imunidades.

Quanto à violência sexual, esta se refere às práticas que vão contra a liberdade sexual e reprodutiva, por meio de diversos tipos de violações (FEIX, 2011). Extremamente vinculada à cultura do estupro,⁵ essa violação demarca condutas estereotipadas que retiram da mulher o direito ao seu corpo. Dentro deste constructo, se tornou irreal o fato de a mulher se negar a praticar sexo em qualquer momento de interação com o homem.

Nenhum argumento deve normalizar ou justificar atos bárbaros e criminosos

⁵ “Cultura do estupro” é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Ou seja: quando, em uma sociedade, a violência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima, isso significa que existe uma cultura do estupro (<https://nacoesunidas.org>, acesso em 19/11/2016).

como o estupro. Porém, de acordo com Feix (2011), a violação do direito sexual da mulher está nos lares, nas ruas, nas revistas, na TV, nos filmes, na linguagem, na publicidade, nas leis e, por isso, visto como norma. Assim, faz-se necessário que todas as esferas da sociedade assumam a responsabilidade de se mobilizar a fim de que a transformação ocorra.

Diante do exposto, cabe incorrer no argumento de Bandeira (1999) para apreender que na violência sexual está presente o sentido de força que a constitui como núcleo central, além do que representa a ruptura de comunicação ou interação de um sujeito com outro e justamente neste ponto estão deitadas as raízes do poder. Esta autora esclarece ainda que a indissociação entre a prática de violência sexual e o uso do poder e da força para realizá-lo tem uma origem simbólica, por ratificar variações físicas em função do sexo e também por materializar a possibilidade de um sujeito se sobrepor ao outro.

A violência patrimonial se caracteriza como inovação trazida pela Lei Maria da Penha, por configurar a violação dos direitos econômicos das mulheres que, por sua vez, justifica a iniciativa do Estado brasileiro de combater atos que impeçam ou anulem o exercício desses direitos, conforme determina o disposto no artigo 5º da Convenção de Belém do Pará (FEIX, 2011).

Esta autora explica ainda que

A retenção, subtração ou destruição de bens, ainda que parcial, e o impedimento a sua utilização enfraquecem e a colocam em situação de vulnerabilidade, atingindo diretamente a segurança e dignidade, pela redução ou impedimento da capacidade de tomar decisões independentes e livres, podendo ainda alimentar outras formas de dependência como a psicológica (FEIX, 2011, p. 208).

Essa forma de bestialidade pode se traduzir em mais uma forma de demonstrar até onde vai a superioridade do homem em relação à mulher e indica um tipo de idealização de domínio e anulação de todo o universo feminino. Ou seja, a violência não se materializa somente em sua própria execução, mas conjuntamente com a ameaça ao patrimônio e à expropriação do outro enquanto sujeito. Haja vista que o empoderamento econômico das mulheres é um fenômeno recente e a obliteração do usufruto de seus bens representa mais uma forma implacável de subjugação feminina.

E, por fim, mas não menos importante, destaca-se a *violência moral*, que

possui efeitos mais amplos, uma vez que sua configuração impõe ofensas à imagem e reputação da mulher em seu meio social (FEIX, 2011). O fundamento desta forma de violência está intrínseco ao ato de desqualificar a mulher na esfera das relações sociais de gênero. Isto porque afronta a autoestima da mesma por meio do seu (não) reconhecimento social.

Em tempo de propagação de tecnologias ligadas às mídias sociais, a violência moral ganha maior amplitude que, por sua vez, acaba por dificultar o exercício da Lei em favor dos direitos das mulheres. Uma vez que, quando as ofensas são disseminadas nos mais diversos espaços virtuais, pela sua forma instantânea de alcance, faz com que dificulte sua comprovação e combate, fortalecendo sentimentos ou percepções discriminatórias e reproduzindo padrões de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, que objetivam a anulação da condição de sujeito dessas (FEIX, 2011).

Entende-se a extrema relevância desta tipificação, no sentido de promover a prevenção, atenção e o enfretamento das inúmeras formas de violação de direitos das mulheres brasileiras. Cabe salientar que, a partir do desenvolvimento da pesquisa que ora se apresenta, no processo cotidiano de interação conjugal, a prática de violência não segue o enquadramento acima citado; dito de outra forma, as variações e frequências destes atos podem acontecer tanto isolada quanto concomitantemente, o que pode acarretar em uma eventual delação por parte da mulher às autoridades competentes, a supressão dos tipos de violência mais sutis em favor dos atos de maior gravidade.

Considerações finais

A partir do debate teórico aqui proposto, algumas questões podem ser destacadas. Uma delas é que se torna viável inferir que a Lei Maria da Penha ainda não proveu efetivamente transformação social desejada, uma vez que esse aparato jurídico trabalhado de forma apenas punitiva não consegue promover a mudança de mentalidade⁶ dos agressores. E com base nos autores apresentados, nota-se que a violência contra as mulheres tem sido historicamente esquecida e

⁶ O conceito de mentalidade tem elementos cognitivos, afetivos e valorativos que abrangem os conhecimentos formais e as crenças, ademais o resultado da socialização primária (contato direto com as pessoas em um sentido informal) e a exposição aos meios sociais como a educação, mídia etc., implica assim ações e atuação na estrutura social (...) Mentalidade é um conjunto de valores materiais e “espirituais” criados em um aspecto cultural, socioeconômico, histórico e demográfico, isto é, conjunto de configuração de vida de uma determinada sociedade (CARLONI, 2006, p.62).

não assumida culturalmente como tal que, por sua vez, revela certa condescendência em relação aos agressores de crimes praticados nas relações domésticas e familiares. Ressalta-se a importância da efetiva implantação da Lei Maria da Penha, tendo em mente que a violência contra as mulheres faz parte de uma teia complexa de relações que envolvem diversos fatores como banalização e omissão; além disso, fazem-se necessárias formulações de estratégias que estimulem a ruptura desse tipo de prática.

Assim sendo, o constructo teórico aqui levantado objetivou apresentar aportes teóricos relevantes que, a partir de uma perspectiva relacional, apresentam o arcabouço de conceitos que podem aproximar ou distanciar o foco da análise sob o fenômeno em questão. Dito de outro modo, as discussões sobre qual o conceito mais abrangente, de maior impacto ou de melhor compressão do que se constitui enquanto violência contra mulheres, acaba por ser um fim em si mesmo, enquanto que por outro lado, as ações práticas de mitigação em favor do combate a esse crime ainda andam morosamente. Considera-se então, que a Lei Maria da Penha tem cumprido seu papel enquanto legislação, entretanto, a operacionalização de seus artigos ainda esbarra nas inconsistências interventivas do Estado brasileiro.

Outro ponto que merece destaque são as contribuições dos estudos de gênero, sob a ótica do feminismo, que deve ser entendida como fonte de orientação neste tipo de intervenção, tendo como foco o controle e a mitigação de reincidências, sem perder de vista que tal ação não deve se sobrepôr à importância do atendimento da mulher em situação de violência, a partir do reforço de ações sistemáticas por parte do Estado que tenha como foco majoritário a erradicação de todas as formas de violação de direitos.

Ressalta-se que as análises sobre este contexto superam as caracterizações - conceituais - do ato violento em si e a visão somente a partir da vítima, de modo a possibilitar e contribuir para uma investigação holística. Conclui-se finalmente o presente texto não busca apresentar verdades unívocas, por entender que o fenômeno da violência contra as mulheres tende a se transvestir em favor da demonstração de padrões estabelecidos socialmente a partir do movimento histórico. Todavia, para além da aquisição de conceitos, que também são de extrema relevância, se faz necessário o investimento nos debates que resgatem o papel o Estado abrangente no que tange a promoção de ações mais efetivas em favor das mulheres em situação de violência.

Referências

ARENA, Alba. **La Barbarie Silenciosa**. Ediciones Lalave. Barcelona, 2014.

BANDEIRA, Lourdes. **Violência sexual, imaginário de gênero e narcisismo**. In: SUÁRES, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. *Violência, gênero e crimes no*

Distrito Federal. Editora UNB, 1999.

BARSETD, Leila Linhares. **Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de *advocacy* feminista.** In Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

BLY, Eva Alterman. **Feminilidades e Masculinidade: Novos caminhos para enfrentar a violência contra mulheres.** Editora Cultura Acadêmica, 2014, São Paulo.

BRUSCHINI, Cristina. **Uma Abordagem Sociológica da Família.** Revista Bras. Est. Pop. São Paulo, V.6, n. 1, p. 1-23, jan/junho, 1989.

CARLONI, André Ramos. Porta entreaberta: um estudo entre relações sociais de gênero, identidade e prostituição feminina. **Tese de Doutorado: Universidade Estadual Paulista – UNESP, Franca, 2016.**

COSTA, Dália. **Percepção social de mulher vítima de violência conjugal: Estudo exploratório realizado no conselho de Lisboa,** Editora Universidade Técnica de Lisboa /Instituto superior de Ciências Sociais Aplicadas, 2005.

DINIZ, Lara Fátima Rita. **Conceitos de Violência Doméstica: Que mudanças nos últimos quinze anos.** Instituto superior de psicologia Aplicada, Lisboa, 2008.

DOUDON, Raymond et al. **Dicionário da Sociologia.** Dom Quixote, Lisboa, 1990.

FEIX, Virgínia. **Das formas de violência contra as mulheres.** In CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

MAIA, Cláudia de Jesus. **Rompendo o silêncio: histórias de violência conjugal contra as mulheres.** In: MAIA, Cláudia de Jesus; CALEIRO, Regina Célia Lima. (Org.). São Paulo: Anablume, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. **Violência Conjugal: os espelhos e as marcas.** In: SUÁRES, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. Violência, gênero e crimes no Distrito Federal. UNB, 1999.

PASINATO, Wânia. **“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil.** Cad. Pagu, n.37, 2011-2011, p.219-46.

PATEMAN, Carole. **Contrato Sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993. 347 p.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O estatuto teórico da violência de gênero.** In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.) Violência em tempo de globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. E.I.A.L., Vol. 16 – No 1 (2005).

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: Uma categoria útil de análise**. Nova Iorque, Columbia Universidade de Columbia, 1998.

STRIN, François. **Violência e Poder**. Haltier, Paris: Inquerito, 1978,.

SUÁRES, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. **Introdução a Gênero, violência e crime no Distrito Federal**. In: SUÁRES, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. **Violência, gênero e crimes no Distrito Federal**. UNB, 1999.

TONELI, Maria Juracy; BECKER, Simone. **A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após dois anos de implantação da Lei Maria da Penha**. In: TORNQUIST, Carmen Susana (et.al.). (ORG). **LEITURAS DE RESISTÊNCIA, CORPO E PODER**. Florianópolis: Mulheres, 2009.

Our everyday violence

ABSTRACT

The present article intends to enter into the conceptual and legal universe (Law 11.340 / 2006) dealing with domestic violence against women. Therefore, it is proposed to divide this analysis into two moments. In the first place it is necessary to make explicit the capillaries present in this phenomenon, in which its subjectivity is highlighted. In addition, we also attempt to analyze the conceptual bases that treat domestic violence from a multifactorial process circumscribed in social and historical interaction between peers. The second moment seeks to analyze the typification of domestic violence that affects, differently, women and men. Finally, it is considered that the theoretical investment given the divergences and conceptual convergences on the phenomenon of domestic violence against women in recent years, without detracting from its relevance, has removed the real need for the focus of the analysis, that is, the Maria da Penha Act fulfills its role as a norm, it is necessary to rescue the role of the intervention state in favor of women in situations of violence.

Keywords: Domestic violence, concepts, typification.



Do indivíduo ao discurso

Gabriel Papa Ribeiro Esteves¹

RESUMO

O presente ensaio tem por objetivo esmiuçar a teoria da práxis elaborada por Pierre Bourdieu e interpretá-la a partir de reflexões de Michel Foucault acerca dos sujeitos e dos discursos, de modo a colocar ambas as perspectivas em interlocução sustentável.

Palavras-Chave: Indivíduo, sujeito, discurso, sociabilidade.

Recebido em 11/08/2017

Aceito para publicação em 09/04/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.17135>

Excurso acerca do agente cognitivo de Pierre Bourdieu em diálogo com o conceito de Sujeito no pensamento de Michel Foucault

Um dos principais debates da teoria social é aquele que paira sobre o indivíduo, sua ação prática e como isso reverbera numa dinâmica estrutural que influencia estas praxis. A categoria de indivíduo é algo que remete ao projeto moderno que se desenvolveu a partir do iluminismo euro-ocidental do Século XVIII e que só pode ser pensado onde há o reconhecimento do direito de ser humano autônomo a ter liberdades, estas que se ampliam na medida em que são conquistadas em determinadas situações nas quais existem enquanto possibilidades.

A ideia aqui é pensarmos este conceito social humano tão fundamental no projeto euro-ocidental moderno de sociedade, do qual somos herdeiros diretos, o indivíduo, enquanto o resultado de forças sociais em equação com práticas e ideologias dispersas num contexto e normatizadas enquanto discursos legitimados no corpo social.

Porém, mais importante ainda, é entendermos o indivíduo enquanto um ser criativo em potencial, posto que possua uma subjetividade, ou seja, um conjunto de características individuais, singulares que só existem em seu

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e membro do NESPOM-FClar. Professor do Instituto St^a Úrsula, Ribeirão Preto – SP. E-mail para contato: gabriel-papa@hotmail.com.

interior, de modo que suas ações são tendenciosas e parciais, portanto suas considerações acerca da realidade partem do ponto de vista pessoal, mas o pessoal só se faz enquanto real dentro de possibilidades concretas na dinâmica do espaço social. O ponto é que estas possibilidades são infundáveis, posto a heterogeneidade de interações que permeiam grupos e indivíduos, porém inclinadas aos interesses e estratégias de sujeitos que ocupam posições de relevância que reverberam a todo o conjunto social uma influência em sua legislação e valoração ética e moral vigentes.

Esta reflexão é importante porque o que opera oculto da realidade aparente pode ser preponderante na gestação do senso das coisas e dos seres, dos objetos e dos sujeitos. A introspecção de si mesmo, a autocritica, o questionamento de valores familiares, sociais e subjetivos, é um reposicionamento do ser (dotado de pensamento e discurso) dado pelo movimento que sua trajetória pessoal faz na sociedade formando e reformando seu caráter num movimento perpétuo. Posto que a autoimagem prática do indivíduo é delineada no entorno social em que ele está inserido, o movimento de sua trajetória possibilitará o surgimento de novas possibilidades no escopo das direções diversas que a cultura poderá tomar na medida em que os indivíduos se reconhecem intersubjetivamente.

Para iniciarmos uma discussão acerca da dinâmica da Sociedade contemporânea, tomamos como referência Pierre Bourdieu, posto que este autor dá sequência ao legado de clássicos interpretes da sociabilidade humana que nos ajudam a esmiuçar as relações sociais, o papel criativo do indivíduo, das instituições e das estruturas dentro do processo. Ele rediscute temas importantes da sociologia, como os clássicos dilemas acerca de agente e estrutura, indivíduo e sociedade, abordado, de maneiras distintas, porém, não necessariamente antagônicas, por Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, pensadores das Ciências Sociais, que mesmo sendo filhos de tempos passados, continuam reverberando arcabouços teóricos e paradigmas conceituais e interpretativos para refletirmos a sociedade na contemporaneidade, se pensados criticamente.

Em sua obra, Bourdieu entende a sociedade a partir do espaço social, que é o espaço de interação social entre os homens, composto por diversos campos de sociabilidade, no qual estão dispostas posições sociais intimamente ligadas às disposições subjetivas do indivíduo e às tomadas de decisões, as escolhas que os agentes fazem nos domínios mais diferentes da prática (BOURDIEU.1996). Portanto, a interação social acontece no espaço social, que é construído de tal modo que os indivíduos ou grupos aí distribuídos alocam-se em função da sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com princípios de diferenciação, estabelecidos frente ao acesso de grupos e indivíduos aos capitais simbolicamente valorizados em determinados campos de interação social.

No espaço social, a disposição dos agentes sociais está relacionada com o acesso ao capital global, disperso através dos campos e fragmentado em

diversos e variáveis tipos de capitais – tal como: capital econômico; capital cultural; capital social; capital simbólico e capital político – sendo a distribuição e apropriação dos diferentes tipos de capital, disperso no espaço social, pelos indivíduos e grupos, um fator fundamental na estruturação da estrutura social. Afinal, o espaço das posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições. Portanto, a posição ocupada no espaço social, isto é, na dinâmica de alocação de diferentes tipos de capital, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo dado um contexto de contínuo conflito de significação e ressignificação através de violência simbólica entre os agentes num movimento dialético, tornando o espaço social a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele (Ibidem).

Na concepção deste autor, o que compõe o espaço social como um todo é o conceito categórico de campo, definido como um espaço de sociabilidade estruturado e permeado de conflitos no qual os humanos enquanto agentes sociais, investidos de habitus, conceito que designa a proposição teórica da ação prática dada pela interiorização da externalidade e externalização subjetiva e singular da internalidade pelo indivíduo, ocupam uma posição definida pelo volume e pela estrutura do capital eficiente no campo e pelo quanto conseguem apropriar-se dele, agindo segundo suas posições neste. Cada campo seria dotado de regras de funcionamento próprias, autônomas e interdependentes em relação a outros campos do espaço social e em constante transformação, posto que os indivíduos que o compõem estão interagindo e a interação é o princípio da mudança, é na interação que se realizam revoluções simbólicas, algo que acontece na cognição e subjetividade do homem, nos domínios de sua capacidade criativa dadas as condições e possibilidades e surte efeitos transformadores da realidade. Logo os campos são estruturas estruturantes estruturadas (BOURDIEU. 2000).

Diferentemente do conceito de hábito, que se refere a algo imutável, habitus é uma referência ao conceito aristotélico de hexis que se contrapõe à filosofia estruturalista da ação, pois diferentemente desta, o agente não está reduzido ao papel de suporte da estrutura, o que coloca a reproduzibilidade social do agente em latente evidência, afinal o habitus seria um conhecimento adquirido que indica a disposição incorporada, é a interiorização da exterioridade e a exteriorização da internalidade como dito antes. Isto é, o indivíduo incorpora valores e símbolos do meio em que vive e os reproduz em suas ações e pensamentos enquanto agente social, mas sempre ressignificando a realidade a partir do resultado da intersubjetividade humana, da capacidade de reconhecimento mútuo das subjetividades alheias e suas interferências constantes umas sobre as outras (Ibidem). O habitus tem aspectos psicológicos, sociológicos, culturais e sociais, é o que dá forma a subjetividade humana.

Retomando a velha noção aristotélica de hexis, convertida

pela escolástica em habitus, eu desejava reagir contra o estruturalismo e sua estranha filosofia da acção que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprime com toda clareza entre althusserianos, com seu agente reduzido ao papel de suporte – Trager – da estrutura(...) eu desejava pôr em evidência as capacidades <<criadoras>>, activas, inventivas do habitus e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o habitus, a hexis, indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em acção. (BOURDIEU, P. 2000, p. 61).

É no espaço social que se dá a interação social através de diversos campos, e a proximidade dos agentes neste espaço gera habitus aproximados e uma potencialidade objetiva de unidade (BOURDIEU. 1996). Os habitus são gerados direta ou indiretamente pela relação do homem com os campos, grupos e agentes com os quais se relacionam, o que os torna um conceito que interliga estrutura, sociabilidade e agente social, pois estes últimos, se utilizam de suas disposições incorporadas na estrutura interseccionada por eles em suas relações com campos distintos para tomar decisões e criar estratégias, o que torna as tomadas de decisões uma forma de racionalidade cultural, social, moral e simbólica, indicando a singularidade de cada agente, este que não está preso à estrutura, mas está em constante diálogo com ela, transformando-a e sendo transformado ao mesmo tempo, o indivíduo introduz e reproduz o meio em que está inserido, porém ele também transgride a ordem estabelecida de acordo com sua subjetividade e criatividade. A gama de possibilidades de intersecções no indivíduo de valores éticos, morais, conservadores ou progressistas advindos de sua posição relacional no espaço social torna as possibilidades de constituição de habitus infindáveis.

Gilberto Velho (2004) é um autor que desenvolve em sua obra uma reflexão que dialoga de maneira enriquecedora com grande parte dessa teoria social que Pierre Bourdieu (1996) propõe, contribuindo de forma teórico-metodológica para uma interpretação da sociedade capitalista, que ele entende ser uma sociedade com cultura individualista, esta interpretação de Velho (2004) nos ajuda a entender um pouco mais acerca da subjetividade humana na sociedade moderna. Segundo ele, o cenário global atual é, em grande parte, composto por sociedades complexas, que são aquelas em que estão presentes uma heterogeneidade de culturas convivendo no mesmo espaço e sob uma mesma estrutura social, essas sociedades só foram possíveis após a revolução industrial, pois a heterogeneidade cultural se dá a partir da divisão complexificada e diversa do trabalho e da alocação dos lucros produzidos na sociedade, pois o indivíduo situado em determinado lugar da dinâmica social se

apropriada de uma rede de significados de forma individual (subjetividade), sua cultura e sua individualidade são formados necessariamente em relação aos ambientes que frequenta e com os grupos que se relacionam, grupos estes que têm suas próprias redes de significados. Sendo assim a sociabilidade em sociedades complexas se dá a partir de uma dicotomia entre unidade e descontinuidade de sistemas sociais de cultura, pois os indivíduos participam diferentemente de códigos mais restritos ou mais universalizantes, essa diferença é resultado de relações específicas entre o modo de expressão cognitiva e experiências diferenciadas em função de sua localização no espaço social.

Outro ponto importante que é ressaltado neste produtivo debate é o fato de a socialização não se dar apenas a partir das classes sociais, pois se assim fosse, uma vez que o indivíduo nascesse na classe proletária seu desenvolvimento emocional e intelectual estaria determinado e não é isto o que acontece. O conceito de classe deve ser pensado sem que oculte diferenças consideráveis entre categorias e grupos sociais distintos ao enquadrá-los como uma única coisa homogênea, como, por exemplo, deixando de considerar a trajetória social singular de cada indivíduo ou a natureza das redes de relações sociais em que os indivíduos estão socializados.

Visto que a interação com redes de relações mais ou menos amplas e diversificadas afeta o desempenho dos papéis sociais, a classe social influencia e direciona o indivíduo, nunca o determina, na realização e na internalização de uma rede de significados (VELHO. 2004)).

Nesta argumentação de Velho (2004), podemos perceber de forma precisa o conceito de *habitus*, pois para este autor, a partir da sociabilidade, existente num contexto dicotômico entre continuidade e descontinuidade cultural, os indivíduos instituem um *ethos*, termo que designa uma moral imbricada de valores e visões de mundo, e um *eidós*, termo este que designa um modo de vida. Ambos frutos da dinâmica social e meio cultural que cercam o indivíduo, que, ao serem internalizados por este através de sua cognição, constituirão o seu *habitus* e uma cultura individualizada para cada um. Uma vez constituído o *habitus*, os indivíduos irão elencar suas categorias de relevância e entender o mundo a partir dos *habitus*, atribuindo heterogeneamente valores e simbolismos a tudo que os seus sentidos físicos podem captar. É assim que, segundo o autor, os indivíduos estabelecem seus projetos, que são os objetivos traçados por eles visando um determinado fim e definindo suas ações, interesses e estratégias. Assim, se o indivíduo possui objetivos, ele possui escolhas, mesmo que essas estejam enquadradas nas possibilidades de um contexto, e realiza uma escolha pautada nas suas categorias de relevância, que variam de acordo com os valores e simbolismos atribuídos à realidade no processo cognitivo (Ibidem).

Pierre Bourdieu (1996) reflete sobre a dinâmica do funcionamento da sociedade, pensando o agente cognitivo, porém acreditamos que mesmo estas

cognições são historicamente constituídas como possibilidades, e para entendermos isto e podermos articular os conceitos de indivíduo e agente, temos de retomar um autor que pense num sujeito histórico, que pense na genealogia e na concepção da sociedade, este autor é Michel Foucault (1979).

Segundo ele, o sujeito é o indivíduo assujeitado à uma possibilidade de sujeito que possui formações discursivas inerentes a ela, é o indivíduo assumindo um discurso específico esperado dele dadas as posições sociais que ocupa e os poderes que se exercem ao seu redor em todas as direções, poder que é exercido sobre ele e ele também exerce, inclusive ao assumir um discurso. Os sujeitos são construções produzidas pelo social, sendo o social uma materialização de táticas dos sujeitos, que possuem estratégias possibilitadas pelo sistema estrutural em que estão imersos, sistema este que, num processo espiral, é legitimado pelos mesmos sujeitos, que são disciplinados ideologicamente a partir de dispositivos e de relações conflituosas que envolvem o exercício de poder, ou seja, que envolvem todas as relações e práticas humanas em seus níveis macro e micro. O indivíduo é interpelado a ser sujeito, é enquadrado em categorias e atribuições através da inculcação ideológica de práticas e discursos. Logo, toda ideologia acaba por constituir indivíduos concretos em sujeitos. Estas ideologias desencadeiam fortes influências na constituição de estratégias, estas que são ou não levadas a cabo de acordo com as possibilidades dispostas no sistema social.

O conceito de sujeito pode ser pensado aqui como algo forjado de acordo com os poderes exercidos sobre o indivíduo através de outros sujeitos, de instituições e de grupos, estas manifestações de poder são imensuráveis, portanto o sujeito pode ser imprevisível, mas sempre no contexto das possibilidades históricas. A subjetividade aqui é pensada no assujeitamento de indivíduos a formações discursivas num processo que gera a identidade, esta que é um enclausuramento do sujeito, que está se adaptando ao meio em que está inserido e assumindo discursos que são inerentes a ele, portanto, a constituição da identidade é um processo de subjetivação dos sujeitos, estes que têm várias formas de se subjetivarem, mas nunca fora da história, nunca fora das potencialidades e possibilidades do contexto frente a sua criatividade, pois eles só existem enquanto construção social. Os indivíduos se posicionam no discurso porque veem nele uma possibilidade de evidência, se a formação discursiva é disponível, o indivíduo se apropria, pois o sujeito e o sentido se estabelecem automaticamente e concomitantemente, o indivíduo torna-se sujeito de determinada ordem de discurso pautada em funções discursivas específicas de acordo com interesses de grupos e sujeitos possíveis disponíveis no assujeitamento de indivíduos e nas relações de poder em que estes se inserem, portanto, o sujeito só existe no discurso (FOUCAULT. 1996).

O poder exercido nas relações sociais tem o sujeito como seu mais importante efeito. O poder, pensado sob um escopo foucaultiano, pode ser percebido nos discursos ou nas técnicas disciplinares das práticas do corpo, em

que os corpos são tornados dóceis, ou seja, as práticas dos sujeitos são enquadradas na dinâmica social presente, logo o controle da sociedade pela sociedade materializa-se no controle do sujeito. Assim, a estrutura social é, também, o resultado de estratégias de sujeitos que exercem o poder em esferas que organizam esta estrutura, principalmente porque estes poderes geram saberes, que em si já são um exercício de poder, pois se produzem como verdades, e a classificação do que é verdade, é um exercício pleno de poder pelos sujeitos, exercício este, que é legitimado por outros sujeitos.

Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças. Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvenda nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. (FOUCAULT, M. 1986 p.28).

Bourdieu usa o termo agente por pensar este enquanto singular, dotado de uma cognição que se incorpora de habitus, e o conceito de sujeito não é pensado como singular por Foucault, mas ao ser retomado aqui queremos apresenta-lo como uma condição, um objeto de conhecimento, um sujeito, de forma a entender a cognição singular do agente como uma possibilidade disponível de assujeitamento do indivíduo. A subjetividade, em Foucault, é um produto discursivo, posto que se constitui na produção de saberes sobre indivíduos e realidades.

O que queremos demonstrar é que por mais singular e individual que o indivíduo possa ser, ele só torna-se um agente social singular porque materializa-se nas práticas de sujeito, estas que são infundáveis e os assujeitam à diversas ordem discursivas que ao serem incorporadas desigualmente por cada um, são reproduzidas heterogeneamente, sendo a própria cognição uma possibilidade de assujeitamento que as práticas de sujeito inserem no indivíduo, posto que, se o indivíduo possui uma cognição que transgrida a normalidade da sociedade, ele é enquadrado como louco ou doente.

Estes múltiplos sujeitos possibilitados por incontáveis interações e relações de poder dispersas em todos os níveis sociais abrem a possibilidade de múltiplos horizontes de ação, mas sempre num horizonte possível que se expande a cada movimento dialético da sociabilidade, permitindo que o indivíduo seja livre entre o limite e a possibilidade.

O processo histórico pertence ao indivíduo enquanto sujeito, o sujeito é

resultado de discursos produzidos que promovem a sujeição, mas no limite, mesmo em sujeição, há originalidade e criatividade neste sujeito, porém atrelado ao seu inconstante contexto social que junto das subjetividades geram novas possibilidades de sujeitos e, portanto, novas possibilidades de realidade.

Referências

- JARDIM, Maria A. Chaves; CAMPOS, Ricardo Sapia. **A Construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica**. REDD – Revista de Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, Jan/Jul. 2012.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas**. In: Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 99-138.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMFMartinsfontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Las estructuras sociales de la economia**. Barcelona: Anagrama, 2003.
- _____. **Desencantamento do mundo** Estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Elos: Perspectiva, 1979.
- _____. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia kabila. Oeiras: Celta, 2002 [1972].
- _____. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Langage et pouvoir symbolique**. Paris: Payot, 2008.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Boitempo, 2012
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo** – Comentários sobre a sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.
- FOUCAULT, Michel. A criação do biopoder, IN: **Defesa da sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. O sujeito e Poder. IN: DREYFUS, H. e RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. **Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 253 – 291.
- _____. **A Ordem do Discurso**. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GIDDENS, A.; TURNER, J [ORG] **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- Marx, Karl: **O Capital**, Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Civilização brasileira. 2008.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis:

Vozes. 2000.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. IN: SOUZA, Jessé e ÔELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB. 1998. p. 23-40.

_____. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

From individual to discourse

ABSTRACT

The present text aims at analyzing the theory of praxis elaborated by Pierre Bourdieu and interpreting it from Michel Foucault's reflections on subjects and discourses, in order to place both perspectives in sustainable dialogue.

Keywords: Individual, subject, discourse, sociability.



O debate quali versus quanti e as tentativas de superação de uma polarização metodológica

Vinícius Silva Alves¹

RESUMO

Este ensaio tem como intuito apresentar o debate que se estabeleceu na Ciência Política a respeito de duas maneiras distintas de se realizar pesquisas: quantitativa e qualitativa. Inicialmente, o ensaio traz um panorama do debate, partindo de uma perspectiva na qual se observava um aparente isolamento epistemológico entre dois grupos de pesquisadores da disciplina e apresentando os esforços, por parte de alguns setores da comunidade acadêmica, para a superação da clivagem entre qualitativistas e quantitativistas. Argumenta-se, na sequência, que existe a possibilidade de combinação de métodos quantitativos e qualitativos em abordagens que tem produzido importantes contribuições para a Ciência Política contemporânea. Ao final, desenvolve-se a ideia de que a opção por uma abordagem quantitativa ou qualitativa está mais relacionada ao escopo da investigação e à questão de adequação dos procedimentos metodológicos necessários para o enfrentamento do problema de pesquisa proposto. Ressalta-se, desse modo, que a superação da tradicional clivagem metodológica pode ser relevante para o aprimoramento da disciplina, contribuindo para uma ampliação de técnicas e procedimentos relevantes para se estabelecer inferências seguras.

Palavras-Chave: Metodologia, métodos quantitativos, métodos qualitativos inferência.

Recebido em 22/05/2017

Aceito para publicação em 27/06/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.16041>

O debate quali versus quanti

Algo comum entre alunos que estão iniciando os estudos em Ciência Política é a percepção de que existem dois grupos de acadêmicos que conduzem suas pesquisas de maneira visivelmente distinta. Chama bastante atenção a diversidade de técnicas e a heterogeneidade de procedimentos dos quais

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Mestre em Ciência Política e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás. E-mail para contato: vinicius.silvalves@gmail.com.

professores e pesquisadores se utilizam na condução de seus trabalhos. Não é raro também se observar que estudantes de graduação ou de mestrado, desde o início de suas atividades acadêmicas, logo se apressam para escolher qual o seu lado na famigerada disputa epistemológica e metodológica da disciplina.

Nessa ordem de ideias, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma discussão crítica a respeito do debate que se estabeleceu, nos últimos anos, no âmbito dos estudos sobre metodologia em Ciência Política acerca de duas maneiras ou tradições de se realizar pesquisas: a quantitativa e a qualitativa. De modo específico, busca-se enfrentar algumas questões, como, por exemplo: a perspectiva quali *versus* quanti já se encontra superada? Até que ponto os esforços por parte da comunidade acadêmica, composta por uma diversidade de pesquisadores com formações e orientações diversas, estão contribuindo para a superação de uma polarização metodológica?

Parte-se do argumento de que a polarização metodológica pode obscurecer a ideia de que existe conhecimento científico para além da rivalidade entre quantitativistas e qualitativistas. Argumenta-se, além disso, que a opção por um desses lados deve ser pensada fundamentalmente como uma questão de adequação ao escopo da pesquisa. Nessa ordem de ideias, tem-se que “*whether differences are quantitative or qualitative, of degree or of kind, is a matter of logical treatment and thus a matter of deciding which handling is appropriate for what purpose*” (SARTORI, 2004, p. 786).

Em seguida, apresenta-se o argumento de que existe a possibilidade de combinação de métodos quantitativos e qualitativos em abordagens que tem revelado consideráveis contribuições para a Ciência Política, como em trabalhos que realizam estudos de caso, *process tracing* e análises de rede.

Para enfrentar a primeira questão, na parte inicial deste ensaio, serão discutidos os textos de Collier, Seawright e Brady (2003), Gerring e Thomas (2011), e Goertz e Mahoney (2006), bem como as contribuições dos autores para uma tentativa de superação desta clivagem.

O texto “*A tale of two cultures: Constrasting Quantitative and Qualitative research*” (GOERTZ & MAHONEY, 2006) logo em seu início sinaliza a dificuldade de se estabelecer uma comunicação entre as perspectivas quali e quanti, tendo em vista as diferentes normas, crenças e valores que marcam cada uma delas. Goertz e Mahoney (2006) alertam para o fato de que o debate, quando carregado de certa dose de religiosidade e ceticismo, como frequentemente ocorre, oferece obstáculos à compreensão de que, em última instância, trata-se de formas alternativas de se desenhar e executar uma investigação científica.

Os autores criticam o modo como a questão foi abordada por estudiosos nos anos anteriores, especialmente por identificarem que o diálogo entre as culturas quali e quanti era usualmente abordado a partir de uma perspectiva

determinada, o que, certamente, contribuiu para o acirramento de uma disputa sobre quem pode oferecer as melhores ferramentas metodológicas.

Em geral, muitos pesquisadores tendem a se situar em um dos lados do debate, como resta evidente nos textos de Sartori (2004) e Colomer (2004), o que contribui para uma má compreensão do outro lado e um isolamento entre estas abordagens. Com o intuito de fornecer uma melhor compreensão sobre as diferenças que fundamentam a classificação quali e quanti, Goertz e Mahoney (2006) propõem explorar a questão a partir da identificação de 10 possíveis pontos de desencontro entre estas culturas (*approaches to explanation; conceptions of causation; multivariate explanations; equifinality; scope and causal generalization; case selection; weighting observations; substantively important cases; lack of fit; e concepts and measurements*).

Neste momento, vale destacar que os autores estabelecem como premissa a condição de que tanto as pesquisas qualitativas como as quantitativas buscam realizar análises de causalidade, razão pela qual a comparação apresentada entre as tradições quanti e quali exclui estudos de caso descritivos, teorias críticas e pós-modernas, assim como análises interpretativistas (GOERTZ & MAHONEY, 2006).

Os pontos de desencontro evidenciam diferentes propósitos e perspectivas entre as culturas quali e quanti, na tentativa de se firmar a ideia de que as diferentes tradições consolidaram suas características a partir de uma adequação ao seu escopo de investigação. Ressalte-se que as abordagens do tema ou a definição do objeto de pesquisa servem como consideráveis indícios de que a pesquisa se aproximará de uma perspectiva qualitativa ou quantitativa. Sendo assim, se o pesquisador se interessa pela investigação das causas de um evento ou fenômeno específico, privilegia-se a abordagem quali (busca-se, de acordo com Goertz e Mahoney, as causas dos efeitos); de outro lado, se a investigação científica foca em técnicas estatísticas para conhecer os efeitos das causas, adota-se uma abordagem quantitativa, próxima da lógica que conduz experimentos que utilizam grupos de controle e de tratamento para se aferir o efeito médio de uma variável sobre o resultado obtido.

Tem-se, deste modo, que a abordagem que se utiliza para definir o objeto de pesquisa e conduzir a investigação científica faz emergir diversos modos: de se expressar relações de causalidade (usando um raciocínio pelo qual se busca a definição do efeito causal médio de uma variável, como explicitado por King, Keohane e Verba - 1994² - ou da consideração de um fator explicativo como suficiente e/ou necessário³), de se apresentar os resultados da investigação (mais

² Causal effect = $y_i^T - y_i^C$

Mean causal effect = $u_i^T - u_i^C$

³ Ressalta-se que a combinação de variáveis utilizando a abordagem INUS, bem como a definição e identificação dos caminhos causais são elementos que nos auxiliam a melhor compreender uma abordagem qualitativa.

ou menos generalizáveis), de selecionar unidades para observação e do modo como estas serão “pesadas”; de se interpretar *outliers*; de definir conceitos e operacionalizá-los.

Nas conclusões, os autores enfatizam que os rótulos qualitativo e quantitativo capturam muito pouco das diferenças essenciais entre os dois modos de se realizar pesquisa social, o que contribui para o mau entendimento do debate. A proposta de novas terminologias, apresentadas por Goertz e Mahoney (2006) como *statistics versus logic*, *effect estimation versus outcome explanation* ou *population-oriented versus case-oriented* pode, de fato, contribuir para a elucidação dos contrastes entre estas tradições. Contudo, acredita-se que o incremento nas possibilidades de se entender as diferenças entre pesquisas qualitativas e quantitativas advém não da melhor precisão das palavras sugeridas pelos autores, mas sim pelo fato de que a classificação proposta é mais restrita e específica, justamente por explorar as diferenças que Goertz e Mahoney discutem de maneira mais consistente ao longo do texto.

Por sua vez, o trabalho “*Qualitative versus quantitative: what might this distinction mean?*”, de Collier, Seawright e Brady (2003) explora a real necessidade e utilidade de se conhecer o debate quali *versus* quanti, qual seja, compreender as similaridades e diferenças para, diante do objeto de pesquisa que se pretende investigar, identificar possíveis caminhos seguros que auxiliarão o pesquisador a realizar uma boa tarefa. Em outras palavras, trata-se de uma questão de melhor compreender as diferenças entre as tradições qualitativa e quantitativa com o intuito de elaborar o melhor desenho de pesquisa para enfrentar o problema que se propôs.

Neste sentido, os autores apresentam quatro critérios para se distinguir uma pesquisa qualitativa de uma quantitativa: *level of measurement*; *size of the N*; *statistical tests*; *thick versus thin analysis*. Apresentam também uma interessante discussão a respeito do isolamento ou comunicação entre as abordagens quantitativa e qualitativa (*specialization and bridging*), salientando as vantagens de uma tentativa de se combinar as virtudes de uma análise profunda a testes estatísticos.

Nessa ordem de ideias, argumenta-se que uma abordagem *mixed methods* poderia contribuir para superar limitações inerentes a cada uma das tradicionais abordagens quali e quanti, assim como para proporcionar criativas soluções de pesquisa. Em suas considerações finais, porém, os autores ressaltam o seu comprometimento não apenas com o *bridging*, mas também com o que chamam de *specialization*, o que afirmam ser importante para manutenção de certa coerência e robustez na estruturação das pesquisas qualitativas (a especialização ofereceria, sob esta perspectiva, uma contribuição para o fortalecimento dos procedimentos metodológicos na Ciência Política).

Para finalizar a primeira parte deste trabalho, vale apenas lembrar o texto “*Quantitative versus qualitative methods*”, de Gerring e Thomas (2011),

que oferece um resgate histórico da divisão que ainda parece fazer sentido nas ciências sociais entre qualitativistas e quantitativistas. Destaca-se, nesse ponto, a advertência feita pelos autores no sentido de que o debate contribui para desviar o foco dos reais problemas metodológicos referentes à pesquisa social.

Por conseguinte, salienta-se que o texto pretende, ao invés de reforçar a clivagem quali *versus* quanti, ressaltar um importante problema que tem sido em parte negligenciado nos debates sobre o tema. Assim, Gerring e Thomas (2011) destacam a relevância de se indagar, no âmbito dos estudos comparados, a respeito do que é uma comparação razoável e qual o limite da precisão de uma comparação.

O texto oferece, então, critérios para se estabelecer comparações descritivas e causais, além de um debate sobre a clareza e precisão de escalas que são utilizadas para a mensuração ou compreensão de um fenômeno. Os autores também discorrem sobre a possibilidade de conversão de uma observação inicialmente expressa de forma qualitativa em quantitativa e vice-versa, além das limitações e prejuízos decorrentes desta transformação. Em seguida, enfatizam que a opção por uma escala nominal ou numérica é uma questão de possibilidade e adequação, haja vista que se encontra associada à possibilidade de quantificação e interesse/utilidade desta escolha.

Neste ponto, o texto parece ser menos diplomático sobre a dicotomia quanti *versus* quali que os anteriores, seja por apresentar, ainda que discretamente, a ideia de que observações quantitativas viabilizam comparações mais precisas, seja por enfatizar pouco a diversidade de propósitos das tradições qualitativa e quantitativa. Enquanto os dois primeiros textos parecem se referir mais a uma noção de complementaridade e necessidade de quebrar as barreiras entre as abordagens quali e quanti, o último acaba sendo um pouco mais favorável à abordagem quantitativa.

Contudo, o atual debate metodológico tem sido contundente ao indicar as limitações inferenciais provenientes de estudos com *large N*, especialmente tendo em vista as dificuldades ou até mesmo a impossibilidade de se considerar o contexto e as especificidades de cada unidade examinada neste tipo de estudo.

Neste sentido, Luna, Murillo e Schrank (2014) chamam a atenção para a necessidade de não se ignorar as peculiaridades que, mesmo presentes, podem passar despercebidas em trabalhos com um grande número de casos. Tem-se que, em geral, os trabalhos que lidam com uma grande amostra adotam uma perspectiva que privilegia uma abordagem mais ampla, que não leva em conta o contexto e, por conseguinte, reduz a capacidade de fornecer observações precisas sobre um evento ou fenômeno, o que poderia ser realizado por meio da identificação de mecanismos causais (HALL, 2003; RAGIN, 2000; MCADAM, TARROW & TILLY, 2010).

Desse modo, observa-se o incentivo à construção de teorias de médio

alcance, que permitiriam a elaboração de estudos mais precisos (MCADAM, TARROW & TILLY, 2010), contornando, assim, o trágico caminho apontado por Sartori (2004) para a Ciência Política. Com efeito, o reconhecimento das limitações inferenciais provenientes de estudos que têm como proposta o teste de teorias formuladas com pretensões universalistas evidenciou a relevância de *grounded studies* (LUNA, MURILLO & SCHRANK, 2014) para o avanço da disciplina.

A partir desta lógica, destaca-se a importância de esforços entre os pesquisadores que se dedicam a estudos de caso, ao *process tracing* e às abordagens de redes, que abrem espaço para as tentativas de superação de um monismo metodológico, que favoreceria a manutenção da polarização da Ciência Política entre quantitativistas e qualitativistas.

Como explica Borges (2007, p. 55),

a grande vantagem metodológica dos estudos de caso estaria, nesse sentido, na possibilidade de identificação de mecanismos e sequências causais, os quais tendem a ser deixados de lado, ou, no máximo, presumidos, pelos estudos quantitativos de grandes amostras.

Ainda sobre as vantagens de um estudo de caso, Collier, Seawright e Brady (2003), em estudo sobre as eleições presidenciais americanas de 2000 que integra o apêndice de seu livro, trazem um bom exemplo de como o *process tracing* não é incompatível com o uso de métodos quantitativos e, além disso, pode ser usado para apresentar resultados mais precisos, incrementado a validade externa de uma investigação acadêmica⁴.

Vale salientar que as contribuições destes estudos, apesar de não buscarem generalizações universais, não se limitam a compreender apenas um caso ou pequeno número de casos estudados. Neste sentido,

quando o objetivo é desenvolver teorias, o mapeamento de processo irá envolver, necessariamente, a transformação de

⁴ No apêndice, Brady contesta os achados do trabalho de Lott, que indicava que o candidato George W. Bush perdera, no mínimo, 10.000 votos em virtude da divulgação prematura da informação de que o seu adversário liderava a corrida presidencial. A partir de uma observação do processo causal, que permitiu uma análise mais profunda, dificilmente poderia se sustentar a conclusão de Lott. “*Causal-process observations demonstrate that it was highly implausible for the media effect suggested by Lott’s analysis to have occurred. Thus, what from a technical perspective could be seen as a less sophisticated tool of analysis demonstrates that his quantitative conclusions based upon regression analysis cannot be valid*” (COLLIER, SEAWRIGHT E BRADY, 2003, p. 271)

uma narrativa histórica, de caráter descritivo, em uma explicação causal analítica de maior ou menor escopo de generalização (BORGES, 2007, p 55).

Sobre as análises de rede, vale ressaltar que as abordagens que se concentram em mecanismos relacionais caracterizam-se por apresentarem um evidente traço multidisciplinar, notadamente por se associarem a pressupostos da matemática formal e da estatística, colaborando, assim, para uma pesquisa multi-método, capaz de proporcionar uma visão mais dinâmica de fenômenos políticos, instituições etc (MARQUES, 2012). Destaca-se, nesse instante, que a neutralidade na utilização e processamento dos dados⁵, típica das abordagens de rede, demonstra um esforço sincero na tentativa de ruptura das barreiras entre quantitativistas e qualitativistas.

A esta altura, parece possível supor que a opção por uma abordagem quantitativa ou qualitativa está mais relacionada ao escopo da investigação e à questão de adequação dos procedimentos metodológicos necessários para o enfrentamento do problema de pesquisa.

Delimitar o escopo da explicação, esquivar-se de visões determinísticas em estudos de caso, considerar que podem ser feitas múltiplas observações sobre um único caso, atentar-se para o risco de *conceptual stretching* (COLLIER & MAHONEY, 1996), considerar a presença ou ausência de alguns pressupostos necessários para análises estatísticas seguras, enfim, reconhecer as vantagens e desvantagens relacionadas à adoção de uma abordagem mais quantitativa ou mais qualitativa pode permitir uma potencialização da validade das explicações dos fenômenos políticos oferecida pelos pesquisadores⁶, assim como ampliar a possibilidade de surgimento de estudos multi-método.

Argumenta-se, portanto, que seria interessante para o progresso metodológico e epistemológico da disciplina que a rivalidade entre estas tradicionais formas de se realizar pesquisa social (quanti *versus* quali) fosse substituída pela noção de complementaridade. De fato, o avanço da Ciência Política pressupõe que algumas questões não estejam absolutamente resolvidas. Tendo em vista que existe a possibilidade de desenvolvimento indutivo de teorias e hipóteses a partir do mapeamento de processos em estudos

⁵ Muito embora se admita que, do ponto de vista teórico e ontológico seja possível questionar a neutralidade das abordagens de rede, entende-se que, do ponto de vista de como os dados são utilizados, é possível sustentar que os pesquisadores não “vão a campo” com pressupostos rígidos e delimitados, o que favorece a perspectiva *mixed methods*.

⁶ É importante considerar que os métodos tradicionais de análise de regressão não se mostram adequados para o estudo de fenômenos em que se observa equifinalidade e causalidade recíproca. “Uma das mais importantes contribuições dos estudos histórico-comparativos no sentido de ampliar o nosso entendimento de causalidade diz respeito à identificação de processos marcados por ‘dependência de trajetória’ (*path dependency*)” (BORGES, 2007, p. 54).

comparativos (BORGES, 2007), bem como considerando que em trabalhos com uma grande amostra observam-se unidades que não se ajustam ao modelo, demandando explicações adicionais, parece razoável sustentar que a coexistência de abordagens quantitativas e qualitativas pode contribuir para a renovação das agendas de pesquisa próprias da Ciência Política.

Por fim, destaca-se que, muito embora ainda existam perspectivas contrapostas que indicam ainda fazer sentido as expressões *quali e quanti*, a discussão e o avanço de métodos como estudos de caso, *process tracing* e abordagens de rede tem colaborado para a superação da tradicional clivagem metodológica.

Referências

BORGES, André. Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. **BIB**, São Paulo, nº 63: 45-59, 2007.

COLLIER, David; MAHONEY, James. Insights and pitfalls: selection bias in qualitative research. **World Politics**, 49: 56-91, 1996.

COLLIER, David; SEAWRIGHT, Jason; BRADY, Henry. Qualitative versus quantitative: what might this distinction mean? **Newsletter of the APSA Organized Section on Qualitative Methods**, vol. 1, n. 1: 4-8, 2003.

COLOMER, Josep. Political Science is Going Ahead (By Convolved Ways) A Commentary of Giovanni Sartori. **PS Political Science and Politics** 37 (4): 793-794, 2004.

GERRING, John; THOMAS, Craig. Quantitative versus qualitative methods. In: BADIE, B.; SCHLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo. (Org.) **International Encyclopedia of Political Science**. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2011, p. 2190-2197.

GOERTZ, Gary; MAHONEY, James. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research**. Oxford University Press, 2006.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais, pobreza e segregação em São Paulo e Salvador – conceitos e métodos. In: MARQUES, Eduardo. (Org.) **Redes sociais no Brasil – sociabilidade, organizações civis e políticas públicas**. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço/CEM, 2012, v. 1: 21-44.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, cap. 1: 3-37, 2010.

RAGIN, Charles. **Fuzzy-Set Social Science**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

SARTORI, Giovanni. Where is Political Science Going? **PS Political Science and Politics** 37 (4): 785-787, 2004.

The debate quali versus quanti and the attempts of overcoming a methodological polarization

ABSTRACT

This essay aims to present the established debate in Political Science about two different ways of conducting research: quantitative and qualitative. Initially, the article presents a panorama of the debate, starting from a perspective in which there was an apparent epistemological isolation between two groups of researchers of the discipline and showing the efforts, by some sectors of the academic community, to overcome the cleavage between "qualitativists" and "quantitativists". Furthermore, the paper suggests that there is a possibility of combining quantitative and qualitative methods in approaches that have produced important contributions to contemporary political science. In the end, we assert that the option for a quantitative or qualitative approach is more related to the scope of the investigation and to the adequacy of the methodological procedures necessary to the proposed research problem. Thus, it should be emphasized that overcoming the traditional methodological cleavage may be relevant to the improvement of the discipline, contributing to an extension of techniques and procedures relevant to establishing safe inferences.

Keywords: Methodology, quantitative methods, qualitative methods, inference.